TROPEÇOS PRESERVACIONISTAS

federação, estado e municípios e a preservação do patrimônio cultural na Região Metropolitana de Sorocaba

Maíra de Camargo Barros

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Guarulhos, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

Área de Concentração: História e Historiografia
Linha de Pesquisa: Instituições, vida material e conflito

Tropeços preservacionistas: federação, estado e municípios e a preservação do patrimônio cultural na Região Metropolitana de Sorocaba.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Maíra de Camargo Barros
Orientador: Prof. Dr. Fernando Atique

Guarulhos
2022

MAÍRA DE CAMARGO BARROS

Tropeços preservacionistas: federação, estado e municípios e a preservação do patrimônio cultural na Região Metropolitana de Sorocaba

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de mestre em História
Universidade Federal de São Paulo
Área de Concentração: História e Historiografia
Orientador: Prof. Dr. Fernando Atique

Guarulhos
2022

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Barros, Maíra de Camargo.

Título: Tropeços preservacionistas: federação, estados e municípios e a preservação do patrimônio cultural na Região Metropolitana de Sorocaba / Maíra de Camargo Barros – Guarulhos, 2022.

Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Humanas.

Orientador: Fernando Atique

Título em inglês: Preservationist stumbles: Federation, State and counties and the preservation of cultural heritage in the Metropolitan Region of Sorocaba

1. Patrimônio Cultural 2. Região Metropolitana de Sorocaba. 3.Preservação Municipal 4. Preservação do Patrimônio I. Atique, Fernando. II. Tropeços preservacionistas: federação, estados e municípios e a preservação do patrimônio cultural na Região Metropolitana de Sorocaba

MAÍRA DE CAMARGO BARROS
TROPEÇOS PRESERVACIONISTAS:
FEDERAÇÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em História
Universidade Federal de São Paulo
Área de concentração: História e Historiografia

Aprovação: ____/____/_____

Prof. Dr. Fernando Atique
Universidade Federal de São Paulo

Prof.ª Dr.ª Lucília Santos Siqueira
Universidade Federal de São Paulo

Prof.ª Dr.ª Maria Cristina da Silva Schicchi
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

AGRADECIMENTOS

A produção acadêmica é solitária em boa parte do tempo. Ler, interpretar, redigir, deixar as conceituações fluírem envolve tempo e silêncio. Com a pandemia de covid-19, este processo tornou-se mais penoso e exaustivo. Seja pela ausência de convívio e sociabilidade, pelas incertezas do futuro e, no caso da pesquisa propriamente dita, pela impossibilidade do debate sobre o tema com seus pares e pela consulta a acervos.

Neste processo, uma série pessoas foram fundamentais para que esta pesquisa se desenvolvesse mesmo em meio ao caos. Primeiramente agradeço ao meu orientador e amigo, não necessariamente nesta ordem, Prof. Dr. Fernando Atique, o qual gentilmente compreendeu minhas incertezas, inseguranças e todas as dificuldades que se impuseram ao longo destes mais de três anos. Entrei no mestrado com imenso respeito pelo pesquisador e saio com uma admiração ainda maior pelo ser humano.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica (CAPPH), liderado pelo Prof. Atique, do qual faço parte desde 2018. O clima do grupo, de generosidade nas trocas sobre as pesquisas, o apoio nos momentos de dificuldade e as críticas sempre construtivas, encheram-me de esperança e força para a escrita desta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História que ministraram as disciplinas do mestrado, bem como aos da Universidade de São Paulo, onde pude cursar disciplinas eletivas, pela inestimável contribuição para que está pesquisa tomasse forma e tivesse conteúdo.

Aos funcionários das bibliotecas, arquivos e acervos pesquisados, que com dedicação e esforço, facilitaram muito a busca por informações, principalmente quando o acesso se fazia impossível fisicamente. Especialmente aqui, agradeço a Tatiana Lopes Salciotto, do Centro de Documentação do Patrimônio, vinculado ao Departamento de Cooperação e Fomento – DECOF, locado no Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro e a Elisabete Mitiko Watanabe, Diretora Técnica do Grupos de Estudos de Inventário da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico,

órgão da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. Sem o envio dos processos digitais, jamais o Capítulo 3 teria sido redigido.

As professoras Lucília Santos Siqueira e Maria Cristina da Silva Schicchi, por aceitarem participar da banca de qualificação, na qual fizeram valiosas contribuições e, agora por estarem na banca de defesa.

As queridas Ana Claudia Maciel, Ana Pinto, Bárbara Francelin, Laís Amorim e Raíssa Marcondes, que sempre opinaram e incentivaram-me nos momentos de dificuldade e desânimo. Estamos juntas!

Em especial as minhas irmãs, Rossana e Camila, e a minha mãe, Marisa, que me apoiaram neste processo, aceitaram minhas ausências e sempre incentivam os meus sonhos.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, pela concessão de bolsa de mestrado, a qual foi fundamental para viabilizar as pesquisas e visitas à campo.

Por fim, quero destacar minha profunda gratidão pela universidade pública e por todos os profissionais que a compõem. Sou forjada por ela e me orgulho disto, ainda mais em tempos de tantas dificuldades e retaliações pelas quais as instituições de ensino gratuito tem passado. Que este período obscuro fique para trás!

Viva a universidade pública e a tudo que ela representa!

RESUMO

A Região Metropolitana de Sorocaba, criada por meio da Lei Complementar nº 1.241, de 9 de maio de 2014, é composta por 27 municípios localizados na porção centro-sul do Estado de São Paulo, sendo dividida em três sub-regiões, com características singulares. Seu passado está atrelado ao tropeirismo, aos ciclos do açúcar e do café e ao início da industrialização paulista, ainda em finais do século XIX, momentos históricos que contribuíram significativamente para o desenho daquele território e para a formação de seu patrimônio arquitetônico e cultural. Nesta dissertação de mestrado, buscamos compreender como se deu o processo de municipalização da gestão do patrimônio cultural no Brasil, ocorrido a partir dos anos 1960, e seus desdobramentos e efetividade para a salvaguarda dos bens culturais de importância local, regional e nacional, por meio da análise da situação na Região Metropolitana de Sorocaba. Três estudos de caso, um de cada uma das sub-regiões da RMS (a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Iperó, o Centro Histórico de Itu e a Companhia Têxtil São Martinho, em Tatuí) foram selecionados e pesquisados objetivando-se oferecer um registro da situação atual da preservação naquele território a partir deste recorte.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Sorocaba, Preservação Municipal, Patrimônio Cultural

ABSTRACT

The Metropolitan Region of Sorocaba, also known by the acronym RMS, was created through the Complementary Law nº 1,241, enacted on May 9, 2014. It is composed of 27 municipalities located in the south-central portion of the State of São Paulo. It is, also, divided into three sub-regions, with unique characteristics. The RMS was linked to tropeirismo, the sugar and coffee cycles and the beginning of São Paulo industrialization. In the late 19th century, historical transformation leaded by the Industrial Revolution significantly contributed to the design of that territory and to the formation of its architectural and cultural heritage, like the development of one steel mill plant and the construction of the railways and, in the 20th century of highways. In this master's dissertation, we seek to understand how the process of municipalization of cultural heritage management in Brazil took place, which took place from the 1960s onwards, and its consequences and effectiveness for the safeguarding of cultural assets of local, regional and national importance, through analysis of the situation in the Metropolitan Region of Sorocaba. Three case studies, one per subregions of the RMS – The Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (Iperó-SP), the Historic Center of Itu and the Companhia Têxtil São Martinho (Tatuí-SP) – were selected and researched to provide a record of the state of the art about the municipalization of the preservation in that territory.

Key words: Metropolitan Region of Sorocaba, municipalization of the preservation,cultural heritage

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 7
RESUMO 9
ABSTRACT 9
INTRODUÇÃO 13
CAPÍTULO 1 – Tempo 1: O patrimônio entre o local e o nacional 23
1.1 Os emissários da UNESCO no Brasil 26
1.2 Mediações Administrativas: as atuações dos Governadores no Patrimônio 29
1.3 Uma década de PCH 31
1.4 A constituição cidadã e o conceito ampliado de patrimônio 41
CAPÍTULO 2 – Tempo 2: O patrimônio na escala regional, o caso da RMS 43
2.1 A criação da Região Metropolitana de Sorocaba 43
2.2. O território da RMS 52
2.3 As sub-regiões da RMS 54
2.4 As Estâncias os Municípios de Interesse Turístico 59
2.5 O patrimônio cultural da RMS 64
CAPÍTULO 3 – Tempo 3: patrimônios culturais da RMS e o diálogo com as entidades preservacionistas 69
3.1 Real Fábrica de Ferro Ipanema, Iperó-SP. 70
3.2 Centro Histórico de Itu-SP 80
3.3 Companhia Têxtil São Martinho, Tatuí-SP 93
3.4 O que se imaginou para a atuação do CONDEPHAAT 98
CONSIDERAÇÕES FINAIS 103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 106
ANEXO I 112

INTRODUÇÃO

> O patrimônio, noção que em Roma definia apenas o direito de herança, adquire seu caráter público a partir do Renascimento, valorizador da herança artística legada pela Antiguidade; e seu caráter de direito de memória quando o Estado, a partir do século dezenove, registra a materialidade do passado e estabelece a identidade nacional. Já a noção de patrimônio urbano, preconizada em países como a Itália apenas a partir da década de 60 de nosso século [leia-se século XX], atinge o status de bem de significação cultural e humana a ser conservado e restaurado (Carta de Veneza, 1964), embora práticas difusas de preservação já existissem, também no Brasil, desde a década de 1910, incrementadas com a rápida urbanização do início do século. (MENEGUELLO, 2000)

Partindo desta afirmação da historiadora Cristina Meneguello, é possível afirmar que as pontuais ações voltadas à preservação, que se delinearam na primeira década do século XX, se atentavam apenas à conservação de bens de caráter excepcional, monumentais em sua proporção e forma, não se pensando ainda em preservar as construções mais modestas ou as referências culturais mais amplas do que a edificação.

A institucionalização da salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro no âmbito federal deu-se a partir de 1936, quando o então presidente Getúlio Vargas determinou ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, o início das atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Em janeiro de 1937, por meio da Lei 378, o órgão foi oficialmente criado e, em novembro do mesmo ano, promulgou-se o Decreto-lei 25/37, o qual determina seus mecanismos legais de atuação (REZENDE, et al, 2015).

A formação da autarquia federal pode ser considerada o corolário de um longo processo, iniciado ainda nos anos 1910, por intelectuais e artistas ligados ao movimento modernista, que reivindicavam a valorização das produções culturais nacionais, principalmente nos campos da literatura, artes plásticas e arquitetura (PECAUT, 1990).

De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca[1] “já estavam então em funcionamento [na década de 1920] grandes museus nacionais, mas não se dispunha

[1] **Maria Cecília Londres Fonseca** (n. 1946) graduou-se em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, é mestre em Teoria da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e

de meios para proteger os bens que não integravam essas coleções, sobretudo os bens imóveis" (FONSECA, 2017, p. 83).

Após a insistente mobilização deste grupo de intelectuais quanto ao desamparo a que estavam submetidos importantes patrimônios nacionais, como as cidades históricas mineiras e baianas, instâncias governamentais viram-se forçadas a tomar providências frente a acusação de negligência, criando ainda naquela década "Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928)" (FONSECA, 2017, p. 98). Porém, estas inspetorias apesar de significarem um avanço, ainda eram em número reduzido, abarcando, portanto, pequena parcela do vasto território brasileiro e dos exemplares em risco.

Assim, a partir de 1930, a política nacionalista e, consequentemente, centralizadora do governo Getúlio Vargas, viu na preservação dos patrimônios nacionais, parte dele a partir dos antigos estados das Inspetorias, um caminho para disseminar seus princípios, acreditando que para se criar um Estado forte era necessário valorizar os exemplares arquitetônicos considerados tipicamente nacionais – lê se aqui o barroco, o colonial e o aspirante modernismo. Neste sentido, é dado um primeiro passo em 1933 com a declaração da cidade de Ouro Preto[2] como Monumento Nacional, por meio do Decreto 22.928, que afirma:

> Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo historico na formação da nossa nacionalidade e que possúe velhos monumentos, edificios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação (DECRETO 22.928/1933) (grifos nossos).

doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Trabalhou na esfera federal como pesquisadora do Centro Nacional de Referência Cultural-CNRC (1976-1979), coordenadora de projetos da Fundação Nacional Pró-Memória (1979- 1990), assessora do Ministério da Cultura (1995-1998) e coordenadora de Políticas da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura (1999-2001). Ainda, fez parte do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (1998-2000) e representou o Brasil nas reuniões de peritos internacionais, na Unesco, para a elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2002-2003). Tornou-se em 2004 membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e desde 2005 é sócia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É autora do livro *O Patrimônio em processo*, publicado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Informações colhidas em: Editora UFRJ, 2021.

[2] A cidade de **Ouro Preto** foi um dos primeiros bens tombados pelo órgão federal recém-constituído, ainda em 1938, sendo preservada em sua integridade como patrimônio nacional juntamente com outras cidades mineiras: São João Del Rey, Serro, Tiradentes e Diamantina. Nos anos seguintes também foram preservadas Congonhas (1941) e Mariana (1945). Para mais informações: IPHAN, 2021.

Este contexto político-cultural intensificou-se em 1937, quando entrou em cena o SPHAN, com grande apoio de personagens como Gustavo Capanema, Renato Soeiro[3], Rodrigo Melo Franco de Andrade[4] e Lucio Costa[5], os quais estavam envolvidos nas atividades relacionadas à cultura no governo varguista desde sua origem. Percebe-se que incidiram interesse de trabalho do SPHAN sobre estados da Federação que possuíam edificações e obras de arte dos séculos XVI a XVIII, as quais foram amealhadas pelo SPHAN como "o" patrimônio da nação em seus primeiros anos de funcionamento. Marcia Chuva aponta, sobre que

> o grupo articulado com Capanema e com o Sphan reafirmou a ênfase na valorização de um "patrimônio nacional" nas regiões de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, parecendo pertinente pensar que essa valorização vinha se construindo e sendo consagrada, desde a década de 1920, por diferentes grupos e frações de classe. Excetuando-se o Rio de Janeiro – que também teve, nas décadas de 1930 e 1940 um alto índice de bens tombados pelo Sphan, representando o cosmopolitismo da "corte" dada a presença histórica do poder central -, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco foram os estados onde um maior número de tombamentos foi realizado, consagrando-se o período colonial como fundador da nacionalidade, a partir de alguns recortes significativos. Minas Gerais, com suas cidades históricas e a opulência de suas igrejas barrocas, constituía-se, progressivamente, a partir especialmente da década de 1920, na representação mais genuína das origens da nação e fundadora de uma produção artística "autenticamente nacional". (...) Na Bahia, foram valorizadas as produções seiscentistas, como as sedes de fazenda do Recôncavo Baiano e suas capelas rurais, que, segundo definição de Rodrigo Melo Franco de Andrade, eram os "monumentos mais arcaicos e genuínos do acervo arquitetônico de nosso

[3] **Renato de Azevedo Duarte Soeiro** (1911 – 1984) assumiu o cargo de assistente técnico no SPHAN em 1938. Em 1940 foi contratado pelo SPHAN-MES e em 1946 assumiu a Diretoria da Divisão de Conservação e Restauração, na qual permaneceu até 1967, quando tornou-se diretor do DPHAN. O arquiteto permaneceu a frente da instituição até 1978, sendo representante do órgão federal em eventos e ações internacionais durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade o que lhe conferiu grande prestígio no campo da preservação à época. Para ver mais: Homenagem à Renato Soeiro, In: IPHAN, 2021.

[4] **Rodrigo Melo Franco de Andrade** (1898 – 1969) foi o responsável pela redação do Decreto Lei 25/1937 que instituiu o IPHAN e seu primeiro presidente, permanecendo no cargo por 30 anos, de 1937 a 1967, ano em que se aposentou. Sua gestão conhecida como "fase heroica" foi fundamental para definir as diretrizes de trabalho e a visão sobre o patrimônio da instituição. Ver mais em: IPHAN, 2021.

[5] **Lúcio Ribeiro da Costa** (1902-1998). Estando no Brasil desde 1916, graduou-se em arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes (Enba). Apesar de ser reconhecido pela sua atuação no movimento modernista, no início da sua vida profissional desenvolveu projetos de arquitetura neocolonial. Foi diretor da Enba, onde tentou renovar a grade curricular por meio da contratação de professores afinados com o modernismo, no entanto encontrou forte resistência. Foi sócio de Gregori Warchavchik por dois anos (1931 a 1933). Foi responsável pela vinda de Le Corbusier ao Brasil e teve papel decisivo na concretização do projeto para o Ministério da Educação e Cultura. Envolveu-se com o IPHAN desde sua criação, assumindo a direção da Divisão de Estudos de Tombamentos em 1937, aposentando-se na função em 1972. Teve seu projeto para o Plano Piloto de Brasília eleito vencedor em 1957. Possui obras de grande relevância como: Parque Guinle (1948 e 1950) e a sede social do Jockey Club do Rio de Janeiro (1956). Informações contidas em: Enciclopédia Itaú Cultural, 2022.

> país" e, para ele, "as maiores e mais imponentes", pela sua "ancianidade e o valor arquitetônico" (ANDRADE, 1986b, p. 135). (...) Pernambuco, portanto, também tinha sua arquitetura seiscentista – isto é arcaica – valorizada, suas capelas e engenhos que consubstanciavam uma ancianidade para a nação, e suas fortificações que faziam lembrar a vitória portuguesa sobre os holandeses, relativa a esse tempo remoto que era reatualizado na memória como um primeiro momento de nacionalismo (CHUVA, 2009, p. 156-157).

O excerto acima, evidencia a predileção do órgão federal, através de citação de opiniões do próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor da instituição por trinta anos, por determinado tipo de arquitetura - a colonial - em detrimento de outras manifestações artísticas e arquitetônicas, tidas naquele momento como importadas, não genuinamente nacionais e, portanto, sem mérito para preservação. Esta *conduta estilística* de Franco de Andrade era compartilhada por diversos intelectuais e artistas brasileiros daquele período, como mostra Maria Lucia Bressan Pinheiro[6]:

> A negação do ecletismo é uma postura decorrente da opção inicial pela valorização da produção arquitetônica genuinamente nacional, a essência da cultura brasileira, contestando o que não se apresentava legítimo e verdadeiro. Negar a arquitetura do ecletismo era o corolário inevitável de uma posição ideológica consciente, que se opunha à degeneração dos valores da nacionalidade, à submissão aos decadentes padrões internacionais, colhidos de forma indiscriminada na "feira de cenários arquitetônicos improvisados", expressão corrente à época (PINHEIRO, 2006, p.9-10).

A *invenção* de *uma* nação pelo Estado Novo Varguista assentava-se em uma ideia que ao longo das décadas de 1910 e 1920 já encontrava eco no Brasil. Defendia-se, como fazia José Marianno Filho[7], a ideia de suprimir os anseios identitários localistas, verificados, muitas vezes, em comunidades com grande concentração de imigrantes, e que se refletiam nas arquiteturas que eram importadas, vinculadas a um

---

[6] **Maria Lucia Bressan Pinheiro** graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo em 1980. Tornou-se mestre em 1989 e doutora em 1997 pela mesma instituição. Atuou como arquiteta no CONDEPHAAT entre 1982 e 1993. Em 1986, cumpriu estágio técnico na New York City Landmarks Preservation Commission, em Nova Iorque, como bolsista do Programa de Preservação e Disseminação de Culturas CAPES/FULBRIGHT/LASPAU. É professora associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Também foi diretora, entre 2006 e 2010 do Centro de Preservação Cultural-CPC da USP e pesquisadora do Núcleo de Apoio à Pesquisa Plataforma São Paulo: Cidade, Espaço, Memória (NAP-SP), entre 2012 e 2017. Desde 2013 é bolsista produtividade CNPq (nível II). Informações contidas em: Currículo Lattes, 2022.

[7] **José Marianno Filho** (1881-1946) cursou Medicina, porém dedicou sua vida às artes, em especial à arquitetura. Defendia a busca de uma arquitetura nacional, apoiando-se no neocolonialismo. Foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes (Enba) entre os anos de 1926 e 1927. Teve uma relação bastante próxima com Lucio Costa, sendo seu incentivador, porém rompeu com o mesmo, quando o arquiteto se aproximou do movimento moderno. Tornou-se um grande colecionador de elementos arquitetônicos vindos de demolições e de ruínas. Contribuiu para a história da arquitetura por meio de ensaios e textos sobre o tema, sempre pautando a importância da valorização de uma arquitetura nacional. Informações colhidas em: Wikipedia, 2022.

mostruário de opções. Fernando Atique, aponta, analisando a produção de José Marianno Filho:

> que em artigo intitulado *"Right or Wrong, it is my house*", de julho de 1931, publicado em *O Jornal*, José Marianno expôs que 'a preferencia do homem pela architectura pátria, tem, ao meu ver, independentemente de qualquer solicitação artística, um carater de insophismavel fundo emotivo. Quando o emigrante allemão que enriqueceu em São Paulo pensa em construir o seu 'home', elle pensa em allemão, porque as idéas da casa, da habitação, da família, lhe accordam reminiscencias adormecidas profundamente no subconsciente. Essa afirmação é tão verdadeira que através da physionomia das habitações domesticas, nós podemos com exactidão quasi infallivel prever a nacionalidade (e tambem a incultura) dos respectivos habitantes. (...) Portugueses e brasileiros se conduzem –no que diz respeito ao problema architectonico – de maneira verdadeiramente singular. / Ao invés de proceder como os italianos, inglezes ou allemães que preferem os estylos da própria nacionalidade, elles procuram insistentemente disfarçal-a ou mascaral-a' (ATIQUE, 2011, p.2-3).

Se a casa, que se constrói na cidade, revela a presença dos estrangeiros, e estes geram filhos no Brasil, fica explícita a ideia, depois presente no Estado Novo, de que a nação deveria ter delineamentos sólidos do *ethos* brasileiro. Ora, o SPHAN, vinculado à geração modernista, embora divergente dos aspectos formais neocoloniais, endossou esta ideia de que era preciso selecionar o que fosse nacional, "de todos", e passasse a dar menos ênfase ao aspecto local, municipal. Com isso, podemos fazer uma ilação com o que mostra Pinheiro:

> É assim que pode ser explicada a conhecida aversão dos técnicos do SPHAN contra o ecletismo do final do século XIX, considerado um verdadeiro hiato na história da arquitetura brasileira, como disse Lucio Costa. O ecletismo não passou por este processo de adequação, de "abrasileiramento", por assim dizer; manteve impavidamente suas características importadas, de resto execradas pelos modernistas (PINHEIRO, 2006, p. 9).

Pensar a nação era, desta forma, combater os enquistamentos étnicos também, e em escala ampla, postular um plano de ação, que, embora regional, fosse reflexo do Brasil, e não dos municípios.

Desde o início de suas atividades, e ao longo da gestão Andrade, de 1937 a 1967, o cenário de atuação do IPHAN era de exíguos corpo técnico e recursos financeiros, que somados às dimensões continentais do território brasileiro e ao relevante número de exemplares passíveis de estudo e salvaguarda para o deleite

nacional, ocasionava que as ações fossem sempre feitas por demanda, em geral quando os imóveis já se encontravam em situação crítica (GONÇALVES, 2019).

A somatória de uma política de preservação pautada na identidade nacional com a escassez de recursos para diligências e pesquisa, ocasionou, com o decorrer do tempo, a perda ou completa descaracterização de exemplares arquitetônicos significativos, seja por serem considerados menos importantes ou pela demora no seu socorro.

Visando superar este cenário, em meados da década de 1960, paralelamente à instauração da Ditadura Civil-Militar, o então DPHAN[8] (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), iniciou um processo de incentivo à municipalização do patrimônio, articulando sua preservação ao turismo e ao planejamento urbano, após assinatura de acordo de cooperação técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

No início dos anos 1970, os Compromissos de Brasília e Salvador, documentos de compactuação entre gestores da cultura, governadores e governo federal, resultantes de encontros ocorridos em 1970 e 1971, respectivamente, foram fundamentais para a ampliação desta tendência de separação, em níveis de governança, da gestão do patrimônio. O primeiro Compromisso afirmava, e o segundo reiterava, a necessidade da criação de Secretarias de Cultura Estaduais, bem como de um Ministério de Cultura autônomo, que, à época, era parte do Ministério da Educação.

Na esfera estadual ocorreu, em 1968, a criação do então CONDEPHAAT[9] (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico), no Estado de São Paulo, por meio da Lei nº 10.247[10]. Dentro deste órgão, na década de 1970, instalou-

[8] "O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN, criado pela Lei n° 378, de 13 de janeiro de 1937, tornou-se Diretoria em 1946 (DPHAN); em 1970 assume a denominação de Instituto (IPHAN) e em 1979, de Secretaria (novamente SPHAN). Em 1981, passa a Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Finalmente, em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de IPHAN" (IPHAN, 2014, p.5). Este "é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras". Para mais informações: IPHAN, 2017.

[9] Na ocasião o nome do Conselho estadual ainda não considerava o patrimônio Arqueológico, por isto a presença de apenas um A na sigla.

[10] Em 1935, Mário de Andrade e Paulo Duarte formaram o Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, porém, de fato, nunca houve um Conselho ou órgão de Preservação regulamentado. Apenas em 1975, após uma reestruturação do departamento, com a criação da

se uma nova abordagem sobre o patrimônio edificado, conduzida em especial pelo professor Ulpiano Bezerra de Menezes[11], que extrapolou seu aspecto meramente físico, considerando também suas relações com seu entorno e os habitantes de determinado espaço, sendo este debate fundamental para a visão contemporânea de patrimônio cultural (PAIVA, 2014).[12]

Já nos anos 1980, o próprio IPHAN incentivou a formação de Conselhos Municipais, acreditando na gestão estratificada em níveis do patrimônio e, ainda, buscando desonerar-se de obrigações com referências culturais de caráter local.

Tendo como pano de fundo estes episódios, Meneguello afirma: “na síndrome do patrimônio vivida a partir dos anos 1970-1980, e denominada por Pierre Nora[13] como ‘fúria preservacionista’ ou por Choay como ‘complexo de Noé’[14], a preservação fez-se em nome desse vago conceito de democratização cultural” (MENEGUELLO, 2000).

Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, coroou todos os movimentos pontuais em direção à municipalização da preservação do patrimônio, redefinindo o seu conceito e estabelecendo obrigações para os municípios, dando nova ótica para sua gestão, em especial na redação do Artigo 30.

Alguns pesquisadores da temática têm apontado dimensões “positivas” desta postura municipalizadora, como poderemos ver na citação abaixo:

> Com um enfoque inédito no Brasil, a Constituição Federal de 1988 exalta a participação da sociedade civil no processo político, seja através de organismos especialmente criados para esta participação. Os Conselhos Municipais são espaços democráticos capazes de potencializar a participação da sociedade civil na gestão urbana, ampliando a perspectiva

Secretaria Municipal de Cultura, o DPH (Departamento do Patrimônio Histórico) passa a ter atuação efetiva que persiste até os dias de hoje.

[11] **Ulpiano Bezerra de Menezes** (n. 1936) licenciou-se em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo em 1959 e concluiu seu doutorado em 1964, pela Universidade Sorbonne, em Arqueologia Clássica. Foi diretor do Museu de Arqueologia e Etimologia da USP entre 1963 e 1968 e do Museu Paulista entre 1989 e 1994. Atuou como conselheiro do CONDEPHAAT em três oportunidades: 1971-87, 1996-2004 e 2006-2007. Desde 2005 é membro do Conselho do IPHAN. É Professor Emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, titular aposentado de História Antiga, docente do programa de Pós-Graduação em História Social. Para mais informações: FFLCH, 2018.

[12] Paiva faz menção ao livro: RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo: Editora Unesp/ Imprensa Oficial de São Paulo/ CONDEPHAAT, 2000.

[13] Meneguello faz menção ao livro: NORA, Pierre (org.) **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

[14] Meneguello faz menção ao livro: CHOAY, Francoise. **L’Allégorie du Patrimoine**. Paris, Éditions du Seuil, 1992.

> clássica da democracia direta ateniense, onde só os ‘homens livres’ podiam se manifestar (SERRA, 2006. p. 102). (grifos meus)

A partir do marco constitucional formaram-se, por todo o país, conselhos de defesa do patrimônio, os quais passaram a ter papel fundamental na preservação de bens de representatividade local, esfera não atingida pelos órgãos de salvaguarda estaduais ou pelo federal, que sempre prezaram por tombamentos, senão de edificações monumentais, por registros de referências culturais regionais ou ainda, nacionais.

> assim como a memória tornou-se um instrumento poderoso para pensar a justiça e o conhecimento, o patrimônio, até mesmo nos ‘ódios monumentais’ que ele suscitou nas guerras civis contemporâneas, tornou-se um instrumento importante da instituição da cultura e das suas políticas (POULOT, 2008. p. 34).

Diante deste breve panorama acerca da formação dos Conselhos Municipais de Preservação no Brasil, objetivou-se nesta pesquisa de mestrado estudar mais profundamente este processo, compreendendo seus principais agentes e atores, seus artífices e sua recepção nos municípios a partir de um estudo de caso: a Região Metropolitana de Sorocaba – RMS.

A RMS, localizada na região centro-sul do Estado de São Paulo, é composta por 27 municípios, sendo uma das mais recentes regiões metropolitanas do Estado e compreendendo 2,1 milhões de habitantes (IBGE, 2022). Ela se subdivide em 3 sub-regiões de governança.

A escolha deste objeto para pesquisa e análise levou em consideração a quantidade de cidades que a compõem – 27- um cenário interessante e de número significativo, porém apropriado para uma dissertação de mestrado; as peculiaridades da região que abarca tendências culturais e passado marcado pela forte industrialização, além de ser uma região metropolitana recente, o que favorece o acesso à documentação que registre sua formação e atuação, além da relação da mestranda com o território, natural de Tatuí, já foi presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Tatuí (CONDEPHAT) entre os anos de 2017 e 2019 e, atualmente, ocupa a cadeira destinada ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo (CAU-SP), naquele órgão.

Sendo assim, esta pesquisa permitirá compreender, a partir da RMS, como a municipalização da gestão do patrimônio foi articulada politicamente, quais as condicionantes sociais e institucionais que levaram a esse processo e, em que medida essa descentralização foi benéfica para a salvaguarda de elementos construídos, locais de interesse histórico, cultural ou arquitetônico, e seus entornos.

Para tanto, esta dissertação foi estruturada em três capítulos, além da introdução. No primeiro deles, trazemos uma revisão de bibliografia que versa sobre a história do IPHAN a partir dos anos 1960 e sobre a situação da preservação do patrimônio cultural no Brasil desde então. Objetivou-se na coleta de referências bibliográficas, além dos títulos e autores clássicos do tema, como Maria Cecília Londres Fonseca e Márcia Regina Romeiro Chuva, produções contemporâneas, como as pesquisas de Sandra Rafaela Magalhães Côrrea e Bárbara Helena Almeida Carmo, que trouxessem novas perspectivas, buscando estabelecer um paralelo entre a realidade nacional e a paulista.

O segundo capítulo aborda a formação da RMS procurando descortinar quais os fatores que motivaram sua criação, os principais agentes e desdobramentos dela para a preservação do patrimônio cultural naquele território.

No terceiro capítulo, são analisados os processos de tombamento e a conjuntura política-institucional que motivou a preservação de três objetos pertencentes a RMS, representativos de cada uma de suas sub-regiões: o Centro Histórico da cidade de Itu, os remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, hoje Flona Ipanema, localizada em Iperó e a Companhia Têxtil São Martinho, de Tatuí.

Compreender estes processos é entender em que medida os municípios interagem com as demais esferas e órgãos de salvaguarda em prol de seus patrimônios e qual a visão que se tem da preservação nos tempos atuais no contexto desta região metropolitana.

Sem dúvidas, uma das grandes dificuldades da pesquisa foi a falta de um cadastro único que apresente os bens preservados nas três esferas de governança - municipal, estadual e federal. O IPHAN dispõe de uma planilha editável com a listagem de todos os processos já abertos no órgão desde sua institucionalização. No *site* do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do

Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) é possível se fazer a consulta dos bens salvaguardados por: cidade, palavra-chave, categoria ou livro-de-tombo.

Situações que apesar de não ideais, permitem uma busca ativa. Porém, no campo municipal, o cenário se mostra efetivamente dramático, pois não foi encontrada qualquer organização dos bens preservados nos municípios componentes da RMS, seja pelas próprias cidades ou pela RMS propriamente dita. Este tema será mais bem explorado no capítulo 2.

A Lei Complementar Estadual nº 760, de 01º de agosto de 1994, instituiu os regramentos para a formação de conglomerados urbanos, classificados em: “regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou microrregiões” no intuito de promover ações conjuntas em prol dos municípios componentes, nas mais diferentes áreas.

Mesmo antes da regulamentação, já havia, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pedidos para a formação de Regiões Metropolitanas. Circunstância que se intensificou após a promulgação da referida lei. Ainda em 1992, houve o primeiro pedido para a formação da RMS, concretizado apenas em 2014, após o envolvimento de uma série de deputados, de diferentes vieses políticos.

As pesquisas no âmbito deste mestrado mostraram-nos que mesmo com oito anos de implantação da RMS, pouco se avançou na cooperação entre os municípios componentes e que, de fato, não há um patrimônio cultural que simbolize toda a região, apesar do amplo acervo, especialmente de edificações, acautelado pelo órgão de preservação estadual.

CAPÍTULO 1 – Tempo 1: O patrimônio entre o local e o nacional

Nos anos 1950, os conjuntos tombados ou passíveis de preservação encontravam-se cada vez mais degradados, sendo vítimas recorrentes da especulação imobiliária que ocasionava o espraiamento das cidades e o abandono dos centros antigos. As obras de conservação e restauro, devido aos reduzidos recursos, eram poucas e, quase sempre, promovidas em caráter emergencial.

Além disto, o desgaste institucional em que se encontrava o órgão federal, após quase trinta anos de uma política de preservação que prezava pelos remanescentes do Brasil colônia, em especial do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, quando muito, por exemplares de arquitetura moderna; os estados desprestigiados dentro desta seleção "nacional" de bens culturais pelo SPHAN, começaram a se afastar da instituição e traçar seus próprios caminhos na seara da preservação.

Nesta perspectiva, Maria Cecília Londres Fonseca pontua:

> Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreram grandes mudanças no modelo de desenvolvimento brasileiro, responsáveis pelos impasses com que a política de preservação do SPHAN foi confrontada, levando a instituição, bem como outros setores da administração pública que passaram a se interessar pelo assunto, a recorrer a novas alternativas de atuação. (FONSECA, 2017. P. 150).

Neste contexto, surgiram as primeiras entidades estaduais direcionadas à temática, ainda nos anos 1960, merecendo destaque a criação do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC)[15], formulado como Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA), em 1963; do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT)[16] em 1968, e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE)[17], em 1973. Ainda, no ano de 1975, foi criada uma

[15] A Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara – DPHA - foi criada em 1964, na gestão do governador Carlos Lacerda, por meio de um anexo do Decreto nº 346, o qual estabelecia parâmetros para a salvaguarda do patrimônio no estado. A instituição do órgão tinha por objetivo promover o tombamento do Parque Lage. Na década de 1970, após a mudança da capital federal, o órgão passa a ser denominado de Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro - INEPAC. Para mais informações ATIQUE, 2020.

[16] Quando da sua formação, através da Lei 10.247, o Conselho Estadual paulista ainda não considerava o patrimônio Arqueológico, por isto a sigla apresenta apenas um A.

[17] A **FUNDARPE** foi instituída em 1973 pelo governo estadual pernambucano, com aporte financeiro do Banco do Estado de Pernambuco, sendo coordenada naquele período pelos arquitetos Fernando

Secretaria de Cultura no município de São Paulo, com um Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) (BARROS, 2019)[18].

O então IPHAN enfrentava ainda a massiva industrialização ocorrida no Brasil, principalmente a partir dos anos 1950, que ameaçava a manutenção de imóveis não registrados pelo órgão federal. O cenário que se descortinava aos preservacionistas do "Patrimônio", era o de demolições para a instalação de galpões, e a escassez de profissionais especializados para desenvolverem projetos e executarem obras de preservação com o rigor necessário dentro e fora do órgão.

Concomitantemente a esta situação de fragilidade institucional e mudanças sociais, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) passou a promover ações para apoiar países interessados em viabilizar a conservação de seus bens culturais, por meio do chamado "Turismo Cultural". Entre estas iniciativas estavam congressos, protocolos de preservação e programas de aporte financeiro:

> Por amplo período Renato Soeiro foi o mais importante articulador internacional do DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), estando presente em muitos destes eventos, como: "Reunião de Especialistas organizada pela UNESCO em Paris – França (1952); Simpósio Panamericano para a Preservação de Monumentos Históricos – Flórida – Estados Unidos (1965); Reunião de especialistas – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS (UNESCO) em Bruxelas – Bélgica (1966). (SOEIRO, sem data)." (SAPORETTI, 2017, p. 21 e 22) (BARROS, 2019, p. 268).

Destaca-se neste leque de ações o *Programa de Incremento do Turismo e de Recuperação de Recursos Naturais*, o qual buscava subsidiar economicamente restauros e intervenções em conjuntos urbanos visando ampliar o número de turistas, em especial os internacionais, nestas localidades, estimulando-se, por consequência,

---

de Barros Borba e José Luiz Mota Menezes. Optou-se pela criação de uma fundação pela maior flexibilidade no recebimento de recursos e na implantação das ações, já que esta modalidade oferece menos burocracias. De acordo com Santos e Pacheco: "A Fundarpe se estruturou enquanto pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com a possibilidade de captar recursos e realizar ações com grande versatilidade, com um estatuto que lhe garantia prerrogativa de uma Secretaria de Cultura". Informações contidas em: SANTOS. PACHECO, 2015, p. 190.

[18] Em 1974, a Coordenadoria Geral do Planejamento (COGEP) da cidade de São Paulo convidou o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Benedito Lima de Toledo para fazer amplo levantamento de imóveis do centro da cidade passíveis de preservação. Toledo chamou Carlos Lemos para ajudá-lo a desenvolver este trabalho, o qual ficou conhecido como *Programa Toledo-Lemos*. Informações colhidas em: FERREIRA, 2018, p.45-46.

outros segmentos inerentes ao ramo, como a hoteleira, os transportes, a gastronomia, com o intuito de gerar renda e melhoria social nas regiões apoiadas.

Esta modalidade de incentivo econômico foi possível em grande parte pela, naquele momento recente, aviação moderna, que encurtou distâncias e barateou custos com viagens, permitindo que um maior número de pessoas pudesse usufruir de roteiros internacionais. Barros expõe que,

> Em outras palavras, o "Turismo Cultural" tinha por objetivo promover o excursionismo, e assim aquecer as economias nacionais a partir da valorização de monumentos, acreditando-se inclusive que o interesse dos turistas por estes bens promoveria a ressignificação destes também para a população local (BARROS, 2019. p. 267).

Naquele período, o aproveitamento dos remanescentes históricos para viabilizar o Turismo Cultural, era amplamente difundido e valorizado, sendo desconsideradas em boa parte das vezes as relações já existentes naquele território e o processo de gentrificação[19] que pode ser ocasionado por esse tipo de intervenção, conforme explicita Márcia Sant'Anna[20]:

> Nos anos 1960 a concepção desse setor (o turismo) como atividade fundamental para a viabilização econômica da conservação de grandes monumentos e mesmo de núcleos urbanos inteiros constitui um consenso em todo o mundo. Esse conceito, diferentemente daquele que privilegiava a

[19] De acordo com a Enciclopédia de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, o termo gentrificação "refere-se a processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. Os "gentrificadores" (*gentrifiers*) mudam-se gradualmente para tais locais, cativados por algumas de suas características - arquitetura das construções, diversidade dos modos de vida, infraestrutura, oferta de equipamentos culturais e históricos, localização central ou privilegiada, baixo custo em relação a outros bairros -, passando a demandar e consumir outros tipos de estabelecimentos e serviços inéditos. A concentração desses novos moradores tende a provocar a valorização econômica da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida local, e levando à expulsão dos antigos residentes e comerciantes". Para mais informações: FFLCH, 2022.

[20] **Márcia Genésia Sant'Anna** é arquiteta pela Universidade de Brasília, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Foi servidora do IPHAN de 1987 a 2011, ocupando uma série de cargos de diretoria. É professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado Profissional na mesma instituição. Ainda, coordena o Grupo de Pesquisa Arquitetura Popular: espaços e saberes (GP ARQ POP) e participa do Grupo de Pesquisa História da Cidade e do Urbanismo. Desde 2010 atua como professora colaboradora do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio (PEP-MP/IPHAN). É autora dos livros *Da cidade-monumento à cidade-documento* (2014) e *A cidade-atração* (2017). Para outras informações ver: Currículo Lattes, 2021.

> inclusão da herança construída na vida e no cotidiano citadino, produziu uma ideia de patrimônio como algo imobilizado e à parte do devir histórico (SANT'ANNA, 2019. p. 59).

Nessa mesma linha, que coloca o turismo como solução certeira para a degradação do patrimônio e a decadência econômica, Marcelo Sotratti, pontua a partir de seu estudo de caso, que no Centro Histórico de Salvador:

> A perda do dinamismo econômico e a degradação do Centro Histórico de Salvador, vai ser percebida mais fortemente pela sociedade baiana e brasileira a partir da década de sessenta do século XX, quando o país começa a redefinir uma política de preservação do patrimônio histórico e a atividade turistica poderia ser uma excelente oportunidade de desenvolver e reverter o quadro deplorável que a região se apresentava: edifícios em ruínas, proliferação de cortiços e prostíbulos e violência urbana totalmente disseminada na região (SOTRATTI, 2005, p. 157).

Diante deste quadro, no final da gestão Rodrigo Melo Franco de Andrade, novas posturas começam a ser tomadas frente ao patrimônio cultural, motivadas principalmente pela necessidade de obtenção de dividendos, por pressão popular e ainda, por uma economia em declínio após o golpe civil-militar de 1964.

1.1 Os emissários da UNESCO no Brasil

Conforme visto, os anos 1960 explicitaram uma situação que se perpetuava dentro do IPHAN desde sua fundação: a ineficácia de suas ações diante das dimensões territoriais brasileiras e, por consequência, do grande número de bens passíveis de estudo e preservação. Tendo conhecimento do *Programa de Incremento do Turismo e de Recuperação de Recursos Naturais* e diante desta situação de precariedade do órgão federal naquele momento, em meados dos anos 1960, Rodrigo Melo Franco de Andrade solicitou apoio à UNESCO, através de Renato Soeiro, aproveitando-se do grande prestígio que esse gozava no meio da preservação (AZEVEDO, 2016). Buscando mais do que suporte para a implantação de uma política excursionista no país, o órgão federal vislumbrava subsídios financeiros, tão escassos a ele, para a manutenção de elementos relevantes do conjunto arquitetônico brasileiro.

A assinatura de um acordo de cooperação técnica entre a organização internacional e o IPHAN possibilitou a vinda ao Brasil de uma série de especialistas na área da preservação, de diferentes nacionalidades, entre os anos de 1964 e 1979. Estiveram aqui Paul Coremans em 1964, Frédéric Limburg de Stirum[21] em 1967, Michel Parent em 1967 e 1968, Graeme Shankland[22], também em 1968, Alfredo Evangelista Viana de Lima[23], em 1968 e 1970 e Pierre Habib[24], em 1979 (LEAL, 2008). Estes visitavam diversas cidades com vasto patrimônio edificado e elaboravam relatórios técnicos que posteriormente serviriam de apoio para as ações voltadas à salvaguarda de imóveis e promoção do turismo.

O primeiro emissário a chegar ao país foi o belga Paul Coremans, perito da UNESCO, que percorreu uma série de países, tais como: Iraque, Irã, Espanha, México, Índia, Peru, contribuindo para a formação de departamentos voltados à preservação, de técnicos locais e elaborando relatórios sobre a situação dos patrimônios culturais destes países.

No Brasil, em março de 1964, Coremans visitou os laboratórios técnicos do então DPHAN e a cidade de Ouro Preto; sendo acompanhado por Renato Soeiro, naquele momento diretor da Divisão de Conservação do DPHAN, e Edson Motta, chefe do Laboratório de Conservação e Restauração do mesmo órgão. Como produto da missão foi publicado um relatório técnico em maio daquele mesmo ano (LEAL, 2008).

Porém, dentre os emissários, o mais conhecido deles é o francês Michel Parent. Experiente profissional, atuando por mais de vinte anos em ações de preservação e

---

[21] O belga **Frédéric Limburg de Stirum** formou-se na École Speciale d'architecture em Paris no ano de 1961. No mesmo ano veio morar no Brasil, onde conheceu e se aproximou de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o que o permitiu promover um plano de salvaguarda para Paraty. Informações contidas em: LEAL, 2009.

[22] O arquiteto inglês **Graeme Shankland** atuou no Departamento de Urbanismo do Conselho Municipal de Londres, Inglaterra. No Brasil passou por Salvador, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Informações contidas em: LEAL, 2009.

[23] **Alfredo Evangelista Viana de Lima** (1913 – 1991) formou-se arquiteto pela Universidade Superior de Belas Artes do Porto. No Brasil percorreu diversas cidades, entre elas São Luís do Maranhão, para a qual redigiu o documento *Rapport et propositions pour la conservation, recuperation et expansion*, em português *Relatório e propostas para a conservação, recuperação e expansão.* Informações contidas em: LEAL, 2009.

[24] **Pierre Habib**, o último dos emissários a estar no país, graduou-se na Escola Politécnica de Paris, onde anos depois foi diretor do Laboratório de Mecânica de Sólidos. Informações contidas em: LEAL, 2009.

como funcionário do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Sítios na França, esteve no país em duas ocasiões: entre 24 de novembro de 1966 e 8 de janeiro de 1967 e de 19 de abril a 1º de junho de 1967.

Suas estadias no Brasil, oportunidades em que visitou cerca de 35 cidades, entre elas São Luís do Maranhão, Paraty, Salvador e Ouro Preto, deram origem ao relatório *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique* – em português: “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico”, publicado em francês em março de 1968.

Em mais de cento e cinquenta páginas, Parent apresentou, com foco na preservação, amplos estudos sobre as cidades que percorreu e estratégias para se pensar a salvaguarda dos bens culturais em âmbito municipal. Ainda, apontou no documento, que se tornou uma referência para os emissários que estiveram no Brasil posteriormente, a necessidade, já sentida na vivência diária do órgão de preservação federal, da ampliação dos recursos financeiros destinados às ações de salvaguarda do patrimônio cultural nacional.

Ainda, como um dos desdobramentos de suas visitas, destaca-se a implementação na cidade de Salvador da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, atualmente chamado Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e que em 1971 sediou o II Encontro de Governadores, o qual deu origem ao Compromisso de Salvador, assunto que trataremos a seguir.

Evidências apontam para a necessidade de maior número de estudos sobre esses emissários e suas atuações no país. Entre elas destaca-se que o relatório de Parent, o enviado do qual mais se encontra documentação, foi traduzido para o português apenas em 2008, por Rejane Maria Lobo Vieira através da série Pesquisa e Documentação, da Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (Copedoc) do IPHAN, funcionária de carreira do IPHAN, após quarenta anos de suas vindas ao Brasil.

Os demais textos encontrados no decorrer da pesquisa, são em número reduzido e em geral abordam, além de Parent, a estadia e os relatórios de Paul Coremans e Alfredo Evangelista Viana de Lima.

1.2 Mediações Administrativas: as atuações dos Governadores no Patrimônio

A equação cidade-Federação não estava completamente resolvida nos anos 1960, e a escala de mediação territorial e administrativa, que eram os Estados, era praticamente alijada da discussão patrimonial por não ter, na imensa maioria, sido ainda criada. Os anos 1960 mostravam que, embora o patrimônio estivesse constituindo *lugares*, e estes fossem perceptíveis na escala das cidades, onde o cidadão vive, a administração do patrimônio estava, há quase 30 anos, fundeada nas ações do "Patrimônio" - com P maiúsculo - como era evocado o IPHAN. O IPHAN era a demarcação da presença federal. O bem cultural, por outro lado, era a demarcação da vida nos municípios. O que era, então, a marca estadual e seus patrimônios? Como fazer com que houvesse um intercâmbio entre cidade - estados - Federação?

Esta mediação provocou debates. Um primeiro passo para ampliar as ações do IPHAN, curiosamente, foi o de ampliar a escala de sua contribuição para além do inventário. Dessa maneira, paralelamente à passagem dos emissários da UNESCO pelo país, ocorreram eventos importantes para apoiar o fomento à preservação do patrimônio cultural por meio do turismo: a criação da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR - em 1966 e os Encontros de Governadores em Brasília e em Salvador, nos anos de 1970 e 1971.

> O Governo Federal, através do Ministério da Indústria e Comércio, elaborou o projeto que se transformou no Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, publicado no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 1966, o qual definia a Política Nacional do Turismo e criava o Conselho Nacional do Turismo — CNTur — e a Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR. O projeto representava mais um esforço no sentido de estabilizar a economia brasileira, meta principal do então governo Castelo Branco (ALFONSO, 2006, p. 37).

Naquele momento, a EMBRATUR nascia com o intuito de apoiar empresas dos mais diversos setores relacionados ao turismo, com incentivos fiscais e financiamentos, visando a melhoria da situação econômica do país e da distribuição de renda. Devemos ter em mente que desde os anos 1950, a migração interna estava atraindo para os estados sulistas grande contingente de população, em busca de trabalho, o que colocava os Estados da região que passava a ser chamada de Nordeste, em situação crítica, com abandono de cidades, vilas, e bairros vistos como

históricos pelo IPHAN. Soma-se a isso, ainda, a redefinição do turismo à beira-mar, que tentava construir uma rede hoteleira em praias praticamente habitadas por pescadores. O raciocínio do governo federal era o de atrair turistas para hotéis novos, à beira-mar em Estados que estavam em crise populacional e econômica, e fomentar o passeio e o registro dos territórios históricos. Paralelamente, criar-se-ia um desenvolvimento econômico que poderia vincular os potenciais migrantes aos serviços de turismo em criação (na rede hoteleira, como guias de turismo e até como empregados nas obras de restauração de monumentos).

Em 1968, esses pontos ficam mais evidentes, com a criação do *Programa Estratégico do Governo Federal*, o qual estabeleceu as seguintes premissas de atuação:

> ▪ Contribuir para o balanço de pagamentos: o turismo externo estimula ingresso de moeda estrangeira e o fortalecimento do turismo interno evita evasão de divisas.
> ▪ Estimular a Integração Econômica e Social do País: melhorar a distribuição de renda, conectando diferentes sistemas de preços e serviços, de regiões brasileiras mais e menos desenvolvidas.
> ▪ Desenvolver regiões onde desenvolvimento esteja associado ao turismo: canalizar estímulos fiscais e financiamentos para áreas com "vocação natural" para o turismo.
> ▪ Estimular a Integração Política e Econômica do Continente. (ALFONSO, 2006, p. 38).

Amarrando a iniciativa estatal, houve, ainda, a promoção pelo Ministério da Educação e Cultura - ao qual se vinculava o DPHAN -, dos dois encontros anuais voltados à temática da preservação, nas cidades de Brasília e Salvador, para os quais foram convocados e se fizeram presentes governadores estaduais, prefeitos e agentes da cultura.

Essas reuniões alavancaram a formação de secretarias de turismo estaduais, bem como de órgãos de preservação dos estados. Interpretamos, ainda, que elas simbolizaram o movimento de emancipação de alguns municípios frente a seus bens culturais, dada a ineficiência da atuação do órgão federal. Isto, conforme interpretamos, pode ser visto como marco do início do processo de municipalização da gestão do patrimônio no Brasil, tendo em vista que os compromissos ali originados, ampliaram e incentivaram a autonomia das cidades no campo da preservação.

Ambos os eventos originaram documentos síntese - *Compromisso de Brasília* (1970) e *Compromisso de Salvador* (1971). O primeiro estabeleceu diretrizes para a melhoria da gestão do patrimônio brasileiro, o segundo ratificou essas premissas e propôs novas, destacando-se entre elas: melhoria na qualificação e ampliação no número de profissionais tanto de canteiro, quanto de prancheta; a recomendação de que estados e municípios criassem instituições voltadas à preservação em seus âmbitos governamentais, a necessidade do aumento dos incentivos financeiros para a salvaguarda dos bens culturais e a criação de um Ministério da Cultura independente.

A municipalização da preservação, assim, precisou de um fortalecimento da escala estadual. Foi a partir dos Compromissos dos Governadores, que diversas cidades puderam se beneficiar de fomentos, políticas e estratégias de inventários para fazerem o patrimônio local despontar. No estado de São Paulo, encontramos algo nesta linha, e vamos trabalhá-lo a seguir. Antes, porém, precisamos delinear que os compromissos, bastante sucintos, não detalharam como viabilizar as intenções assinadas. Neste sentido, pode-se considerar, em certa medida, que as respostas aos questionamentos por eles suscitados vieram em 1973, a partir da criação do Programa de Cidades Históricas (PCH).

1.3 Uma década de PCH

O PCH tinha por objetivo promover o desenvolvimento econômico a partir do turismo, promovendo intervenções em bens comprometidos que apresentassem valor cultural significativo, oferecendo suporte às atividades turísticas e à infraestrutura. É nítido que as estratégias do Programa estavam em muito alinhadas com o que a UNESCO vinha praticando desde os anos 1950.

Sua articulação teve início em 1972 por João Paulo dos Reis Velloso e Jarbas Passarinho, respectivamente ministros do Planejamento e Coordenação Geral e da Educação e Cultura do governo militar de Emílio Garrastazu Médici.

Márcia Sant'Anna apresenta-nos que a criação do PCH só foi possível pelo momento singular que se vivia, no qual se somavam o "milagre brasileiro", a necessidade de respostas efetivas à sociedade frente aos desafios da salvaguarda do

patrimônio nacional e ao grande contingente de brasileiros em absoluto estado de pobreza:

> O PCH surgiu e se desenvolveu como produto de uma confluência rara de mudança de paradigmas. De um lado, uma alteração significativa na orientação das políticas de preservação do patrimônio urbano no Brasil e, de outro, a retomada, em novas bases, do viés desenvolvimentista e integrado da política econômica e urbana do governo federal, então voltada para a eliminação de desigualdades regionais, para a desconcentração produtiva e demográfica e para o fortalecimento da rede urbana. O turismo surgiu, à época, como o ponto ideal para unir o aproveitamento econômico do patrimônio urbano ao desenvolvimento regional. Ou seja, como a atividade produtiva mais adequada para retirar do pântano da deterioração física e da estagnação econômica algumas cidades e suas regiões (SANT'ANNA, 2019, p. 60).

Neste sentido, Fonseca afirma que: "essas iniciativas partiram do pressuposto de que a estrutura e a experiência do trabalho do IPHAN, mesmo com a colaboração da Unesco, eram insuficientes para atender às novas necessidades da preservação" (FONSECA, 2017, p. 151). Necessidades, conforme citado anteriormente, fruto de um mundo mais conectado e de um país que vinha sofrendo as consequências do processo de industrialização e modernização iniciado nos anos 1950, como o aumento da especulação imobiliária e o esvaziamento dos centros históricos.

Em janeiro de 1973, foi formado um grupo interministerial a fim de dar início às pesquisas para o chamado *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste*. A equipe era composta por representantes do alto escalão de pastas consideradas chave para o bom andamento dos trabalhos: "da Educação e Cultura - Renato Soeiro (diretor do Departamento de Assuntos Culturais e do Iphan); Indústria e Comércio - Ney Tinoco (diretor da Embratur), e do Interior - Edileusa Rocha (da Sudene). Representaram o Miniplan, Affonso de Lima Vitule (Secretário Geral Adjunto), Fernando Quintela (coordenador do GT) e Luiz Siqueira (Assessor - Secretário Executivo do GT)" (CORRÊA, 2012, P. 124-125). Carmo esmiúça que:

> O programa anunciava um investimento nos "monumentos tombados" que tivessem potencial para a geração de renda pelo "incremento das atividades ligadas ao turismo". Após serem restaurados com verba do PCH, os "monumentos tombados" deveriam ser conservados com recursos gerados pelo uso continuado conferido ao próprio imóvel. Isso deveria se dar por meio da "participação conjunta e efetiva de todos os organismos governamentais a nível **federal, estadual e municipal**", de forma a promovê-los e divulgá-los "**junto à comunidade municipal que os habita**[...], a nível nacional e

> internacional com vistas à formação de uma **consciência nacional** de admiração e respeito ao nosso passado" (BRASIL, 1973a, p. 2-3, grifos nossos) (CARMO, 2020, p. 55).

Conforme afirma Bárbara Carmo[25], no trecho de sua dissertação de mestrado sobrescrito, o programa tinha por princípio investir verbas federais para subsidiar obras de restauro de bens de valor cultural, tornando-os aptos a geração de renda a partir do turismo. Para tanto, acreditava-se ser imprescindível o envolvimento dos estados e municípios detentores destes patrimônios - inclusive para se dividir os custos operacionais - e da comunidade local, buscando-se assegurar a longevidade destes objetos.

O desenvolvimento dos trabalhos foi dividido em seis eixos, a saber: Informação, Triagem, Completação, Origem dos Recursos, Aspectos Legais e Institucionais e Recomendações (CORRÊA, 2012). Estes tinham por objetivo promover visitas à região e levantar as cidades ou edifícios que tinham potencial turístico, bem como os bens de natureza imaterial, que ainda não recebiam essa terminologia. Cabe ressaltar que, conforme destaca Paulo Ormindo Azevedo[26], "não existia na época experiência internacional nesse campo (patrimônio imaterial), salvo em uma cultura muito diversa da ocidental, como a japonesa. A primeira manifestação da Unesco sobre o assunto seria a Recomendação sobre a Cultura Tradicional e Popular, de 1989" (AZEVEDO, 2016, p. 245), sendo esses bens, naquele período, denominados de folclore, tradições, culinária, entre outros.

---

[25] **Bárbara Helena Almeida Carmo** possui graduação em tecnologia em Conservação e Restauro pelo Instituto Federal de Minas Gerais e em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa. É mestre em Ciências pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo na área de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Atuou na área de patrimônio cultural, restauração, projetos arquitetônicos e fiscalização de obras. Informações colhidas em: Currículo Lattes, 2020.

[26] **Paulo Ormindo de Azevedo** formou-se em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia em 1959, fez especialização em "Conservação e restauração de bens culturais" no *International Centre for Conservation and Restoration of Monuments and Sites* – ICCROM/UNESCO e doutorado no mesmo campo na *Università degli Studi di Roma, "La Sapienza"* em 1970, na Itália. Tornou-se professor titular da UFBA em 1996, onde fundou o Grupo de Restauração de Arquitetura e do Urbanismo, GRAU. Trabalhou no IPHAN-BA e foi membro do seu Conselho Consultivo, no Rio de Janeiro. Coordenou o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC-SIC. Foi consultor da UNESCO realizando missões em toda a América Latina, Caribe e África Lusófona. Foi membro do Conselho de Políticas Culturais do Ministério da Cultura e do Comitê Científico da Rede Patrimônio Histórico Iberoamericana - IPHI. Recebeu os prêmios Rodrigo Mello Franco de Andrade em 1999 e a Medalha Mário de Andrade em 2017, ambos do IPHAN, e a Medalha Edgar Graff, do IAB-BR em 2019. Informações contidas em: Paulo Ormindo, 2020.

A partir deste levantamento seria possível fazer-se uma espécie de triagem e determinar quais seriam os objetos aproveitados ao turismo de maneira imediata, e quais necessitariam de melhorias em infraestrutura, estando estes no grupo chamado de “completação”.

Quanto à “origem dos recursos”, era sabido que alguns dos investimentos seriam feitos pelo próprio governo federal, como um aporte inicial, porém acreditava-se na parceria com investidores privados para a melhoria da estrutura de apoio, à exploração dos bens, o fretamento de aviões excursionistas e a instalação necessária ao turismo, como a hoteleira e a gastronomia.

Em maio daquele ano, após visitar 28 cidades, o grupo interministerial apresentou uma relação de quais daquelas localidades poderiam ser contempladas pelo programa, com exclusão de algumas sugeridas inicialmente pelo IPHAN e com a inclusão de outras. Ainda, foram elencadas constatações a que o grupo chegou após as visitas, porém não com a profundidade desejada inicialmente; faltavam propostas concretas para que o Programa se tornasse exequível, como minutas contratuais e roteiros turísticos, por exemplo. Sandra Corrêa[27] atribui a superficialidade do material apresentado ao prazo exíguo proposto para o desenvolvimento do documento – 60 dias - e à composição do grupo de trabalho, formado por chefes de pastas, "o que dificultou, certamente, a elaboração de levantamentos técnicos” (CORRÊA, 2012, p. 131). A autora ainda mostra que

> As condições para atendimento dos projetos a serem apresentados seriam: destinação para uso imediato tão logo se concluíssem sua restauração e adaptação; estar de acordo com a orientação técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e ser aprovado pela Embratur e Sudene quando se tratasse de projeto que objetivasse o uso em atividade turística direta. O esquema financeiro do Programa previa a participação efetiva dos municípios e dos estados por meio de uma contrapartida financeira mínima de 20% para execução de obras para implantação de estradas, energia e saneamento básico, bem como estudos e planos de desenvolvimento local; e apoio financeiro de até 80% proveniente do Fundo

[27] **Sandra Rafaela Magalhães Corrêa** é arquiteta e urbanista, especialista em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos e Mestre em Arquitetura. É servidora do IPHAN desde 2006, coordenando de 2009 a 2017 a área de fomento e fiscalização no Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, quando foram editadas as primeiras regulamentações nacionais referentes à fiscalização e aprovação de projetos, incluindo a cobrança de multas por infrações. Desde 2017, ocupa a função de Coordenadora Geral de Conservação também no Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Nesta atividade desenvolveu novas diretrizes para a área de conservação, como: o atendimento à população de baixa renda moradora de áreas tombadas e a transmissão de saberes tradicionais na área de conservação. Informações colhidas em: LinkedIn, 2021.

> para o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos (...) (CORRÊA, 2012, p. 132-133).

Ainda de acordo com Sandra Corrêa, o “ano de 1973 foi de preparação da burocracia para iniciar os projetos e obras” (CORRÊA, 2012, p. 137), porém, é sabido que neste período foram firmadas as primeiras parcerias entre estados das regiões Norte e Nordeste, sinalizando um relativo sucesso do Programa, dado o curto prazo entre sua fundação e o início da assinatura dos acordos. A autora ainda apresenta números: “foram assinados convênios com os estados da Bahia (cinco projetos), Sergipe (dois planos urbanos), Alagoas (dois projetos), Pernambuco (cinco projetos), Rio Grande do Norte (um projeto), Ceará (um projeto) e Piauí (quatro projetos)”, além da instalação da “Secretaria Executiva do Programa na Delegacia Regional do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, localizada em Recife” (CORRÊA, 2012, p. 137-138).

Apesar da ausência de uma relação intensa entre as pastas que compunham o Programa, este seguiu sua função com relativo êxito nos anos seguintes. Ao IPHAN coube a análise dos projetos de restauração, sem qualquer contribuição prévia no que diz respeito à relevância do bem a ser restaurado ou ao uso proposto para ele, sinalizando uma espécie de descrédito da instituição à época (CORRÊA, 2012).

Sendo assim, a posição do órgão detentor do conhecimento técnico frente ao patrimônio nacional ficou subjugada às predileções e determinações do Miniplan - como era chamado o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral à época - que chefiava as ações do Programa através da Secretaria Executiva do PCH.

As intervenções focaram naquele momento, apesar do entendimento inicial da necessidade de que se trabalhasse os conjuntos urbanos como um todo, apenas nos edifícios de maneira isolada, não concebendo projetos interligados e complementares.

Em 1975, por intermédio de Henrique Oswaldo de Andrade[28], iniciou-se um processo de avaliação e revisão do Programa, com a formação de nova equipe de

[28] **Henrique Oswaldo de Andrade** formou-se em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1963 e tornou-se especialista em Planejamento do Desenvolvimento e Planejamento do Setor Industrial em 1967 pelo Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social. Foi técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, de 1974 a 1979, quando foi designado Assessor Especial do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República para Assuntos do Conselho de Desenvolvimento Econômico da Presidência da República, coordenando também no período o Programa de Cidades Históricas. Foi

trabalhos, buscando-se responder a demandas e críticas sofridas, principalmente quanto ao tratamento dos imóveis de maneira isolada. Ainda, houve um estudo para ampliação dos estados atendidos, uma solicitação de governadores estaduais, principalmente de Rondon Pacheco, governador de Minas Gerais, tida como a "menina dos olhos" do patrimônio nacional e até aquele momento, excluída do PCH.

Desde então, a equipe constituída vinha emitindo relatórios com o objetivo de avaliar as intervenções realizadas até aquele momento e elencar atitudes necessárias para melhorar e ampliar as ações promovidas pelo Programa. Porém somente em 1977, este intento veio a cabo, quando foram incluídos Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, além de criados novos parâmetros para a avaliação das cidades a serem beneficiadas.

Sandra Corrêa afirma que em todos os documentos produzidos pela comissão formada, dentro de uma série de pontuações nota-se a insistência na necessidade de qualificação dos profissionais envolvidos nos projetos de intervenção, sejam eles técnicos ou executores, a importância de que os estados e a municipalidade regulamentassem órgãos de preservação em suas esferas e ainda, a ampliação do conceito de patrimônio para além do edifício (CORRÊA, 2012). Vale relembrar que esses pontos já eram metas estabelecidas pelos compromissos firmados a partir dos Encontros de Governadores ocorridos em 1970 e 1971 e que, notadamente, não haviam sido ainda atingidas.

Naquele mesmo ano, instituiu-se a Comissão de Coordenação e Acompanhamento (CCA), sendo Henrique Osvaldo de Andrade seu presidente, o qual formulou o Manual de Instruções para o Programa de Cidades Históricas, que "trata do mecanismo operacional, das normas, da sistemática de liberação dos recursos, da avaliação e do acompanhamento. Além disso, contém diversos modelos de documentos, como convênios, termos de compromisso, termos de referências, requerimentos, editais de licitação etc." (CORRÊA, 2012, p. 183).

Sobre esse processo de revisão do Programa, Bárbara Carmo pontua que:

---

diretor adjunto da Fundação Nacional Pró-Memória de 1982 a 1985. De 1985 até 1987 foi secretário Adjunto do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Também se destaca em sua trajetória na área da preservação o cargo de diretor regional do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC entre os anos de 1991 e 1992, a vice-presidência do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (2012-2015), e a atuação como conselheiro na mesma instituição até o momento. Ainda é presidente do Instituto Bem Cultural desde 2011. Para maiores informações consultar: LinkedIn, 2021.

> Com a reformulação, o programa passou a incluir a possibilidade de restauração de “bens móveis” e suscitou que expressões culturais e “manifestações culturais em extinção ou deformação” (BRASIL, 1977b, p.3) pudessem ser preservadas. O leque de possibilidades transbordou o universo dos bens imóveis, do artesanato e do folclore (CARMO, 2020, p. 99).

A comissão se reuniu por vezes avançando significativamente nos pareceres técnicos, na união de ações entre IPHAN e PCH e ainda, permitindo o financiamento de obras em prédios particulares, o que não acontecia até 1978, no entanto pouco se evolui de maneira prática nesse sentido.

Em 1979, o General João Figueiredo assumiu o poder, promovendo mudanças significativas nos cargos de chefia do governo federal. Ocasião em que Aloísio Magalhães, que esteve à frente do Centro Nacional de Referências Culturais[29], assume a presidência do IPHAN, ocorrendo uma fusão entre esse, o PCH e o CNRC, originando-se o SPHAN e Fundação Nacional Pró-Memória.

Com o passar dos anos, entrando na década de 1980, a unificação do PCH ao SPHAN, acabou enfraquecendo o Programa, pois houve um esvaziamento significativo no volume de recursos destinados à restauração de edifícios tanto pela crise do petróleo; que afetou a economia do país; causando aumento da inflação, quanto pela mudança ideológica promovida pelo governo Figueiredo como resposta à crise, optando-se por uma “abertura política gradual e controlada” (AZEVEDO, 2016).

Nos textos pesquisados que tratam do PCH não foi encontrado um marco que determine seu fim, porém diversos autores pontuam que analisando documentações federais, notam-se ações deste apenas até os primeiros anos da década de 1980. Márcia Sant’Anna pontua, em artigo de 2016, publicado nos *Anais do Museu Paulista* que:

[29] O **Centro Nacional de Referência Cultural** (CNRC) foi criado e coordenado por Aloísio Magalhães entre os anos de 1975 e 1979. Seu objetivo principal era realizar o traçado de um sistema referencial básico para ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira, no qual deveria comportar e adequar, com base em uma visão prospectiva, diferentes áreas de conhecimento e que tivesse as seguintes características: a) Adequação às condições específicas do contexto cultural do país; b) abrangência e flexibilidade na descrição dos fenômenos que se processam em tal contexto, e na vinculação dos mesmos às raízes culturais do Brasil; e c) explicitação do vínculo entre o embasamento cultural brasileiro e a prática das diferentes artes, ciências e tecnologias, objetivando a percepção e o estímulo nessas áreas, de adequadas alternativas regionais. Para mais informações ver: IPHAN, 2021.

> O progressivo esvaziamento dos recursos do PCH, a partir de 1983, e o final dos repasses financeiros aos organismos estaduais parceiros tiveram como impacto a desestruturação do sistema nacional de preservação que havia sido montado pelo programa. Concorreram para essa desestruturação, além da falta de recursos, dois outros aspectos importantes. O primeiro relaciona-se à exigência estabelecida pelo programa de criação de legislações de proteção no plano estadual, sem que tenha havido uma reflexão específica sobre seu papel na consolidação de um sistema nacional que, além de projetos, coordenasse também a ação legal das esferas governamentais (SANT'ANNA, 2016, p. 69).

Ao longo de sua trajetória, o inicialmente chamado Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste e após 1977, com a inclusão dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, denominado apenas Programa das Cidades Históricas, como ficou mais conhecido, promoveu uma série de ações afirmativas, conforme destaca Paulo Azevedo:

> Entre 1973 e 1979, foram financiados cerca de 193 projetos de restauração de monumentos, feitas intervenções em 10 conjuntos urbanos, realizados sete planos diretores de preservação de cidades históricas e oito cursos e seminários de formação de mão de obra de níveis médio e superior (AZEVEDO, 2016, p. 246).

No entanto, como define Sant'Anna:

> o PCH perdeu seu caráter de política estratégica, e se esvaziou, consideravelmente, na medida em que os resultados do desenvolvimentismo do governo militar foram revelando-se insuficientes e que a crise econômico-financeira do final dos anos 1970 foi colocando o país de joelhos (SANT'ANNA, 2016, p. 60).

Sendo assim, em um primeiro momento, pode parecer que a criação do PCH por Jarbas Passarinho e João Paulo dos Reis Velloso, em 1973, foi um percurso natural frente ao movimento iniciado ainda em meados da década de 1960 por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Renato Soeiro e aos Encontros de Governadores de 1970 e 1971. Porém, a leitura minuciosa da bibliografia apresentada explicita justamente o contrário: o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste foi uma resposta necessária e efetiva a demandas sociais antigas e latentes.

As queixas eram muitas: a predileção do órgão federal pelos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro para sua atuação, mesmo com o vasto acervo colonial existente nos estados nordestinos; a ausência de incentivos à valorização dos

patrimônios imateriais e de políticas voltadas aos conjuntos urbanos e não somente aos edifícios isolados; a falta de respaldo da federação ao surgimento de instituições de salvaguarda nos estados; o crescimento do abismo financeiro entre os estados das regiões Norte e Nordeste em relação ao Sudeste que desde os anos 1950 passava por um período de crescimento industrial.

Fica nítido que a articulação de Renato Soeiro desde a gestão de “Dr. Rodrigo” no SPHAN e depois à frente da instituição foi fundamental para que o Brasil tivesse prestígio e conseguisse apoio e investimentos estrangeiros, especialmente franceses, para parte das intervenções.

Apesar dos números totais relativamente expressivos apresentados por Azevedo em seu artigo: *PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana* e por Bárbara Carmo em sua dissertação de mestrado, se confrontados com as dimensões territoriais e com a quantidade de patrimônios a preservar, fica claro que o resultado numérico não foi satisfatório, nem abarcou regiões interioranas, tendo suas intervenções sempre na borda leste do país[30].

Constata-se, ainda, que a política implantada pelo Programa a qual visava, mais que a benevolência da preservação do patrimônio cultural brasileiro, promover a redução das desigualdades que assolavam sobremaneira os estados nordestinos, através da promoção de renda pelo turismo, teve resultados pífios.

Para Paulo Ormindo de Azevedo, a substituição de Renato Soeiro por Aloísio Magalhães na chefia do órgão de preservação federal, propiciou uma maior valorização dos bens imateriais dentro da instituição, com isto, buscava-se abraçar grupos e setores postos à margem das grandes iniciativas de salvaguarda e ainda apaziguar ânimos:

> A nova política cultural permitiria também diminuir o ônus da conservação de milhares de monumentos e dezenas de sítios históricos e aliviar a tensão com o mercado imobiliário que pressionava contra o tombamento de conjuntos históricos, cidades e até municípios inteiros, como Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, na Bahia (AZEVEDO, 2016, p. 247).

[30] Ver mapa em: CARMO, B. H.A**. PCH, Programa Monumenta e PAC-CH: o patrimônio cultural na perspectiva de política pública.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020. p. 97.

Pode se considerar que os grandes feitos do Programa foram: o incentivo à organização de entidades estaduais, e por vezes municipais, voltadas à salvaguarda, a contribuição para a ampliação do conceito de patrimônio cultural e viabilizar o surgimento de cursos de formação para profissionais especializados em projetos e obras de conservação e restauro os quais perduram até os dias atuais; como o curso de Capacitação em Gestão de Obras de Conservação e Restauro do Patrimônio Cultural promovido pelo Centro de Estudos da Conservação Integrada (CECI) - em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - e o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (CECRE), que se tornou mestrado profissional em 2010 (CECRE, 2021).

Ainda, cabe ressaltar que o PCH foi mais que um programa de recuperação de bens culturais, foi uma ferramenta que serviu à ditadura civil-militar implantada no país, como mecanismo de apaziguamento dos movimentos populares de oposição ao regime, principalmente da região Nordeste. Posto que, quando, a partir de 1979 inicia-se o processo de abertura política, o Programa é submetido ao IPHAN, perdendo fôlego e legitimidade.

Como citado anteriormente, o PCH teve sua atuação limitada, em um primeiro momento, aos estados do Nordeste e, após grande apelo político, também foram incluídos no Programa os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. São Paulo, não dispondo de um relevante acervo colonial como o encontrado nestas localidades, ficou de fora destas ações federais, o que, em certa medida, contribuiu para o arruinamento dos objetos paulistas, tendo em vista, conforme afirma Zagato:

> Para o sucesso dessa ação, a instituição deve estar amparada em políticas culturais integradas e devidamente estruturada, possuindo métodos e critérios de atuação, arcabouço legal e administrativo, recursos humanos e materiais, dentre outros (ZAGATO, 2013, p. 4).

Naquele contexto da década de 1970, com um órgão de defesa estadual recém-estruturado e uma grande gama de objetos tão diversos, sem dúvida impuseram um desafio aos envolvidos na preservação paulista.

Entender como se deu a salvaguarda dos patrimônios culturais do Estado de São Paulo nos interessa sobremaneira. Para tanto, analisaremos a situação na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) nos capítulos 2 e 3.

1.4 A constituição cidadã e o conceito ampliado de patrimônio

Com o fim do PCH o debate voltou-se para a valorização da cultura imaterial. A pressão de grupos sociais locais que cada vez mais se articulavam, em meio ao contexto de reabertura política, foi persistente e gerou resultados significativos.

Em 1988, a Constituição Federal atuou em duas frentes dentro da temática do patrimônio: responsabilidade na preservação e ampliação dos bens culturais passíveis de salvaguarda.

Estabeleceu-se a obrigação dos municípios frente à salvaguarda de seus bens, sejam eles de natureza material ou imaterial, por meio do Artigo 30, em seu inciso IX: “Art. 30. Compete aos Municípios: (...) IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (BRASIL, 1988). Ainda, merece destaque o inciso I, do mesmo artigo, que determina que é de responsabilidade dos municípios “legislar sobre assuntos de interesse local” (BRASIL, 1988). Ou seja, o inciso IX especifica a atuação frente ao patrimônio cultural, já assegurado pelo I, que dá a obrigatoriedade ao município de gerir sobre questões de interesse comum da municipalidade.

Já o artigo 215 discorre sobre a obrigação do Estado em proteger a cultura nacional, contemplando “manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988) e o 216, explicita as diferentes possibilidades a serem consideradas como integrantes do patrimônio cultural brasileiro, conforme explicitado no excerto a seguir:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
> § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988) (grifos nossos).

A municipalização recebe um grande fôlego dentro da Carta Magna de 1988. A necessidade de regulação do solo urbano, e a explícita colocação de instrumentos de preservação vinculados ao espaço citadino, como a desapropriação, conduziram a uma reunião de interesses que explica um fenômeno político curioso: a criação de municípios. Em função das políticas de transferência de fundos, houve uma solicitação na ordem de quase 500 novos municípios no país após 1988. Isto rendeu um efeito de que apesar de oficialmente ser imensamente urbano, o Brasil não é formado por cidades autônomas (VEIGA, 2003).

No capítulo 2 trataremos desta emancipação no campo da preservação, analisando a situação da salvaguarda do patrimônio cultural de importância local na Região Metropolitana de Sorocaba, buscando perceber em que medida os municípios, principalmente os de menor porte, conseguem gerir e deliberar sobre bens municipais com autonomia e imparcialidade, considerando-se o conceito ampliado de patrimônio.

CAPÍTULO 2 – Tempo 2: O patrimônio na escala regional, o caso da RMS

A municipalização da gestão do patrimônio brasileiro, pode-se afirmar, é uma realidade. Principalmente após a homologação da Constituição Federal de 1988, que delegou a responsabilidade da salvaguarda do patrimônio cultural também aos municípios, houve um intenso movimento de criação de instituições voltadas à preservação de bens de interesse local, sejam elas fundações, casas de cultura ou órgãos de defesa.

No território que compreende a atual Região Metropolitana de Sorocaba não foi diferente: Sorocaba teve seu conselho de preservação constituído em 1991 e a cidade de Tatuí em 1993.

É evidente, conforme será apresentado ao longo desta dissertação, que apesar do processo de municipalização ter existido, há um frágil envolvimento entre as esferas de gestão do patrimônio o que, por vezes, dificulta uma salvaguarda consistente.

Neste sentido, apesar de ser de amplo conhecimento a existência dessas organizações municipais, interessa-nos investigar em que medida esta municipalização foi efetiva na RMS. Para tanto, buscamos depreender como se deu a constituição desta Região Metropolitana, quais as ações mais representativas promovidas desde sua criação em prol da melhoria socioeconômico-cultural do território abrangido, as perspectivas e desafios futuros e se, de fato, há envolvimento da sociedade civil nas políticas públicas no campo do patrimônio de importância local e regional ali estabelecidas.

2.1 A criação da Região Metropolitana de Sorocaba

De acordo com estimativa do IBGE, a Região Metropolitana de Sorocaba atingiu, em 2021, a marca de 2.189.284 habitantes (IBGE, 2021). Estes se distribuem pelos 27 municípios componentes localizados na região centro-sul do Estado de São Paulo.

Sua população encontra-se distribuída pelo território de maneira bastante heterogênea. Jumirim, a cidade com o menor número de moradores, apresenta pouco

mais de três mil e trezentos habitantes, enquanto Sorocaba em breve deve bater a marca de 700 mil residentes.

Tabela 1 – Os 27 municípios componentes da RMS e o número de habitantes de cada um deles.

MUNICÍPIOS DA RMS	Nº DE HABITANTES
Alumínio	18.903
Araçariguama	23.343
Araçoiaba da Serra	35.389
Alambari	6.231
Boituva	63.310
Capela do Alto	21.257
Cerquilho	50.631
Cesário Lange	18.595
Ibiúna	80.062
Iperó	38.771
Itapetininga	167.106
Itu	177.150
Jumirim	3.467
Mairinque	47.723
Piedade	55.731
Pilar do Sul	29.612
Porto Feliz	53.698
Salto	120.779
Salto de Pirapora	46.285
São Miguel Arcanjo	33.071
São Roque	93.076
Sarapuí	10.493
Sorocaba	695.328
Tapiraí	7.725
Tatuí	124.134
Tietê	42.946
Votorantim	124.468
TOTAL	2.189.284

Fonte: Dados obtidos no site do IBGE. Tabulação da autora, 2022.

Este conjunto de cidades se constituiu em 2014, por meio da Lei Complementar nº 1.241, de 9 de maio daquele ano, sancionada pelo então Governador Geraldo Alckmin, na qual se estabeleceram como metas:

> I - o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida;
> II - a cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados;
> III - a utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região;

> IV - a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região;
> V - a redução das desigualdades regionais. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

Ainda, o território, com 11.611,34 kmª, foi dividido em 3 sub-regiões a saber:

> I - Sub-região 1: Alambari, Boituva, Capela do Alto, Cerquilho, Cesário Lange, Jumirim, Sarapuí, Tatuí e Tietê; [Itapetininga foi incorporada em 2016]
> II - Sub-região 2: Alumínio, Araçariguama, Ibiúna, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Salto e São Roque;
> III - Sub-região 3: Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, Tapiraí e Votorantim. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

A Lei Complementar também determinou a criação de um “Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba, de caráter normativo e deliberativo”, tendo como campos de atuação:

> Artigo 12 - O Conselho de Desenvolvimento especificará as funções públicas de interesse comum ao Estado e aos Municípios da Região Metropolitana de Sorocaba, dentre os seguintes campos funcionais:
> I - planejamento e uso do solo;
> II - transporte e sistema viário regional;
> III - habitação;
> IV - saneamento ambiental;
> V - meio ambiente;
> VI - desenvolvimento econômico;
> VII - atendimento social;
> VIII - esportes, lazer e cultura;
> IX - turismo. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

E, por fim, tal lei estabeleceu os critérios para que se formasse o Conselho Consultivo da Região Metropolitana de Sorocaba, composto por representantes:

> I - da sociedade civil;
> II - do Poder Legislativo dos Municípios que integram a Região Metropolitana de Sorocaba;
> III - do Poder Executivo Municipal;
> IV - do Poder Executivo Estadual. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

Ainda, o artigo 13 declarou a importância da “participação popular no processo de planejamento e tomada de decisões, bem como na fiscalização da realização de serviços ou funções públicas de caráter regional” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

Sabe-se que apesar de a RMS ter sido criada em 2014, há mais de duas décadas parlamentares buscavam viabilizá-la na Assembleia Legislativa do Estado de

São Paulo. Em 1992 e 1995, o então deputado Israel Zekcer[31], filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB -, submeteu dois projetos de lei com o objetivo de criar uma Região Metropolitana sediada na cidade de Sorocaba. No projeto de 1995, bastante sintético, o parlamentar justificava a solicitação:

> A presente proposta visa criar a Região Metropolitana de Sorocaba cujo objetivo primeiro é a implementação do desenvolvimento sócio-econômico dos Municípios que a compõe.
> Além dos motivos irretocáveis acima expostos, as estreitas relações de amizade, costumes e comerciais, têm feito com que prefeitos, vereadores, agropecuaristas, estudantes, comerciantes e a população em geral, dos Municípios envolvidos, desde há muito tempo venham reivindicando a instituição de uma Região Metropolitana. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1995).

Apesar de a justificativa não apresentar dados técnicos, o deputado sinalizava o interesse dos municípios, por meio de gestores públicos e de agentes da sociedade civil na concretização e ingresso na RMS, a qual, naquele momento, objetivava-se que fosse composta por apenas oito cidades, além da cidade-sede: “Salto de Pirapora, Votorantim, Capela do Alto, Araçoiaba da Serra, Boituva, Iperó, Porto Feliz e Tietê” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1995).

Esta seleção não deixa de constituir em um fato curioso considerando-se a presença de diversas cidades contemporâneas a estas, até mais consolidadas no entorno imediato do território, que também já possuíam relações estreitas com os municípios listados e que poderiam oferecer benesses à conurbação, mas que foram desconsideradas.

[31] **Israel Zekcer** (1935) formou-se em medicina em 1962 na Escola Paulista de Medicina, *celula mater* da Universidade Federal de São Paulo. Foi professor universitário e membro do Conselho Curador dessa Escola. Entre os anos de 1983-1987 e 2009-2013 atuou como vereador na cidade de Santo André pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Foi deputado estadual, pelo mesmo partido, em três oportunidades: de 1987 a 1991; de 1991 a 1995 e de 1995 a 1999. Entre 1993 e 1995, exerceu a função de 1º secretário da Assembleia Legislativa. Também atuou na Comissão de Educação, de Defesa do Meio Ambiente e na Ordem Econômica e Social. Entre 1996 e 1997 foi secretário de Estado de Esportes e Turismo. Informações contidas em: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2022 e Câmara Municipal de Santo André, 2022.

Ainda em 1995, dois outros deputados paulistas elaboraram projetos de leis sobre o tema: Milton Monti[32] (PR) e o sorocabano Renato Amary[33] (PSDB).

No projeto de Monti há maior riqueza de detalhes nos artigos e parágrafos quanto às diretrizes a serem adotadas por uma possível lei complementar, se comparados às tentativas de Zecker. Porém, a justificativa se debruça sobre os mesmos pontos apresentados por seu antecessor, sem qualquer aprofundamento.

Já Amary fundamenta sua solicitação de maneira mais contundente, atribuindo à futura Região Metropolitana a possibilidade de:

> um planejamento regional para o desenvolvimento socio-econômico, que trará uma qualidade de vida digna para sua população, além da utilização racional do território, de seus recursos naturais e culturais com a preservação do meio ambiente, tornando assim menores as desigualdades sociais e regionais (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1995).

Merece destaque que ambos os projetos, de Monti e de Amary, não descrevem quais cidades comporiam a futura região.

Nenhuma das quatro propostas apresentadas, uma em 1992 e três em 1995, caminharam na Assembleia Legislativa. O ex-deputado estadual Hamilton Pereira[34] (PT) levantou a possibilidade, em entrevista, de que naquele momento os projetos não tiveram continuidade por falta de força e vontade política, considerando que muitos parlamentares buscam esse tipo de pauta no período eleitoral, com o objetivo de cativar potenciais eleitores, abandonando o assunto após a reeleição.

---

[32] **Milton Monti** (1961) graduou-se em 1983 em Ciências Econômicas na UNIFAC - Botucatu. Foi eleito com 21 anos como prefeito de São Manuel, sua cidade natal, em 1982, permanecendo no cargo até 1988. Tornou-se deputado estadual em 1991, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), permanecendo no cargo por dois mandatos, até 1999. Em 1999 assumiu a cadeira de deputado federal, sendo reeleito em 2002, ano em que trocou o PMDB pelo Partido Liberal - PL. Foi eleito novamente em 2006. No ano seguinte migrou para o Partido da República - PR. Informações colhidas em: CPDOC, 2022.

[33] **Renato Fauvel Amary** (1946) Formou-se na Faculdade de Direito de Sorocaba - FADI -, em 1969 e, em 1972, concluiu especialização em Direito Comercial na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Em 1979, tornou-se presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Tietê e Rio Sorocaba, ano em que se tornou advogado da Petrobrás. Em 1992, filiou-se ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), sendo eleito pela primeira vez em 1994 como deputado estadual. Foi eleito prefeito da cidade de Sorocaba em 1996 e reeleito quatro anos mais tarde. Em 2006 tornou-se deputado federal pelo mesmo partido. Após denúncias de corrupção saiu do PSDB e filiou-se ao PMDB em 2011, permanecendo no mesmo até os dias de hoje. Para mais informações ver: CPDOC, 2022.

[34] **Hamilton Pereira** foi eleito em 1994 a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores - PT -, após anos de atuação no ramo da metalurgia e sindical. Elegeu-se outras quatro vezes para o mesmo cargo, sendo classificado como o deputado mais atuante do estado no ano de 2006, pelo Movimento Voto Consciente. Informações contidas em: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2022.

Dez anos depois, o próprio petista foi o quarto parlamentar a se mobilizar em prol da RMS. O projeto de Lei Complementar nº 33/2005, em muito se assemelha à lei sancionada pelo governador Geraldo Alckmin[35] em 2014 e às proposições anteriores de Monti e Amary, porém incluía 16 municípios no conglomerado: "Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Ibiúna, Iperó, Itu, Mairinque, Piedade, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Roque, Sorocaba e Votorantim" (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2005).

Como justificativas à solicitação, o deputado petista destaca a importância da cidade de Sorocaba para a região, sendo uma das mais populosas do Estado de São Paulo, a possibilidade de união de forças entre as cidades pertencentes em prol de ações conjuntas que beneficiariam seus cidadãos e, por conseguinte, a promoção de desenvolvimento social e econômico para estas localidades.

Ainda em entrevista, Pereira conta que a iniciativa da submissão do projeto partiu de uma provocação do então geógrafo e professor da Universidade de Sorocaba - UNISO -, José Henrique Zanella[36], o qual escreveu um artigo e o veiculou em diversos jornais de grande circulação na cidade de Sorocaba questionando por que parlamentares da região de Sorocaba não se mobilizavam em prol da formação de uma região metropolitana naquele território.

Nas pesquisas desenvolvidas durante a escrita desta dissertação foi identificado o Requerimento de Informação nº 367, de 2009, de autoria do deputado e destinado ao Secretário de Economia e Planejamento do Estado, na ocasião

[35] **Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho** (1952) Graduou-se em medicina pela Faculdade de Medicina de Taubaté em 1977. Foi eleito em 1972, pelo MDB vereador em sua cidade natal, Pindamonhangaba e, em 1976, tornou-se prefeito da mesma localidade, permanecendo no cargo até 1982. Em 1983 assumiu a cadeira de deputado estadual e em 1987 a de deputado federal. Neste período no Congresso, filiou-se ao PSDB, partido que abandonou apenas em 2022. Foi reeleito para a Câmara Federal em 1991. Em 1994 candidatou-se à vice-governador do Estado de São Paulo, tendo como cabeça de chapa Mario Covas, sendo reeleito em 1998. Em 2001 assumiu definitivamente o governo paulista após o falecimento de Covas. É candidato vencedor ao governo estadual em 2003 e candidata-se à presidência em 2006, perdendo para o ex-presidente Lula. Em 2008 tentou o cargo de prefeito da cidade de São Paulo, não chegando ao segundo turno. Em 2010 e 2014 foi novamente eleito governador. Em 2018 candidatou-se a presidente, porém não chegou ao segundo turno. Para mais informações: CPDOC, 2022.

[36] **José Henrique Zanella** formou-se em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. Foi diretor do Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo e professor na sua faculdade de origem e também na Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba. Informações contidas em: ZANELLA, s/ data.

Francisco Vidal Luna[37]. Neste, o deputado solicita informações sobre o andamento dos estudos que estariam sendo desenvolvidos a partir de acordo de Cooperação Técnica entre a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (EMPLASA), hoje extinta, e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), principalmente no que se refere ao prazo de conclusão e emissão de relatório acerca das conclusões.

Pereira afirma que diante da complexidade do tema, procurou o reitor da UNISO à época, professor Aldo Vannucchi[38], que formou uma comissão com onze doutores de diferentes áreas do conhecimento, que começou um "trabalho de campo" visando compreender a região.

De acordo com o ex-parlamentar, este seria o "embrião" do Núcleo de Planejamento Regional S/A - NUPLAN -, órgão concebido pela prefeitura de Sorocaba com o objetivo de oferecer dados técnicos e subsídios para embasar o pleito para a formação da RMS.

Não foram encontrados os documentos elaborados naquela ocasião pelo Núcleo na íntegra. No entanto, arquivos cedidos pelo entrevistado mostram que a abordagem dada ao binômio cultura-patrimônio na região, foco desta dissertação de mestrado, se pauta principalmente na herança imigrante luso-italiana, como na cidade de São Roque; na japonesa, em Ibiúna, e no bandeirantismo/tropeirismo, citando-se as cidades de Porto Feliz e Sorocaba, estes últimos, recorrentemente evocados para qualificar a região e vinculá-la a um rota que parte do extremo sul do país, e que fez

[37] **Francisco Vidal Luna**, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo em 1971 e doutor em Economia pela mesma universidade em 1980. É professor assistente aposentado da Universidade de São Paulo. Atuou em uma série de cargos públicos, entre eles: Secretário de Planejamento e Secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento (1985-1987), Secretário de Planejamento do Município de São Paulo (2005-2007), presidente do Conselho Municipal de Política Urbana da Cidade de São Paulo – CMPU (2005-2007) e da Câmara Técnica de Legislação Urbana – CTLU (2005-2007). Ainda, administrou diversas empresas públicas e possui ampla produção acadêmica. Secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (2007-2010). Para mais informações: USP Cidades, 2022.

[38] **Aldo Vannucchi** foi ordenado padre em 1954, abdicando do posto em 1974. Manteve-se dentro da área, cursando mestrado em Teologia e Filosofia, além de ter participado de uma série de cursos em universidades da Europa. Trabalhou como professor em diversas escolas sorocabanas, merecendo destaque sua atuação na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, Fundação Dom Aguirre. Contribuiu significativamente para a criação da Universidade de Sorocaba (UNISO) sendo seu reitor entre os anos de 1994 a 2010. Como homenagem, o campus da instituição recebeu seu nome. Compôs o Conselho Nacional de Educação à convite do Prof. Fernando Haddad, quando este esteve à frente do Ministério da Educação. Informações colhidas em: WIKIPEDIA, 2022.

de Sorocaba, até o advento do trem, em meados do século XIX, referencial para o comércio de muares.

Data de 2011 a emissão de quatro pareceres sobre a viabilidade da criação da Região Metropolitana de Sorocaba, de números 292, 293, 294 e 295 emitidos por relatores especiais designados pelo presidente da Assembleia Legislativa, devido ao não cumprimento de prazo pela Comissão de Constituição e Justiça, inicialmente designada para elaborar esta análise.

No parecer nº 292, emitido pelo deputado Donisete Braga[39] - PROS -, este esclarece em determinado trecho a tramitação da solicitação dentro do legislativo paulista:

> A propositura esteve em pauta, nos termos regimentais, nos dias correspondentes às 151ª a 155ª Sessões Ordinárias, de 11 a 20/10/05, não recebendo emendas ou substitutivos (fls. 15), tendo determinado, o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, sua tramitação perante as Comissões de Constituição e Justiça; Assuntos Municipais; Assuntos Metropolitanos e Finanças e Orçamento (fls. 15-verso).
> Na seqüência do processo legislativo foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, e no seu âmbito de competência solicitou o encaminhamento de ofício à Secretaria de Economia e Planejamento, nos termos do artigo 6º da Lei Complementar Estadual nº 760, de 1º/8/94, para que os órgãos técnicos da Pasta se manifestassem acerca do objeto da propositura, nos termos do artigo 3º do mesmo diploma legal.
> Cumpre-nos frisar, que a propositura em comento, enquanto de sua permanência na CCJ, recebeu as seguintes manifestações de apoio: Moções das Câmaras de Porto Feliz (fls. 20/21); Iperó (fls. 22/23); Capela do Alto (fls. 24/26); Alumínio (fls. 34/35); Ibiúna (fls. 36/39); Boituva (fls. 40/41); Salto (fls. 44/46); Salto de Pirapora (fls. 47/49); São Roque (fls. 50/52); Itu (fls. 87/88); Sorocaba (fls. 89/98 e 102/106); Piedade (fls. 99/100) e Votorantim (fls. 107/108), além do Senhor Prefeito do Município de Piedade (fls. 43). (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

Na sequência, o parlamentar apresenta os aspectos legais que não cabia aos órgãos vinculados à Secretaria de Economia e Planejamento do Estado - SAEDE e EMPLASA - emitir parecer técnico sobre a criação da RMS:

> além de trilharem caminho que está fora de sua alçada quando se permitiram enveredar por terreno de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, mais especificamente de competência da Comissão de Constituição e Justiça (vide artigo 31, § 1º, da XII Consolidação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa), ao pretenderem exercer o chamado ***controle prévio da constitucionalidade*** das leis, deixaram de cumprir o disposto no artigo 6º da Lei Complementar nº 760/94, que reza o seguinte:

[39] **Donisete Braga** (1967) foi eleito vereador de Mauá em 1996. Em sequência elegeu-se quatro vezes deputado estadual e foi prefeito de Mauá entre 2013 e 2016. Tentou reeleger-se ao cargo em 2020, porém foi derrotado pelo atual prefeito Marcelo Oliveira. Informações: Wikipedia, 2022.

> Art. 6º - Os projetos de lei complementar que objetivem a criação de unidades regionais ou a modificação de seus limites territoriais ou de sua designação deverão ser instruídos com o parecer da Secretaria de Planejamento e Gestão que demonstre a existência das características referidas nos artigos 3º, 4º e 5º desta lei complementar (grifo meu). (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

Após ampla argumentação a respeito das atribuições exclusivas da Assembleia Legislativa, pautada em diversos trechos da Constituição Estadual Paulista, endossa a solicitação do deputado Hamilton Pereira, emitindo parecer favorável à criação da RMS.

Os pareceres 293, 294 e 295, de autoria dos deputados Ana Perugini[40], Celso Giglio[41] e Adriano Diogo[42], respectivamente, mais sucintos, também se declaram favoráveis à formação da RMS.

Após a publicação das decisões positivas, foram apresentadas ainda sete emendas parlamentares, por diferentes deputados, porém com protagonismo de Hamilton Pereira, até o envio do projeto de lei complementar final 1/2014 à Assembleia Legislativa, pelo governador Geraldo Alckmin.

Os estudos promovidos pelo NUPLAN, que se destinaram, principalmente, ao entendimento da conurbação formada a partir da cidade de Sorocaba, dos movimentos pendulares, das relações econômicas e sociais ocorridas naquele território, somados a mobilização de cidades que não estavam incluídas no projeto de lei original, mas tinham interesse em compô-la, levou a configuração final da RMS com 26 municípios a saber:

---

[40] **Ana Perugini** é graduada em direito e servidora licenciada do Tribunal de Justiça de São Paulo. Iniciou sua carreira política como vereadora na cidade de Hortolândia em 2005 pelo PT. Em 2006 e 2010 foi eleita deputada estadual. Em 2014 elegeu-se deputada federal tendo ampla atuação nas pautas relacionadas às mulheres. Informações contidas em: Wikipedia, 2022 e Partido dos Trabalhadores, 2022.

[41] **Celso Giglio** é médico pela Santa Casa de Misericórdia. Foi vereador na cidade de Osasco, sendo presidente da Câmara Municipal entre 1989-90. Tornou-se deputado estadual, permanecendo no cargo entre 1991 e 1992. Elegeu-se prefeito de Osasco em 1993 e deputado federal em 1999. Foi presidente da Associação Paulista dos Municípios (APM) de 1997 a 2006. Também foi superintendente do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE) entre 2005 e 2006. Em 2006 voltou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sendo reeleito em 2010. Informações colhidas em: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2022.

[42] **Adriano Diogo** (1949) graduou-se como geólogo sanitarista pela Universidade de São Paulo-USP. Atuou na resistência à ditadura militar e pela anistia, sendo preso e torturado. Foi eleito por quatro vezes vereador na cidade de São Paulo pelo PT. Elegeu-se em 2002 como deputado estadual, sendo reeleito em 2006. Informações colhidas em: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2022.

> Alambari, Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Cerquilho, Cesário Lange, Ibiúna, Iperó, Itu, Jumirim, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tietê e Votorantim (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

A cidade de Itapetininga, que hoje integra a região foi adicionada à conurbação somente em 2016, apesar de já participar do Conselho de Desenvolvimento da RMS, o que lhe permitia deter “poder deliberativo sobre as propostas apresentadas, com foco no desenvolvimento do município” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA, 2015). Desde então, a formação da RMS se mantém com a mesma composição.

2.2. O território da RMS

A Região Metropolitana de Sorocaba ocupa uma área de aproximadamente 11,6 mil Km² (WIKIPEDIA, 2021) na porção sudoeste do Estado de São Paulo. Com mais de 2,1 milhões de habitantes (IBGE, 2021), cerca de 4% da população estadual:

> A região sorocabana apresenta uma economia bastante dinâmica por suas atividades agrícolas e pecuárias, caracterizadas pela presença de diversos tipos de lavouras e de criação de animais. Destacam-se as produções de milho, soja, banana, laranja, feijão, pêssego, trigo, cana-de-açúcar, criação de equinos e gados de corte e de leite, agropecuária e avicultura.
> O setor industrial é igualmente importante por suas grandes empresas de alimentos, bebidas, madeireiras, confecções, farmacêuticas, autopeças e cerâmicas. Nas cidades da região ressaltam-se, também, as atividades ligadas a vários segmentos de turismo.” (NUPLAN, 2013).

Ainda, em matéria veiculada no site do governo estadual, dias após a sanção da Lei Complementar nº 1241/2014, a nova região metropolitana é apresentada da seguinte forma:

> Com Produto Interno Bruto (2011) de R$ 46,7 bilhões, é equivalente a 3,46 % do PIB gerado no Estado e ocupa a 11ª posição da economia estadual. Este porcentual é próximo ao da RM de Santos (3,88%), superado apenas pelos das RMs do Vale do Paraíba e Litoral Norte (4,68%), Campinas (7,84%) e de São Paulo (56,32%). Apresenta a atividade industrial voltada à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Abriga o Parque Tecnológico de Sorocaba, inaugurado em 2012. Conta com a Agência de Inovação e a Incubadora Tecnológica, laboratórios e convênios com mais de 10 universidades nacionais e internacionais, Centro Experimental de Aramar, da Marinha Brasileira, localizado na região da Flona Ipanema/Iperó. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

Portanto, observa-se, a partir dos excertos apresentados que a RMS ostenta ampla gama de fontes de riquezas, que vão da produção agrícola familiar, que ocorre, por exemplo no assentamento promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas zonas rurais de Iperó e Itapetininga, até grandes indústrias alimentícias e de bebidas, além de tecnologia de ponta em diferentes áreas, entre elas a da medicina, como o Hospital de Olhos de Sorocaba, referência nacional no transplante de córnea e tratamentos diversos na área oftalmológica.

Seu território é bem servido por rodovias, algumas de importância nacional, como as Rodovias Castello Branco (SP280), Marechal Rondon (SP300), Antonio Romano Schincariol (SP 127) e Raposo Tavares (SP 270). As três primeiras estão entre as 20 melhores estradas de rodagem do país, ocupando respectivamente a quinta, décima terceira e a décima oitava posições (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019). Elas, são, inclusive, passagem para quem pretende adentrar o interior do estado, e se constituem em relevante ligação entre as capitais do Estado de São Paulo e do Paraná.

Ainda, diversas estradas secundárias cortam toda a conurbação, apresentando tráfego diário intenso, motivado principalmente pelas relações comerciais e pelos serviços oferecidos pelas cidades de maior porte, além dos movimentos pendulares, considerando-se que algumas cidades têm maior oferta de empregos, o que atribui a outras a função de dormitório.

Esta posição privilegiada dos municípios componentes no território estadual, estando, em sua maioria, a cerca de duas horas da capital, e a ampla trama de rodovias despertam o interesse de investidores e facilitam a instalação de empresas no território da RMS.

> Sorocaba destaca-se em âmbito nacional por intensa e diversificada atividade econômica, caracterizada por produção industrial altamente desenvolvida, com predominância dos setores metalmecânico, eletroeletrônico, têxtil e agronegócio (cana-de-açúcar). A região possui 11 municípios localizados no eixo das rodovias Castello Branco e Raposo Tavares, com economias baseadas em atividades industriais. Destes, cinco apresentam especial importância na economia do Estado: Sorocaba, Itu, Salto, Cerquilho e Votorantim. É a maior produtora agrícola entre as regiões metropolitanas, com elevada diversidade. Tem papel relevante na produção estadual de minérios, como cimento, calcário, rocha ornamental, pedra brita, argila, complexos carbonatíticos e tungstênio. (PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

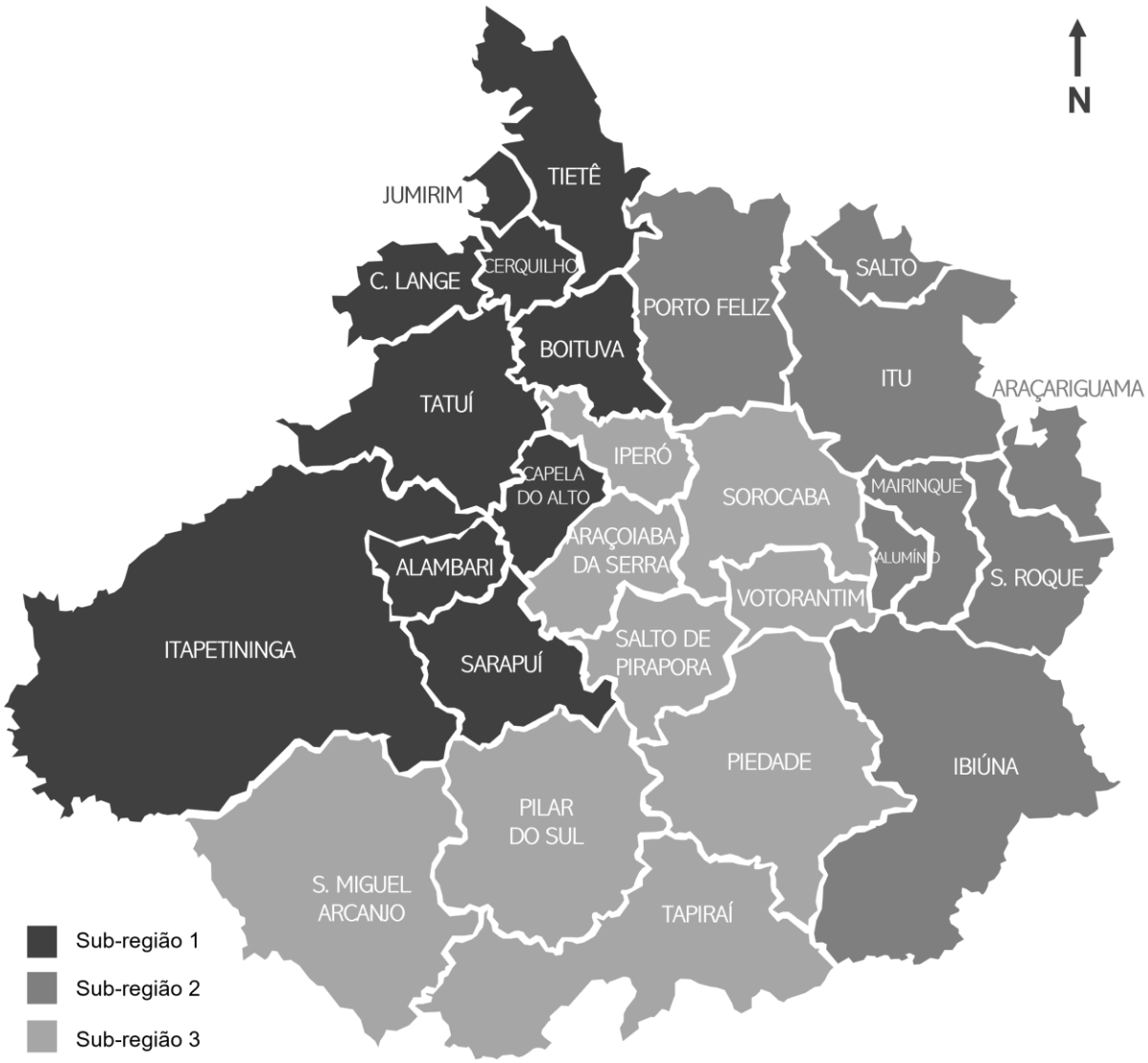
A proximidade com a cidade de São Paulo, faz com que os municípios componentes, principalmente os de menor porte, sejam muito procurados como segunda residência, moradia de final de semana ou veraneio. Também é destino de quem migra da capital em busca de mais segurança e qualidade de vida, situação que se intensificou com a pandemia de Covid-19 ocorrida a partir de 2020.

2.3 As sub-regiões da RMS

A Lei Complementar nº 1.241 que criou a Região Metropolitana de Sorocaba, dentre as diferentes providências, a dividiu em sub-regiões, a saber:

> **I -** Sub-região 1: Alambari, Boituva, Capela do Alto, Cerquilho, Cesário Lange, Jumirim, Sarapuí, Tatuí e Tietê; [e Itapetininga incluída em 2016]
> **II -** Sub-região 2: Alumínio, Araçariguama, Ibiúna, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Salto e São Roque;
> **III -** Sub-região 3: Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, Tapiraí e Votorantim (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

Figura 1 – Mapa da RMS apresentando cada uma das suas 3 sub-regiões.



Fonte: Imagem base extraída do site da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo, 2021. Edição e sobreposição de informações da autora. Sem escala.

A investigação da documentação disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo relativa à formação da RMS não permite identificar claramente quais os critérios usados para a criação das três sub-regiões, nem tampouco porque estas foram aglutinadas desta forma.

Em entrevista, o ex-deputado Hamilton Pereira pontuou de maneira superficial que a escolha das cidades componentes foi baseada nos critérios estabelecidos pela Lei Complementar 760/1994, a qual discorre sobre a formação das Regiões Metropolitanas no país e os parâmetros que permitem suas criações. Destacou, Pereira, que “economia, empregabilidade, é, geografia, proximidade geográfica” (PEREIRA, 2022) foram grandes motivadores.

No entanto, analisando-se a composição das sub-regiões, vê-se que cada uma delas tem uma ou duas cidades que podemos chamar de “âncoras”, em geral mais populosas que as demais, oferecendo uma gama maior de serviços e oportunidades que atendem aos municípios do seu entorno. Estas facilidades vão desde atendimento médico de maior complexidade, a empregos, agências bancárias, escolas, faculdades e universidades. Na sub-região 1, esta função pode ser atribuída às cidades de Tatuí e Itapetininga, na sub-região 2, a Itu e, na 3, à Sorocaba. Porém, há de se considerar que no aspecto educacional, a cidade de Itu e, principalmente, Sorocaba, acabam atraindo universitários de toda a RMS, dada a diversidade de universidades particulares e públicas e dos cursos oferecidos.

A origem das cidades componentes da RMS está muito vinculada, como rapidamente já dissemos, à circulação dos tropeiros que se deslocavam por aquele território tendo como destino a Feira de Muares de Sorocaba[43]. Muitos dos caminhos percorridos no passado deram origem às estradas vicinais que na atualidade permeiam toda a região e favorecem as conexões e interdependências entre os municípios componentes.

A influência do tropeirismo na região é evidente e lhe confere características únicas, seja no modo de falar, nos hábitos sociais ou alimentares. Porém, ao se observar com mais cautela, é possível se notar que cada uma das sub-regiões tem peculiaridades, principalmente quando se trata do aspecto cultural, e nem todas foram tributárias desta relação tropeira, porque surgiram depois do fenecimento dessa atividade comercial colonial.

A sub-região 1, composta pelas cidades de Alambari, Boituva, Itapetininga, Capela do Alto, Cerquilho, Cesário Lange, Jumirim, Sarapuí, Tatuí e Tietê, é mais ligada à cultura caipira[44], ainda com a economia muito voltada à agricultura. As

[43] A **Feira de Muares de Sorocaba** ocorria anualmente, configurando-se em grande entreposto comercial, pois localizava-se entre dois importantes produtores de cana-de-açúcar, os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. No século XIX, com a vinda da família real ao país, a feira ganhou novo fôlego, com o aumento do consumo de gado. Além da venda de muares, outros acordos aconteciam durante sua realização, até mesmo acordos matrimoniais. A chegada da linha férrea levou ao seu arrefecimento. Informações contidas em: BACELLAR, 2001.

[44] De acordo com Tainá Lourenço, a “cultura caipira nasceu do encontro entre os portugueses (bandeirantes) e os indígenas e está intimamente ligada ao bandeirismo paulista” (LOURENÇO, 2021). Essa cultura que fora, no passado, estereotipada, muito pela figura do personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato, como a pessoa preguiçosa, sem objetivos, na atualidade se configura de maneira diferente. Hoje, a cultura caipira abarca também as pessoas que não vivem na zona rural, mas

práticas culturais como o cururu[45] e a seresta[46], os pratos típicos que têm como ingrediente principal o milho e seus subprodutos, lavoura amplamente difundida naquelas localidades, marcam a sub-região. O “bolinho de frango”[47] ou o “mingau de milho verde com frango caipira”[48] são muito populares nas cidades de Tatuí, Itapetininga, Cesário Lange e Capela do Alto.

A sub-região 2, formada por Alumínio, Araçariguama, Ibiúna, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Salto e São Roque, destaca-se pelo grande acúmulo de capital, promovido em um primeiro momento pela lavoura de cana e, depois, pela cafeeira e, posteriormente, pelo processo de industrialização de finais do século XIX e início do século XX, principalmente apoiado no ramo têxtil, com as tecelagens Brasital (1890), em São Roque; Júpiter (1975) e Fontana (1882), em Salto, e São Luiz (1869), em Itu (BARROS, 2022).

valorizam os hábitos rurais, como o toque da viola, os pratos típicos, as práticas recreativas e religiosas e, sempre que possível, o convívio e a valorização da terra.

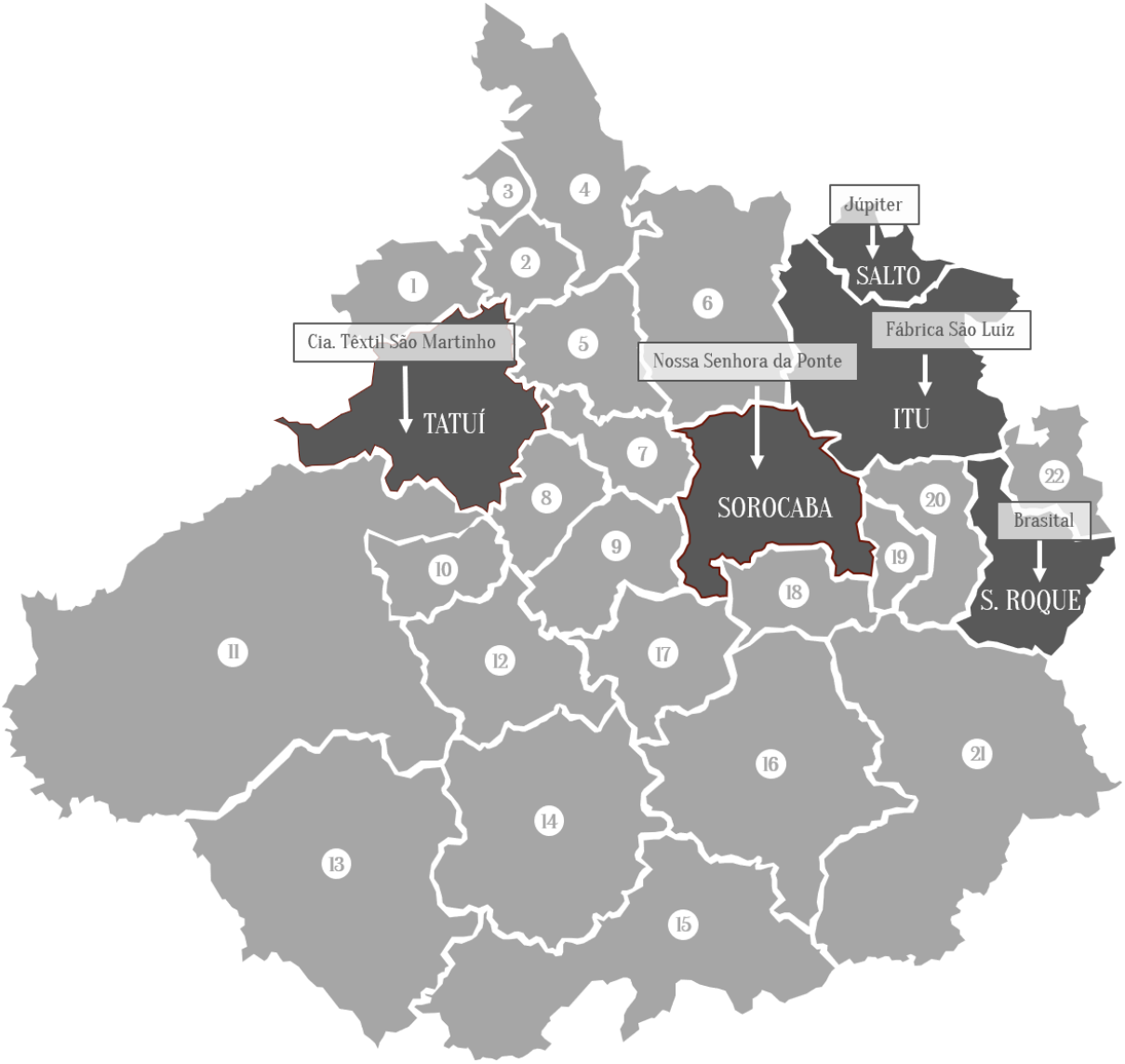
[45] **Cururu**: dança praticada somente por homens principalmente em áreas rurais. Consiste na execução de passos coreografados acompanhados por músicos que tocam viola caipira e por vezes versam sobre o ritmo.

[46] **Seresta**: surge baseada nas antigas serenatas. Trata-se de grupo musical, que pode ser composto por homens e mulheres que tocam em geral violão e flauta, músicas de cunho romântico.

[47] **Bolinho de frango:** bolinho feito com massa à base de farinha de milho e cheiro verde cozida pelo calor do caldo de frango ensopado. É recheado com o próprio frango desfiado. Tradicionalmente são usadas diferentes partes do frango, como coxas, sobrecoxas, peito e asas. Após se moldar os bolinhos, são fritos em óleo quente.

[48] **Mingau de milho verde com frango caipira**: para sua confecção rala-se o milho verde, levando-se este suco sem peneiras para uma panela, onde é cozido e temperado. Em geral é servido com pedaços de frango ensopado e limão caipira.

Figura 2 – Mapa da RMS. Em destaque os cinco municípios da região pioneiros na produção têxtil e os nomes das respectivas tecelagens.



Fonte: BARROS, 2022, p. 25.

Estas culturas deixaram na sub-região um número expressivo de descendentes de negros escravizados, com manifestações culturais significativas, baseadas nas tradições das religiões de matriz africana, como o samba-de-bumbo[49]. Ainda, a concentração de recursos permitiu que se edificasse um patrimônio arquitetônico de

[49] O **Samba-de-bumbo**, também conhecido pela alcunha de samba-de-lenço, samba caipira, samba de terreiro, entre outros, surgiu, de acordo com pesquisadores do tema, a partir dos encontros de populares nas festas anuais na cidade de Pirapora do Bom Jesus, também localizada no interior de São Paulo. Define-se como um samba coreografado, com dança coletiva. Para maiores informações: FRUGIUELE, 2015.

relevância em algumas das cidades componentes, salvaguardado por diferentes esferas da preservação.

A sub-região 3, liderada por Sorocaba, tendo como componentes Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Tapiraí e Votorantim, tem um perfil mais diversos nos aspectos econômico e cultural. Pesquisadores da história local atribuem essa característica à grande concentração de riquezas naquele território promovida inicialmente pela Feira de Muares e pela instalação da Fazenda Ipanema[50], depois pela produção industrial, especialmente a têxtil, berço da produção em larga escala na cidade de Sorocaba, como em outras do interior paulista. Inegavelmente, a instalação da Estrada de Ferro Sorocabana[51], em 1875, trouxe à cidade levas de imigrantes, e desenvolveu saberes técnicos que impactam o perfil socioespacial até a atualidade, o que contribuiu para a formação um significativo conjunto patrimonial.

Com o passar dos anos, Sorocaba, através de mobilização de seus representantes, foi recebendo universidades[52] que motivaram a instalação de indústrias de ponta na cidade, tornando-se um grande polo, referência em saúde, serviços e entretenimento para toda a região.

2.4 As Estâncias os Municípios de Interesse Turístico

O Estado de São Paulo, por meio da Lei nº 1.261, de 29 de abril de 2015, regulamentou os mecanismos e requisitos mínimos para a obtenção do título de

[50] **Fazenda Ipanema**: a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, foi fundada em 1810, com o objetivo de iniciar a produção siderúrgica no país. Os edifícios construídos à época ainda hoje despertam interesse e admiração nos frequentadores, sendo o conjunto arquitetônico tombado nas esferas estadual e federal. Desde 1992, a área é intitulada Floresta Nacional de Ipanema, uma das maiores áreas de Mata Atlântica ainda hoje preservadas no Brasil. Para maiores informações: Prefeitura de Iperó, 2022.

[51] A **Estrada de Ferro Sorocabana** teve início pela mobilização de fazendeiros sorocabanos e ituanos que almejavam um acesso mais fácil à capital do Estado e ao litoral, para o escoamento de suas produções agrícolas. A concessão foi obtida em 1871, sendo implantada a ligação entre Sorocaba e São Paulo em 1875. Nos anos seguintes as ferrovias foram implantadas de maneira célere, chegando a marca de “250 estações e 2.125 km de extensão” (GERODETTI, CORNEJO, 2015). Para mais informações: GERODETTI, CORNEJO, 2015.

[52] A cidade de Sorocaba dispõe na atualidade de 14 instituições de ensino superior, sendo três públicas: Faculdade de Tecnologia (FATEC), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Informações colhidas em: Sorocaba, 2022.

Estância Turística e de Município de Interesse Turístico, os chamados MITs. De acordo com o site do Governo do Estado:

> As estâncias possuem infraestrutura e serviços direcionados ao turismo, seguindo legislação específica e pré-requisitos para a qualificação. São 70 municípios com essa classificação em São Paulo e elas podem ser destacadas como Turísticas, Climáticas e Hidrominerais. (Portal do Governo do Estado de São Paulo, 2022).

No capítulo 3, artigo 2º da referida lei são estabelecidos os parâmetros indispensáveis para a obtenção do título de estância, entre eles “ser destino turístico consolidado, determinante de um turismo efetivo gerador de deslocamentos e estadas de fluxo permanente de visitantes” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015), dispor de atrações turísticas públicas, sejam elas “naturais, culturais ou artificiais” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015) que caracterizam aquela localidade em um segmento turístico, tais como: religioso, cultural, de aventura, esporte, entre outros.

Além disso, considera-se imperativo dispor de equipamentos, serviços e infraestrutura que atendam o turista e garantam sua segurança.

Há, também, a exigência de que a cidade que pleiteia o título tenha um Conselho Municipal de Turismo de caráter deliberativo, atuante e composto “por representantes das organizações da sociedade civil representativas dos setores de hospedagem, alimentação, comércio e receptivo turístico, além de representantes da administração municipal nas áreas de turismo, cultura, meio ambiente e educação” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015) e um plano diretor de turismo aprovado, com revisão programada para ocorrer a cada três anos.

A lei, no seu artigo 4º, ainda estabelece as premissas para que uma cidade pleiteie o título de Município de Interesse Turístico (MIT):

> I - ter potencial turístico;
> II - dispor de serviço médico emergencial e, no mínimo, dos seguintes equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem no local ou na região, serviços de alimentação e serviço de informação turística;
> III - dispor de infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes no que se refere a abastecimento de água potável e coleta de resíduos sólidos;
> IV - possuir expressivos atrativos turísticos, plano diretor de turismo e Conselho Municipal de Turismo, nos mesmos termos previstos nos incisos II,

> VI e VII do artigo 2º desta lei complementar (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

O documento também declara que os municípios interessados em se tornar estância ou MIT deverão necessariamente contar com um deputado estadual para intermediar o processo, além de submeter a seguinte lista de documentos comprobatórios:

> a) estudo da demanda turística existente no ano anterior à apresentação do projeto, a ser realizado pela Prefeitura Municipal em convênio com órgão público estadual, federal, instituição de ensino superior ou entidade especializada;
> b) inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos atrativos turísticos do município, de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei complementar, com suas respectivas localizações e vias de acesso;
> c) inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos equipamentos e serviços turísticos, do serviço de atendimento médico emergencial e da infraestrutura básica de que tratam os incisos II e III do artigo 4º desta lei complementar;
> d) cópia do Plano Diretor Municipal de Turismo e atas das 6 (seis) últimas reuniões do Conselho Municipal de Turismo, devidamente registradas em cartório. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

Cabe à Secretaria de Estado incumbida das questões do turismo avaliar a documentação apresentada e elaborar um *ranking* das cidades que atenderam aos requisitos estipulados em lei a partir de critérios e matriz de avaliação previamente estabelecida.

Conforme estipulado em lei, serão no máximo setenta as cidades que receberão o título de estância turística e cento e quarenta as que poderão ser MIT.

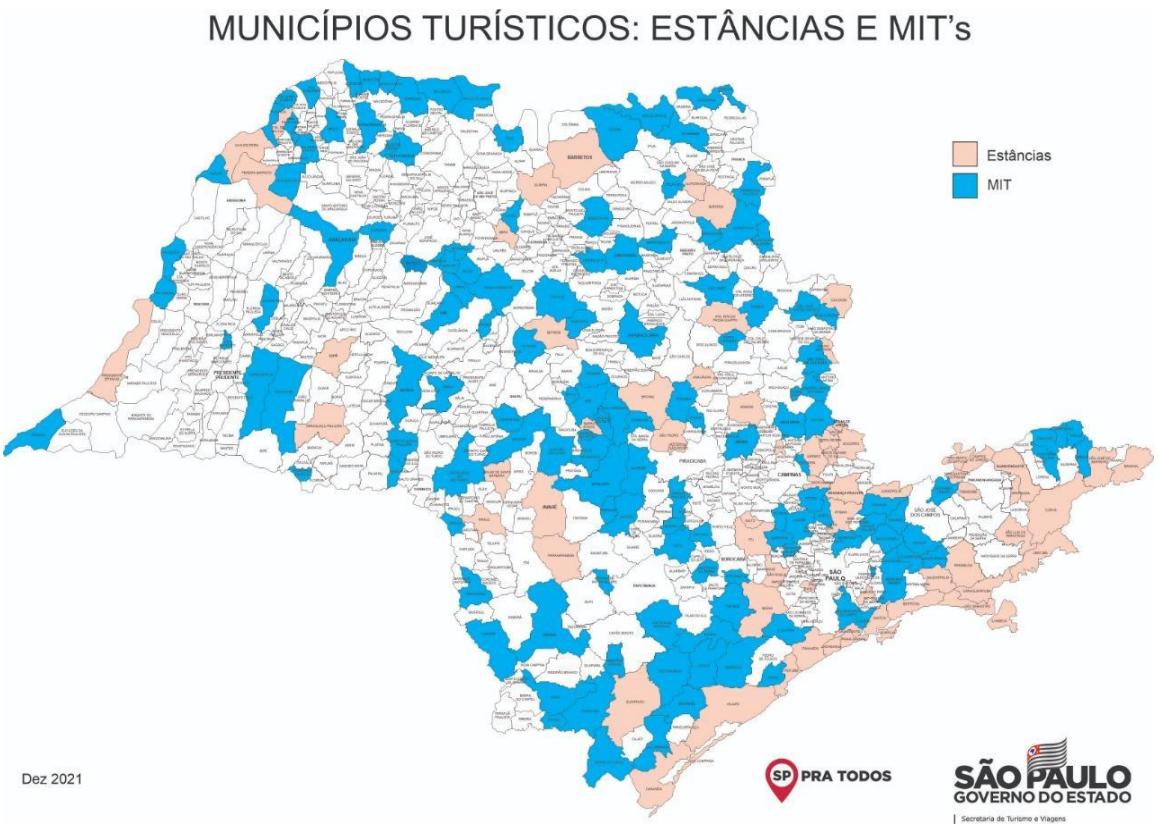
O principal interesse dos municípios na obtenção de um dos títulos é a possibilidade de receber recursos do “Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, previsto no artigo 146 da Constituição do Estado” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015), os quais poderão ser aplicados exclusivamente em aprimoramento de estruturas da área do turismo. Para tanto, faz-se necessária a submissão de projeto e aprovação deste pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos - DADETUR.

Estas verbas, geridas e distribuídas pelo Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos - FUMTUR -, previsto no artigo 146 da constituição estadual e estabelecido pela Lei nº 16.283, de 15 de julho de 2016, são distribuídas a partir dos seguintes critérios:

> Artigo 5º - Os recursos do FUMTUR destinam-se a, no máximo, 70 (setenta) Estâncias Turísticas e 140 (cento e quarenta) Municípios de Interesse Turístico, que atendam às condições estabelecidas em lei complementar, observados os seguintes critérios:
> I - 80% (oitenta por cento) destinados às Estâncias, sendo:
> a) 50% (cinquenta por cento) distribuídos de forma igualitária entre todas as Estâncias;
> b) 50% (cinquenta por cento) distribuídos proporcionalmente, segundo o percentual de formação da receita proveniente da arrecadação dos impostos municipais das Estâncias;
> II - 20% (vinte por cento) destinados aos Municípios de Interesse Turístico na proporção de 1/140 (um cento e quarenta avos) para cada Município. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

Das setenta cidades agraciadas com o título de estância no Estado de São Paulo, quatro estão contidas na RMS: São Roque, Ibiúna, Itu e Salto. Os MITs são em número de cinco: Araçoiaba da Serra, Boituva, Cesário Lange, Tatuí e Votorantim (SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022). Portanto, um terço dos municípios componentes desta região metropolitana foram contemplados por um dos dois títulos.

Figura 3 – Mapa do Estado de São Paulo. Em laranja os municípios contemplados com o título de Estância Turística e os em azul os considerados de interesse turístico (MIT).



Fonte: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, 2021.

De acordo com o Observatório de Turismo do Estado de São Paulo - OTURESP -, “programa de extensão da Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba criado em 2012” (OTURESP, 2022) com foco em pesquisas na área do turismo, atuante desde 2015:

> Quanto à gestão municipal do turismo, observou-se por meio dos levantamentos que a maioria das secretarias onde está localizada a pasta de turismo manteve a sua estrutura organizacional. No entanto, nota-se algumas mudanças administrativas, tais como as mudanças dos gestores do turismo e dos próprios chefes de gabinete do município em alguns municípios, bem como a migração da pasta de turismo de uma secretaria para outra e a inclusão de outras pastas na mesma secretaria onde se localiza o turismo em alguns municípios. Acredita-se que tais modificações possam indicar uma descontinuidade não somente da gestão do turismo da RMS, mas também das políticas públicas de turismo. Tal informação é preocupante porque as diretrizes e metas desenvolvidas pelo Estado determinam o modo como o turismo apropria-se do espaço (CRUZ, 2000) e políticas públicas descontínuas que desconsideram o planejamento turístico a longo prazo podem gerar impactos negativos no destino. (OTURESP, s/ data).

Diante da análise acima, elaborada pelo OTURESP e tendo em vista a metodologia adotada pelo DADETUR para avaliação e aprovação dos projetos, que se baseia em projetos estanques, não se exigindo um plano integrado, faseado ou uma proposta a longo prazo, os recursos provenientes do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, em geral, são empregados em reformas e adequações de áreas verdes e edifícios públicos, provendo, no máximo, um espaço mais adequado aos próprios cidadãos.

A perspectiva de melhoria da infraestrutura urbana e turística, bem como a visão a longo prazo, a submissão de projetos que se integrem, ainda não é, em geral, palpável para os municípios participantes do programa principalmente pela falta de incentivo e exigência neste sentido pelo próprio Governo do Estado.

Por exemplo, o primeiro recurso recebido pela cidade de Tatuí, MIT desde 2017, teve um uso bastante controverso: a Praça Martinho Guedes, conhecida como “Praça da Santa”, localizada no centro da cidade, que se mantinha desde 1958 com o traçado e vegetação bastante conservados, foi totalmente reformada, ignorando-se por completo as relações afetivas e sociais estabelecidas naquele território. Os idosos tinham-a como referência de espaço de brincadeiras infantis, depois do flerte e mais recentemente, de local onde levavam seus filhos para se divertir. Já os jovens da

atualidade se encontravam no local para andar de skate e fazer os chamados “rolezinhos”.

Mesmo apesar da busca de negociações com a gestão municipal pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de Tatuí (CONDEPHAT), que, sem sucesso procurou o Ministério Público, a obra aconteceu, sendo preservadas apenas as espécies vegetais. De efetivo houve a requalificação do espaço, que, sim, precisava de obras de conservação, porém não de uma reforma completa. Porém, os usos se modificaram e a obra em si não contribuiu de maneira efetiva para o aumento do turismo na cidade. No entanto, memórias afetivas e relações de pertencimento foram sucumbidas e tratadas como menores.

Neste sentido, Vidal Dias da Mota Junior pontua:

> A RMS é hoje um importante território para o desenvolvimento estadual e nacional, requerendo, por isso mesmo, um “olhar estratégico”. Portanto, é fundamental planejá-la, engajar as prefeituras, os prefeitos, a sociedade civil organizada no seu fortalecimento político, institucional, monitorar sua evolução e dinamizar suas potencialidades, para bem enfrentar os desafios econômicos, sociais, ambientais e urbanos presentes, e os que estão por vir (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 2019).

Esta colocação de Mota Junior toca no âmago da discussão das escalas de governança e de como um planejamento territorial que não leve em conta as articulações locais promoverão um desenvolvimento superficial, legando ao território municipal efeitos não vinculativos, ou seja: o patrimônio local, se não fizer parte das ações de planejamento da Região Metropolitana de Sorocaba, correrá o risco de ser esvaziado de significado e de presença. As tensões verificadas em algumas das localidades da RMS nos ocuparão no próximo capítulo.

2.5 O patrimônio cultural da RMS

Visando compreender se o processo de municipalização da gestão do patrimônio foi efetivo na RMS, objetivamos promover um diagnóstico prévio da situação do patrimônio cultural de importância local nas 27 cidades que a compõem.

Como ponto de partida foi elaborada uma tabela no *software Excel*, com itens julgados pertinentes para sinalizar a atuação dos órgãos de defesa municipais. Na vertical constam os municípios integrantes e na horizontal: ano de formação e leis que

Tabela 2 – Planilha desenvolvida do Programa Excel, com o objetivo de tabular dados básicos dos conselhos municipais de defesa do patrimônio na RMS.

MUNICÍPIO	HABITANTES ANO DE 2020	ANO DE FUNDAÇÃO	NOME DO CONSELHO	SIGLA	ANO DE FORMAÇÃO	DELIBERATIVO/CONSULTIVO	ATIVO/INATIVO	LEI REGIMENTAR	COMPOSIÇÃO		Nº BENS TOMBADOS/
									SOC. CIVIL	GESTÃO	
Alambari	6.025	1993									
Alumínio	18.628	1991									
Araçariguama	22.860	1991									
Araçoiaba da Serra	34.776	1936									
Boituva	62.170	1937	não possui conselho								
Capela do Alto	20.985	1963									
Cerquilho	49.802	1949									
Cesário Lange	18.375	1959									
Ibiúna	79.479	1944									
Iperó	37.964	1857									
Itapetininga	165.526	1855									
Itu	175.568	1842	Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural da Estância Turística de Itu	CPPHC	2004	consultivo	ativo	Lei nº 537/2004	4	5	0
Jumirim	3.418	1995									
Mairinque	47.441	1958									
Piedade	55.542	1840									
Pilar do Sul	29.402	1891									
Porto Feliz	53.402	1858									
Salto	119.736	1889									
Salto de Pirapora	45.860	1953									
São Miguel Arcanjo	33.002	1889									
São Roque	92.060	1864									
Sarapuí	10.390	1937									
Sorocaba	687.357	1842	Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Turístico e Paisagístico de Sorocaba	CMDP	1994	consultivo	ativo	Lei nº 4.619 de 30/09/1994	7	4	90
Tapiraí	7.766	1959	Conselho de Cultura do Município de Tapiraí	não dispõe	2015	consultivo	inativo	Lei nº 1973 de 28/09/2015	4	4	0
Tatuí	122.967	1861	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Tatuí	CONDEPHAT	1993	deliberativo	ativo	LEI Nº 2.658, 19/08/1993.	7	4	10
Tietê	42.517	1842									
Votorantim	123.599	1964									

Fonte: Dados obtidos através de pesquisa por e-mail. Tabulação da autora, 2022.

instituem os conselhos. Grafamos se esses têm caráter consultivo ou deliberativo, se estão ativos ou não, quantos bens são preservados em cada uma das cidades e suas naturezas.

O caminho inicial adotado para a obtenção dos dados foi uma busca nos canais de comunicação das prefeituras municipais e do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMS – sites e páginas nas redes sociais, uma vez que supúnhamos que a divulgação em mídias fosse já uma prática disseminada, em especial em municípios efetivados como MIT ou Estância.

A ação foi bastante infrutífera, pois os sites, em geral, não apresentam informações sobre o patrimônio cultural local. Quando os têm, tangenciam o aspecto da atração turística, sem mencionar órgãos ou conselhos dedicados à defesa, e pouco revelam se há bens tombados e em que escala de governança. Não foi encontrado em nenhuma das 27 cidades consultadas como um cidadão deve proceder para solicitar o tombamento ou registro de determinado bem.

Sendo assim, optou-se por uma segunda estratégia, enviar uma pequena apresentação da mestranda e da pesquisa, seguida de um breve questionário a cada um dos municípios componentes solicitando que o responsável pela área cultural do município cedesse as informações necessárias ao preenchimento da tabela.

As perguntas enviadas, no número de seis, foram:

1. *A cidade possui conselho de defesa/ preservação do patrimônio?*
2. *Se sim, qual lei o regulamenta?*
3. *Ele se encontra ativo?*
4. *Se sim, ele ficou inativo em algum período?*
5. *Este conselho é deliberativo ou consultivo?*
6. *Quantos e quais são os bens tombados pelo município?*

Do total de 25 municípios consultados - já tínhamos em mãos as informações de Sorocaba e Tatuí - apenas quatro responderam ao e-mail: Tapiraí, Boituva, Itapetininga e Itu.

Para obter as informações dos demais foi feita uma busca ativa: a partir dos números de contato encontrados nos sites das secretarias de cultura, educação e turismo - em geral que gerem o departamento de patrimônio - foi feita uma ligação para explicação da pesquisa e solicitação do retorno.

Neste processo identificou-se situações preocupantes: sites com informações desatualizadas, funcionários das secretarias relacionadas ao tema que desconheciam completamente as ações voltadas à salvaguarda em suas cidades, e, ainda, alguns municípios que colocaram extrema burocracia para a obtenção de informações, exigindo registro de protocolo e dando prazo de vinte dias para o envio das informações que deveriam ser de domínio público.

Outro fato curioso identificado: algumas cidades não têm nenhum bem tombado / registrado pelo município, porém, possui, muitas vezes, mais de um objeto acautelado pelo órgão de preservação estadual, o CONDEPHAAT.

Apesar das dificuldades encontradas ao longo do levantamento dos dados, que inviabilizou o preenchimento completo da planilha apresentada a seguir, não podemos deixar de considerar que este processo funcionou como um diagnóstico da situação atual da política preservacionista na RMS. Pôde-se identificar a ineficiência na gestão do patrimônio, no compartilhamento das informações com a sociedade civil. Não menos importante, a busca por uma preservação na esfera estadual, sinalizou que o município não olha para si mesmo, para seus patrimônios, e que considera como relevante seu estoque patrimonial se este vier a ser chancelado por órgãos externos a seus limites.

Estes fatores em muito prejudicam a autonomia dos municípios no aspecto preservacionista e em nada contribuem para uma relação democrática com os bens culturais, muito menos para a aplicação do conceito ampliado de patrimônio.

Fica explícito que as tendências contemporâneas de salvaguarda e as teorias sobre importância da memória, cultura e história imbuídas nos bens a serem preservados ainda circulam somente entre os profissionais das disciplinas relacionadas e na academia. É urgente uma política pública que esmiúce os conceitos da preservação, tornando-os conhecidos do grande público, sensibilizando e empoderando a população para tomadas de decisões conscientes e coletivas em relação ao que é passível de preservação em suas comunidades.

CAPÍTULO 3 – Tempo 3: patrimônios culturais da RMS e o diálogo com as entidades preservacionistas

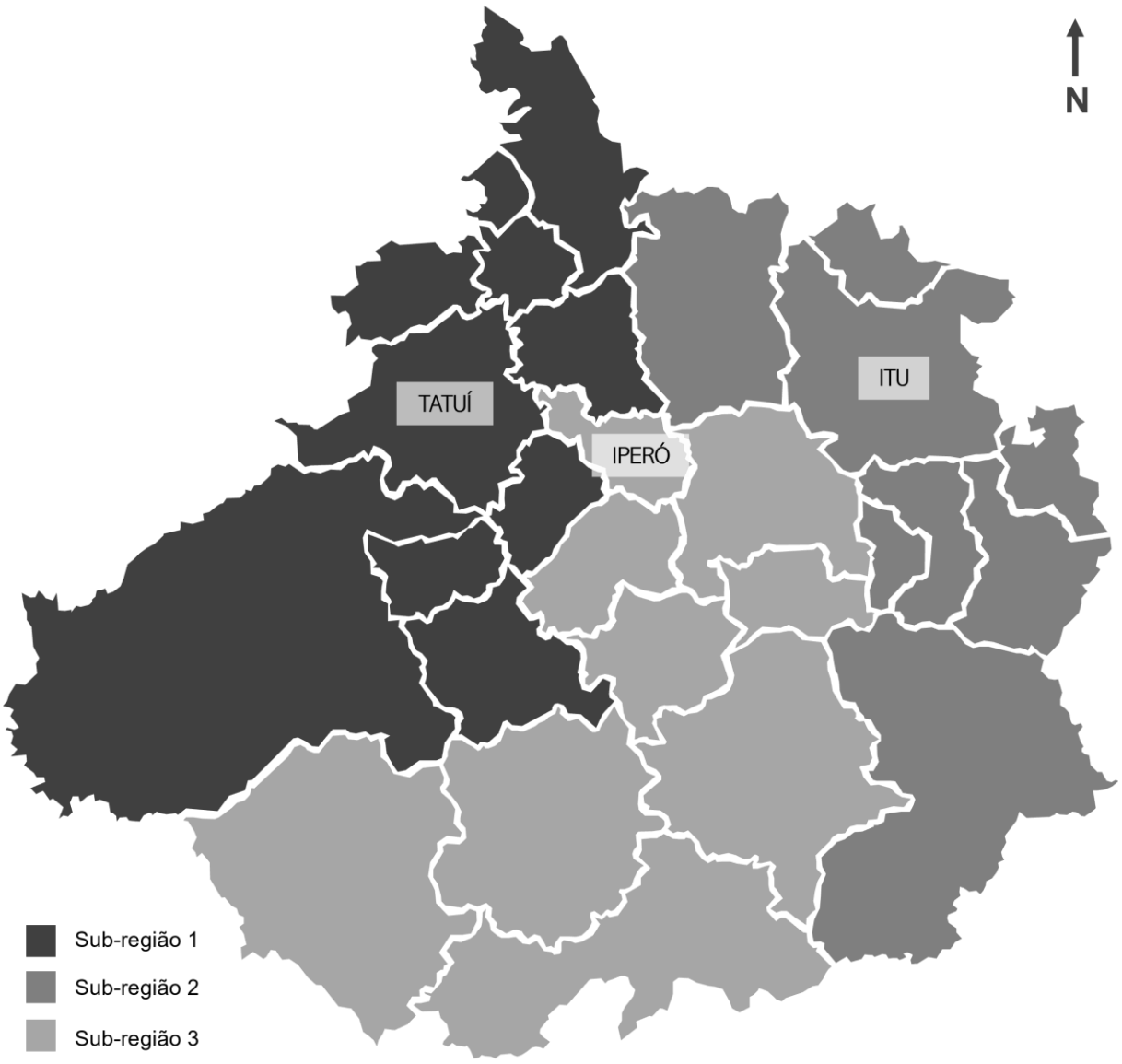
Após o desafio de se levantar os dados relativos à preservação do patrimônio cultural nos municípios componentes da RMS, pareceu-nos essencial analisar também como se comporta a salvaguarda nas escalas estadual e federal na Região.

Para tanto, fez-se uma busca em planilha do IPHAN na qual constam todos os processos de tombamento abertos pelo órgão federal desde sua criação. Foram encontrados 16 pleitos na RMS, dos quais nove são de objetos localizados na cidade de Itu.

Tendo em vista as limitações temporais impostas por uma dissertação de mestrado, desenvolvida durante os anos de acirrada pandemia causada pelo vírus SARSCOV-2, optou-se por estudar três objetos em três municípios distintos, representativos, cada um deles, de cada sub-região da RMS. Este número, nós julgamos ser pertinentes para análise, diante do cenário preservacionista diagnosticado. Buscando tornar a pesquisa mais abrangente, foi estabelecido que seriam escolhidos objetos de diferentes escalas e contextos citadinos também.

Portanto, optamos por aprofundar o entendimento dos processos relativos ao Centro Histórico de Itu, já que mais de 50% dos bens encontrados na planilha do IPHAN pertencem à cidade; a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, localizada na cidade de Iperó, não considerando-a pelo aspecto industrial, mas sim como patrimônio inserido em zona rural e reserva ambiental, características destoantes dos demais bens, e a Companhia Têxtil São Martinho, como exemplo de arquitetura industrial, temática abordada e considerada passível de preservação há cerca de apenas vinte anos.

Figura 4 – Mapa da RMS indicando as 3 sub-regiões componentes e quais os municípios tratados no capítulo 3.



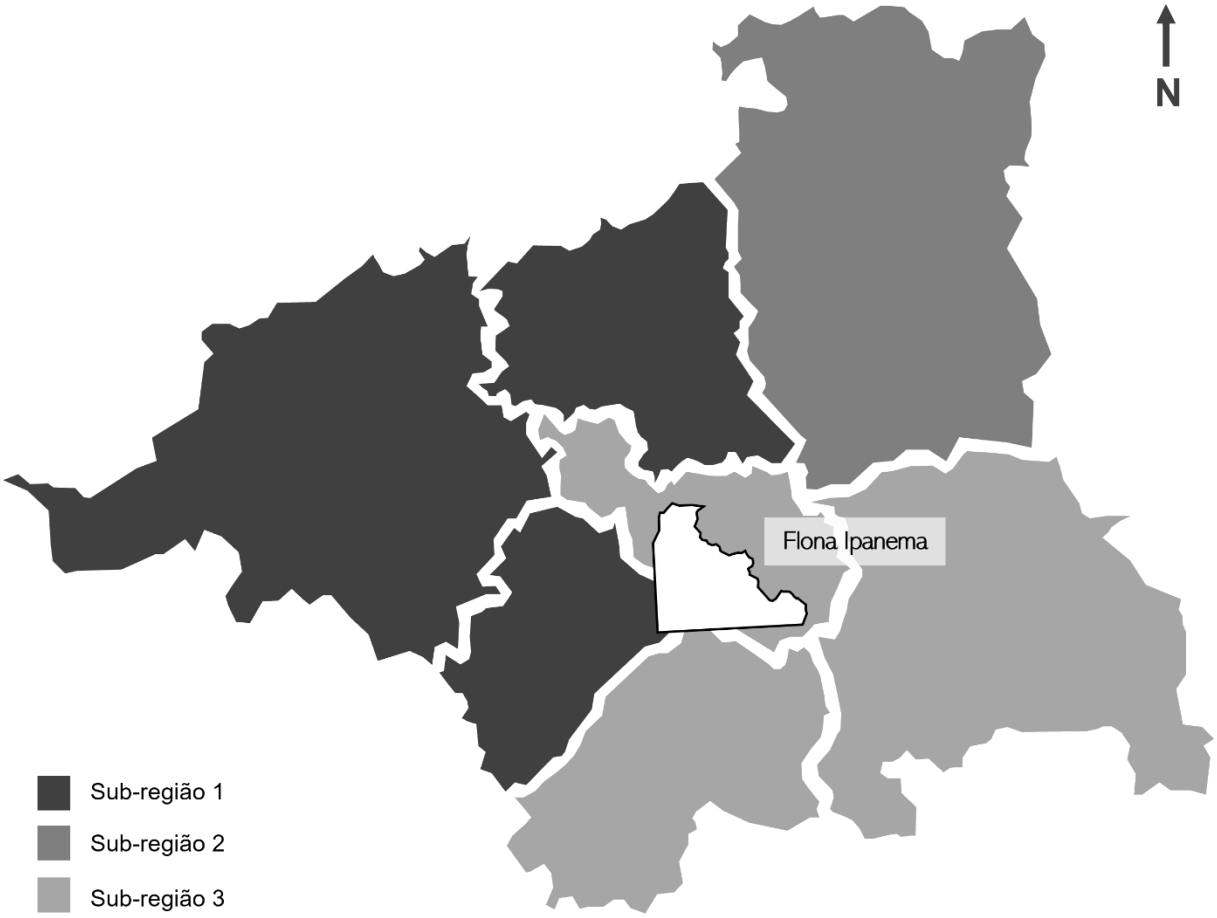
Fonte: Imagem base extraída do site da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo, 2021. Edição e sobreposição de informações da autora. Sem escala.

3.1 Real Fábrica de Ferro Ipanema, Iperó-SP

A Real Fábrica de Ferro Ipanema foi a segunda fábrica erigida no Brasil destinada ao trato do minério de ferro, sendo a primeira a Real Fábrica de Ferro de Santo Amaro[53] (Processo CONDEPHAAT 00372-73, 1973, p.5).

[53] A primeira fábrica de ferro brasileira foi fundada em 1607, gerida por Mestre Bartolomeu, na região que na atualidade corresponde a Avenida João Dias, Marginal Pinheiros, na cidade de São Paulo. Sua atuação foi encerrada por volta de 1620, após diversas tentativas frustradas de se alavancar a

Figura 5 – Mapa de trecho da RMS. Em destaque o território ocupado pela Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, limítrofe aos municípios Capela do Alto e Araçoiaba.



Fonte: Imagens base extraídas dos sites da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo, 2021 e do Instituto Geográfico e Cartográfico, 2022. Edição e sobreposição de informações da autora. Sem escala.

Seus primórdios datam de 1589 quando Afonso Sardinha[54] construiu dois fornos catalães[55] nas "fraldas da Montanha Araçoiaba" (PROCESSO CONDEPHAAT 00372-73, 1973, p.9), localizada à época ainda em território sorocabano. Sabe-se que, em 1610, D. Francisco de Souza[56], responsável pelas capitanias do Sul, assumiu o

produção. Informações contidas em Processo CONDEPHAAT 00372-73, 1973, p.5 e LANDGRAF et al, s/ data.

[54] **Afonso Sardinha** veio de Portugal e instalou-se inicialmente no país, na Vila de São Vicente. Fez dinheiro no país com depósitos de açúcar, aluguel de imóveis e venda de escravos. Em 1589, descobriu minério na região de Sorocaba e começou a implantar a uma pequena indústria siderúrgica naquela localidade. Informações colhidas em: Wikipedia, 2022.

[55] O **forno catalão** era edificado em pedra, tendo aproximadamente 2 metros de altura, no qual os insufladores de ar consistiam em tiras de couro com o funcionamento estimulado pela água. Para mais informações ver: Wikipedia, 2022.

[56] **Francisco de Souza**, português, foi governador-geral do Brasil, administrador e superintendente das Minas e governador da repartição do Sul. Para mais informações ver: Brasilhis, 2022.

comando das instalações, porém após sucessivas iniciativas infrutíferas, o intento encerrou suas atividades em 1629. Entre os anos de 1681 e 1698 houve outras movimentações, porém que não atingiram o objetivo desejado: a produção de ferro em larga escala.

Quase dois séculos depois, em 1800, João Manso[57] assume a responsabilidade de implantar novamente uma fábrica naquela área, também destinada à siderurgia, construindo novas instalações deslocadas das ruínas dos antigos edifícios, naquele momento “às margens do Rio Ipanema” (PROCESSO CONDEPHAAT 00372-73, 1973, p.9). Em 1810, D. João determina a criação da Real Fábrica que é inaugurada em 1811. Era gerida por uma junta, tendo como diretor Gustav Herdberg[58]. Após uma série de conflitos e jogos de poder pela gestão, Herdberg é demitido, assumindo o controle Frederico Luiz Guilherme Varnhagen[59], um dos idealizadores da empreitada.

[57] O brasileiro **João Manso** foi um químico empírico que deixou obra publicada que versa sobre seus conhecimentos com forte influência iluminista. Informações contidas em: FILGUEIRAS, 1991, p. 155.

[58] **Gustav Herdeberg** foi um empresário sueco do ramo da siderurgia, convidado pelo então embaixador Lobo da Silveira para ser o responsável pela instalação de uma fábrica de ferro no Brasil. Informações colhidas em: Wikipedia, 2022.

[59] **Frederico Luiz Guilherme Varnhagen**, foi um militar alemão naturalizado português. Veio ao Brasil em 1808 com a família real, fixando residência no país por catorze anos. Teve importante atuação na implantação e condução da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema. Para mais informações ver: Wikipedia, 2022.

Figura 6 – Fornos altos construídos para a implantação da Real Fábrica de Ferro na primeira década do século XIX.

Fonte: Da autora, 2022.

Neste período, técnicos suecos foram enviados ao país, devido à experiência no ramo, almejando-se atingir a excelência de produção desejada.

Em 1865, as estruturas edificadas na década de 1810 passaram por restauro e novas construções foram erguidas nos anos seguintes, formando um conjunto arquitetônico bastante robusto. Conforme relatos de 1885, o complexo era composto por um bairro operário, escola, hospital, praça, estação férrea, armazém e casa grande (Processo CONDEPHAAT 00372-73, 1973, p.5).

Figura 5 – No primeiro plano Casa de armas brancas da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema.

Fonte: Da autora, 2022.

Figura 6- Portada fundida em homenagem a maioridade de D. Pedro II, instalada em um dos edifícios do conjunto arquitetônico.

Fonte: Da autora, 2022.

Figura 7 – Trecho de uma das ruas que compõem a vila operária existente no conjunto arquitetônico. As moradias encontram-se em péssimo estado de conservação.

Fonte: Da autora, 2022.

Apesar de melhorias significativas na região, como a chegada da linha férrea da Sorocabana em 1875, a Real Fábrica nunca atingiu a produção de 600 toneladas por ano almejadas, não passando a marca de trinta toneladas anuais (HANG, 2012).

> Em 1895 a propriedade foi transferida para o Ministério da Guerra e se transformou em quartel e depósito. A partir de 1926 foi iniciada a exploração de apatita no morro, perdurando até 1943. Na década de 1950 iniciou-se a exploração de calcário para produção de cimento, cujas atividades foram encerradas no fim da década de 1970. (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ, 2022).

Ainda, em 1937, as construções e o território por ela compreendido passaram para a tutela do Ministério da Agricultura.

Após anos de abandono e franco processo de degradação do conjunto arquitetônico, a primeira iniciativa de tombamento federal foi solicitada em 1957. O processo almejava um tombamento duplo, que contemplava além da Real Fábrica de Ferro Ipanema a Fábrica do Morro do Pilar, instalada no Estado de Minas Gerais,

vistas, então, como um conjunto pioneiro da siderurgia nacional. A segunda, e efetiva solicitação de tombamento ocorreu em 1963, por meio da Sociedade Amigos de Sorocaba, que na ocasião tinha como secretário José Crespo Gonzales[60], e como presidente Armando Pannunzio[61].

O segundo processo traz documentos que evidenciam os motivos pelos quais a primeira solicitação não caminhou dentro do órgão federal:

> Ocorre esclarecer que o tombamento dos referidos remanescentes já foi desde 1957 recomendado por um dos membros do Conselho Consultivo desta repartição, o Engenheiro Miran de Barros Latif, mas respectivo processo por motivo de incluir também os remanescentes da antiga Fábrica do Morro do Pilar, do Intendente Câmara, no Estado de Minas Gerais, ficou a depender de uma diligência dispendiosa, que até hoje não pode ser completada (Processo 727-T-64, 1964, p.2).

No mesmo processo, Luiz Kuchenbecker, funcionário do órgão federal, reporta à Rodrigo Melo Franco de Andrade visita feita à Real Fábrica em suas férias, destacando:

> Após demorado exame e estudo, os componentes da excursão chegaram à conclusão que, devem ser iniciados, sem perda de tempo, *demarches*, visando a conservação desse sítio histórico de tão alta significação para toda a história da indústria siderúrgica nacional. Visivelmente e lamentavelmente, a ação do tempo causa pouco a pouco a inteira destruição dos antigos fôrnos-altos e da monumental casa de fundição, cujo conjunto representa grandioso testemunho da época pioneira nesse setor da vida econômica do país (Processo 727-T-64, 1964).

A documentação que consta no processo federal evidencia o caráter singular do conjunto de edificações estimulado pela busca de uma indústria siderúrgica

---

[60] **José Crespo Gonzales** (1926 - 2011) foi um político sorocabano filiado à ARENA. Tornou-se prefeito de Sorocaba em 1969, permanecendo no cargo até 1973. Sua gestão trouxe mais de 80 indústrias para se instalar na cidade, além de um campus da Faculdade de Tecnologia (FATEC). Ocupou por 50 anos o cargo de delegado regional do Serviço Social da Indústria (SESI). Informações colhidas em: Wikipedia, 2022.

[61] **Armando Pannunzio** (1915-1985) graduou-se em direito, pela Universidade de São Paulo (USP). Foi prefeito da cidade de Sorocaba em duas ocasiões, de 1964 a 1969 e de 1973 a 1977. Ainda, elegeu-se deputado estadual em 1970, professor e diretor da Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI) e atuou como delegado regional no SESI. informações contidas em: Wikipedia, 2022.

nacional, tão importante para a autonomia e modernização do país. Porém, o tema é tratado nos ofícios trocados com superficialidade, beirando o senso comum.

Fica implícito que já havia interesse por parte do IPHAN no tombamento, o que faltava realmente era desvincular a Real Fábrica de Ferro Ipanema da Fábrica mineira para viabilizar a regulamentação, tendo em vista que não foram solicitados quaisquer estudos aprofundados do conjunto arquitetônico da cidade de Iperó, nem tampouco histórico ou documental.

O processo de tombamento estadual, solicitado no ano de 1973, portanto, somente nove anos após o acolhimento do pedido de acautelamento federal, apresenta embasamento técnico mais contundente, apesar de *ex-officio*, prática habitual do órgão paulista até 2021.

Com 46 páginas, a documentação traz pesquisa histórica elaborada pela historiadora Katia Abud[62], por solicitação do arquiteto Carlos Lemos[63], na época Diretor Técnico do CONDEPHAAT. Nela, a historiadora apresenta uma espécie de linha do tempo da Real Fábrica, pontuando os fatos marcantes que ocorreram desde seus primórdios em 1589 até o encerramento definitivo de suas atividades em 1913. A solicitação foi acolhida pelo órgão de defesa estadual em 1974.

Por meio do Decreto Federal nº 530/1992 a área tornou-se uma Unidade de Conservação Federal, em meio a um forte movimento de preservação ambiental motivado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92). Conhecida como Flona de Ipanema, a unidade tem como objetivo:

> proteger, conservar e restaurar os remanescentes de vegetação nativa do domínio de Mata Atlântica, especialmente o Morro de Araçoiaba, e seus

[62] **Katia Maria Abud Lopes** tornou-se bacharel e licenciada em História pela USP em 1966. No ano seguinte tornou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela mesma universidade. Possui mestrado (1978) e doutorado (1986) ambos em História Social, também pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora na sua universidade de origem. Informações colhidas em: Biblioteca Virtual da FAPESP, 2022.

[63] **Carlos Alberto Cerqueira Lemos** graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1950. Foi coordenador do escritório de Oscar Niemeyer em São Paulo. Começou a lecionar em 1954, como assistente da disciplina de teoria da arquitetura, convidado pelo também arquiteto Eduardo Corona. Defendeu seu doutorado em 1973 e seu pós-doutoramento em 1984. É responsável por uma série de obras hoje indispensáveis para o estudo da história da arquitetura no Brasil como: *Cozinhas, etc*. (1976), *Alvenaria Burguesa* (1986), *Ramos de Azevedo e seu escritório* (1993), *Casa Paulista* (1999), entre outros. Teve importante atuação no CONDEPHAAT e mesmo aposentado desde 1988 da FAU-USP continuou a dar aulas na pós-graduação até o início da pandemia de Covid-19. Informações contidas em: Enciclopédia Itaú Cultural, 2022.

> ambientes associados, seus atributos naturais, históricos e culturais, promover o manejo florestal, o uso público e ser referência em integração socioambiental, pesquisa e disseminação de conhecimentos (ICMBIO, 2022).

O parque é aberto à visitação mediante pagamento de entrada[64], oferecendo trilhas para pedestres e ciclistas com diversos graus de dificuldade, visitas às construções históricas com ou sem guia, área verde e café.

Sobre o território da atual Flona Ipanema se sobrepõem uma série de camadas temporais e usos: primeira e segunda tentativas de implantação de uma indústria siderúrgica nacional, quartel militar, centro de treinamentos de aviação, centro de engenharia agrícola, edifícios de autoria do arquiteto brutalista Paulo Mendes da Rocha[65] e assentamento do MST.

Este acúmulo de usos revela disputas, em uma área de privilegiada localização, na divisa dos territórios de Capela do Alto, Araçoiaba da Serra e Iperó, próximo a importantes artérias de deslocamento da região e do estado - Rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares - e a menos de duas horas da capital.

Dos conflitos existentes pela posse daquele espaço, dois merecem destaque: a disputa pela posse de parte das terras pertencentes à Flona Ipanema por bairros do entorno e pelo MST.

Na primeira, União e Estado de São Paulo disputaram em ação de 1969, que durou 50 anos, a posse de área nas bordas da Fazenda, hoje ocupadas pelo bairro Vileta, em Iperó. O caso era que a

> União se intitula dona da área desde que D. Pedro II, ao completar a maioridade, em julho de 1840, visitou a Real Fábrica de Ferro na Fazenda Ipanema e pediu à então Província de São Paulo que as terras do chamado Campos do Realengo fossem anexadas à fazenda do império.A visita do imperador ficou registrada em uma porta de ferro, fundida para comemorar o fato. Quase um século depois, o governo paulista usou uma lei do período imperial para declarar as terras devolutas e conceder títulos a antecessores dos atuais proprietários. (PORTAL R7, 2019).

---

[64] Em visita realizada à Flona Ipanema em abril de 2022, estava sendo cobrado o valor de dez reais pelo acesso, sendo que pessoas com mais de sessenta anos e com menos de seis anos não pagam.

[65] O arquiteto Paulo Mendes da Rocha desenvolveu projetos para o Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA) e para viabilizar a preservação das estruturas da antiga Real Fábrica de Ferro, no ano de 1976. Estes foram parcialmente executados em 1985, porém não considerando a implantação e articulações necessárias e pensadas durante a concepção do projeto. Hoje as construções são utilizadas pela área de pesquisas do ICMBio. Informações contidas em: RODRIGUES, SOUZA, 2007, p. 2).

Com o passar dos anos, os fazendeiros contemplados pela doação de terras e seus descendentes, foram se desfazendo das propriedades, fato que deu origem ao Bairro Vileta, o qual abriga atualmente cerca de 12 mil moradores.

A questão judicializada prejudicou sobremaneira os moradores da localidade. Na incerteza da propriedade da área, a Prefeitura de Iperó não fazia os investimentos necessários para a melhoria da infraestrutura local.

Em 2019, com relatoria da Ministra Rosa Weber, o Supremo Tribunal Federal (STF) deliberou a favor do Estado de São Paulo, tendo resolução o processo mais longo da história do país. Convém apontar que

> Em 1992 parte do local foi ocupada por um grupo ligado ao Movimento Sem Terra (MST). Talvez como medida estratégica permeada por interesses governamentais tomada pelo presidente Fernando Collor, quatro dias depois de realizada a ocupação foi criada a Floresta Nacional de Ipanema. Primeiro, a administração do local ficou sob responsabilidade do IBAMA, e a partir de 2007, com a criação do ICMBio, Instituto Chico Mendes, todas as unidades de conservação do país passam a ser administradas pelo órgão. (OLIVEIRA, CARVALHO, 2017, p. 11).

ICMBio, Instituto de Terras de São Paulo - ITESP - e as famílias uniram forças e desenvolveram um projeto para a instalação do assentamento, que até hoje não está completamente regularizado (OLIVEIRA, CARVALHO, 2017, p. 11).

Na atualidade são “quase 400 famílias, que produzem frutas, hortaliças e criação animal que abastecem aproximadamente 20 cidades, num raio de 150 quilômetros” (SMETAL, 2018).

Ainda, destaca-se um terceiro conflito envolvendo a área. A cidade de Araçoiaba da Serra busca a remarcação dos limites com o município de Iperó, o que deixaria as terras da Flona Ipanema, que hoje está em Iperó, em território araçoiabano.

De acordo com matéria veiculada no *Jornal Cruzeiro do Sul:*

> a pretensão tem como fundamento a preservação da identidade do município. Um estudo elaborado e anexado à proposta que a Alesp analisa concluiu que a Fazenda Ipanema, desde sempre, esteve dentro do território araçoiabano. Alguns fatos reforçam a tese, entre os quais os apontamentos do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen” (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 2013).

Na mesma matéria, coloca-se que Mara Melo, do PT, prefeita da cidade na ocasião, pontuou que “não sabe qual o impacto que a mudança poderá provocar, mas tem planos de explorar o potencial turístico e agregar fator de desenvolvimento” (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 2013).

Em paralelo, a cidade de Iperó, rechaça veementemente tal propositura, frisando que possui documentos que comprovam que as terras da Fazenda Ipanema se encontram em seu território e ainda destaca todas as melhorias que promoveu no Bairro de Araçoiabinha, onde se localiza a área em questão.

Tal situação sinaliza algo importante: a necessidade da busca constante dos municípios que são estância ou MIT, caso de Araçoiaba da Serra, por novos atrativos, mesmo que isto tenha, em muitos casos, custos altos, inclusive diplomáticos, como a divergência com uma cidade vizinha e pertencente à mesma região metropolitana.

Neste sentido, percebe-se a fragilidade das relações que tem promovido a RMS. Cidades pertencentes a um mesmo bloco, que deveriam estar alinhadas e propondo ações em prol do bem comum dos 27 municípios estão envolvidas em disputas por área territorial e demarcação de limites.

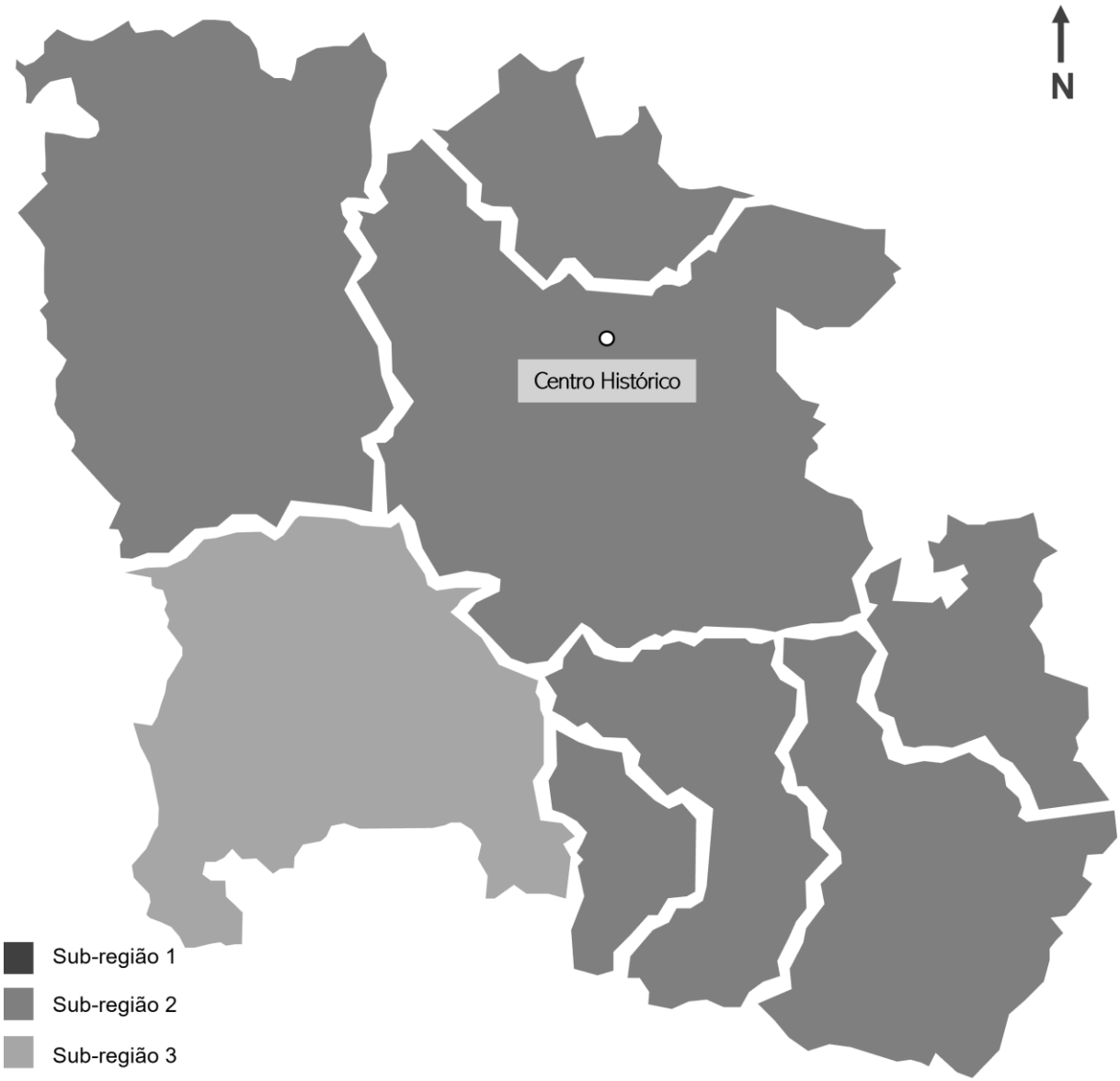
3.2 Centro Histórico de Itu-SP

A cidade de Itu foi protagonista no Estado de São Paulo de dois importantes momentos econômicos brasileiros: o da produção intensiva de cana-de-açúcar e do café, entre os séculos XVIII e XIX. O primeiro promoveu grande acúmulo de riquezas na localidade o qual propiciou o investimento na nova cultura que se implantou no país em meados do século XIX.

Estas lavouras, caracterizadas pela necessidade de expressivo número de trabalhadores para seu cultivo, levaram a cidade a receber um grande contingente de negros escravizados em um primeiro momento e, posteriormente, de imigrantes, em especial os italianos.

> A partir de 1850 e durante anos, Itu foi considerada a cidade mais rica da Província de São Paulo, com importante participação na vida política e econômica. Em 1869, instalou-se a primeira fábrica de tecidos de algodão, sendo a primeira movida a vapor da Província de São Paulo (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITU, 2022).

Figura 7 – Mapa de trecho da RMS. Em destaque o território ocupado pelo Centro Histórico de Itu.



Fonte: Imagens base extraídas dos sites da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo, 2021 e XIMENES, 2018. Edição e sobreposição de informações da autora. Sem escala.

Os recursos financeiros concentrados nas mãos dos senhores do café tornaram a cidade importante não só economicamente, assumindo posição decisiva na vida política do país. Não por acaso, ocorreu “em 18 de abril de 1873, a Convenção Republicana de Itu, uma reunião de políticos e proprietários de fazendas de café para discutir as circunstâncias do país, marco originário da campanha republicana e da fundação do Partido Republicano Paulista” (MUSEU REPUBLICANO DE ITU, 2022).

Figura 8 – Fachada do prédio principal do atual Museu Republicano "Convenção de Itu". Neste casarão ocorreu a Convenção Republicana de Itu, em 1873.

Fonte: Da autora, 2022.

A pujança econômica ituana se refletiu também na sua arquitetura. Os séculos XVIII e XIX formaram um grande conjunto de edifícios na área central da cidade, composto em sua maioria por igrejas católicas e casarios de grande beleza e importância artística, arquitetônica, cultural e memorial.

Por meio destas construções, além de se contar a história da cidade e de sua economia, também é possível se compreender como se davam as relações de trabalho naquele território, além de técnicas construtivas, modos de morar, práticas religiosas e culturais de significativo e longo período temporal paulista e brasileiro.

A demanda por reconhecimento de parte dos valores atribuídos àqueles edifícios - focando principalmente na relevância artística e arquitetônica - começou em finais dos anos 1930 e mais intensamente na década de 1940, logo após a criação do IPHAN, quando foram enviados ao órgão federal os primeiros pedidos de

tombamento, na época única instituição responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural no país.

Na atualidade, entre tombamentos, processos em aberto ou indeferidos, são nove os bens na cidade de Itu sob tutela ou análise do IPHAN, de um total de dezesseis encontrados na Região Metropolitana de Sorocaba.

Os tombados são: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária, Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo - incluindo-se pinturas murais e bens integrados -, Museu Republicano *Convenção de Itu* e conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos no corredor de entrada do edifício conventual das Irmãs de São José, anexo à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio. As solicitações de salvaguarda federal para a Capela do Senhor do Bonfim, a Casa da Rua Paula Souza - Companhia de Força e Luz de Itu - e o Varvito Moutonnée[66], foram indeferidas.

Figura 9 – Vista de trecho de casario em frente a "Praça dos Exageros", no Centro Histórico de Itu.

Fonte: Da autora, 2022.

[66] O **Varvito** é um tipo de rocha que, segundo estudiosos, formou-se pela sedimentação em lagos próximos às geleiras. Caracteriza-se por uma série de listas horizontais. Em Itu especificamente, a rocha foi amplamente explorada por cerca de três séculos para o calçamento de vias e assentamento de pisos. Informações contidas em: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2022.

Figura 10 – Vista da Igreja Nossa Senhora da Candelária, tombada pelo órgão de preservação federal.

Fonte: Da autora, 2022.

Figura 11 – Igreja Nosso Senhor do Bonfim, inserida no perímetro do Centro Histórico estipulado pelo CONDEPHAAT, porém teve tombamento negado pelo IPHAN.

Fonte: Da autora, 2022.

Figura 12 – Casa da Rua Paula Souza, atual Museu da Energia. Destaque para o rebuscamento dos ornatos da fachada, inclusive com o uso de azulejos portugueses.

Fonte: Da autora, 2022.

Figura 13 – Fachada da Fábrica de Tecidos São Luiz. O número de vãos demonstra as grandes dimensões da construção.

Fonte: Da autora, 2022.

Quanto à Casa da Fazenda Conceição e a Fábrica de Tecidos São Luiz, ambos os processos se encontram em instrução, com pareceres técnicos favoráveis ao tombamento federal.

Tabela 3 – Listagem contendo os bens ituanos com solicitações de tombamento no IPHAN.

OBJETO	ANO DE SOLICITAÇÃO DE TOMBAMENTO	ANO DE DEFERIMENTO/ INDEFERIMENTO	SITUAÇÃO
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária	s/ data	1938	tombado
Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo	1.948	1978	tombado
Museu Republicano "Convenção de Itu"	1.966	1966	tombado
Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuíno do Monte Carmelo	1.985	1999	tombado
Capela Nosso Senhor do Bonfim	1.946	1999	indeferido
Casa da Rua Paula Souza - Companhia de Força e Luz de Itu	1.967	2018	indeferido
Varvito Moutonnée	1.969	2004	indeferido
Casa da Fazenda Conceição	1.957	em aberto	em instrução
Fábrica de Tecidos São Luiz	1.985	em aberto	em instrução

Fonte: Dados obtidos por meio de consulta aos processos de tombamento. Tabulação da autora, 2022

A partir da leitura destes pareceres notam-se aspectos importantes: os mais antigos, em geral, são solicitados por autoridades ou pessoas envolvidas na área da preservação, em um movimento que não considera a população, partindo de um procedimento elitista de salvaguarda de arquiteturas monumentais ou atreladas a fatos de relevância histórica.

Os processos abertos até os anos 1960, também não trazem informações aprofundadas sobre os objetos, com poucos registros fotográficos ou gráficos - plantas, cortes, fachadas - estando sempre as solicitações pautadas por valores genéricos, ancorados em uma argumentação de um suposto destaque nobiliárquico ou relevância histórica sem maiores debates.

Já as solicitações mais recentes, ou que ficaram tramitando por muitos anos, apresentam material consistente sobre os bens, com pesquisa histórica, iconográfica, desenhos e relatos de visitas ao local. Por meio deles fica evidente a busca, com o passar dos anos, por se estabelecer um padrão para a instrução, de maior rigor técnico e do aprofundamento na temática e discussões a partir da solicitação apresentada. Os processos ganharam páginas, volumes, ilustrações e conteúdo. Os pareceres técnicos aparecem, bastante esmiuçados, pautados, em geral, por referências bibliográficas e exemplos de outras localidades.

Alguns deles trazem trechos do processo de tombamento desenvolvido pelo CONDEPHAAT sobre o centro histórico ituano, usando-o inclusive para se indeferir a solicitação de preservação federal, como nos casos da Casa da Rua Paula Souza - Companhia de Força e Luz de Itu - e do Varvito Moutonnée.

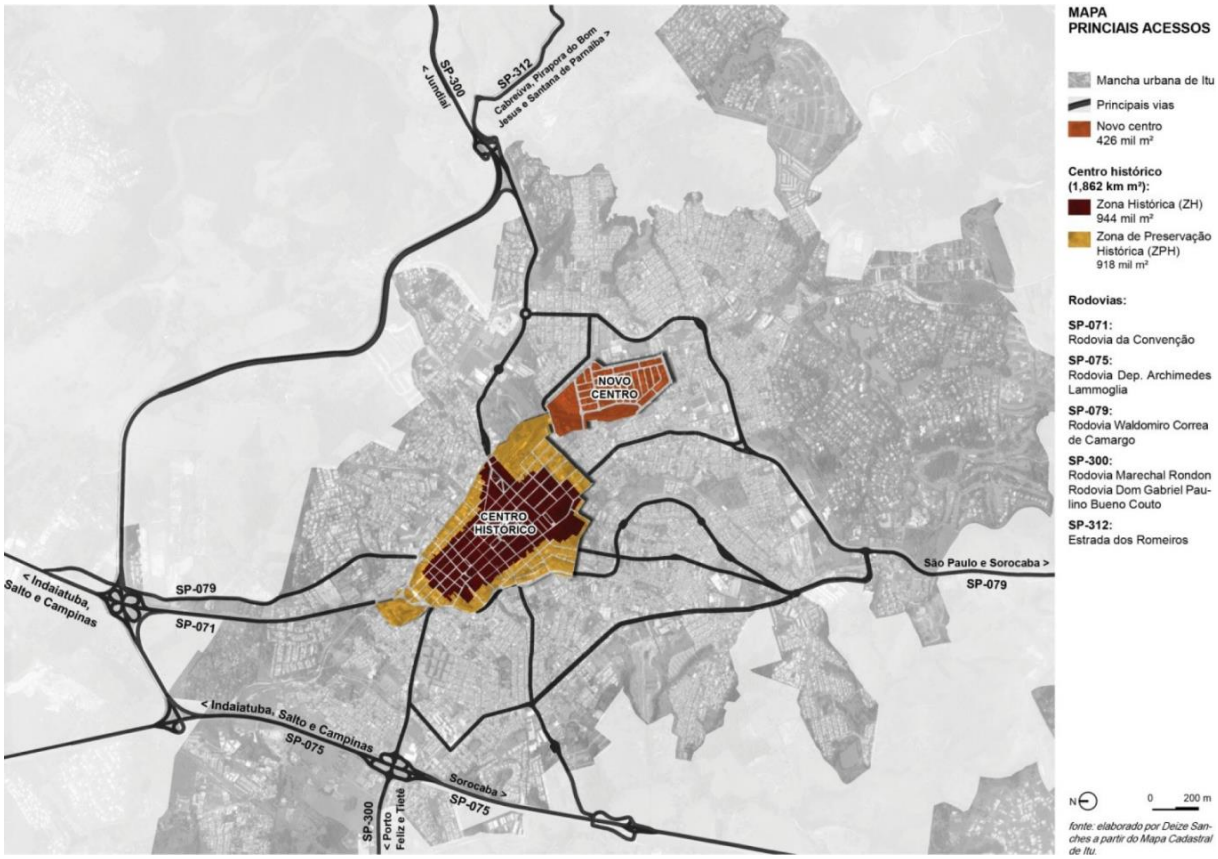
O tombamento estadual da região central de Itu contempla “240 imóveis de diferentes tipologias, construídos a partir do século XVIII” (CONDEPHAAT, 2022), formando um perímetro de proteção consolidado, que em muito tem contribuído para a salvaguarda do conjunto de edificações. Tratava-se de

> um conjunto de imóveis inventariados, conforme acordo firmado em 1984 pelo então SPHAN/ pró-Memória, CONDEPHAAT, Prefeitura da Estância Turística de Itu, para elaboração de um detalhado inventário, com o propósito de estabelecer um plano e Regulamentação da Área de Entorno dos Bens Tombados de Itu, acautelamento este enquadrado nos termos do § 1º do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, constituindo instrumento importante para a preservação do Patrimônio Ambiental Urbano da área central da cidade de Itu (PROCESSO IPHAN 1174-T-85, p. 62).

Os estudos foram desenvolvidos por equipe técnica composta por servidores do CONDEPHAAT, tema que será mais bem explorado nas conclusões desta dissertação. A resolução de tombamento de número 85, data de 06 de novembro de 2003.

Além dos bens englobados pelo perímetro, há mais cinco bens acautelados pelo órgão de preservação estadual na cidade: Antigo Asilo Colônia Pirapitingui, atual Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes; Igreja do Senhor Bom Jesus; Edifício da Fábrica de Tecidos São Luiz; Fazenda Pirahy e a Pedreira de Varvitos. Estes ou se encontram fora do perímetro central preservado, ou têm decreto de tombamento anterior à resolução do centro histórico, caso da Fábrica de Tecidos São Luiz e da Igreja do Senhor Bom Jesus.

Figura 14 – Mapa em que estão sinalizados o perímetro do Centro Histórico de Itu e seu entorno.



Fonte: XIMENES, 2018.

Dentre os bens preservados, merece destaque o caso da demolição do cemitério e jazigo anexos à Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, ação amplamente documentada no processo de tombamento federal do conjunto arquitetônico. Mesmo após o acautelamento federal, ocorrido em 1967, no ano seguinte, a Prefeitura Municipal da Cidade de Itu, demoliu as construções, sem qualquer autorização ou consulta ao IPHAN.

Figura 15– Vista geral da Igreja e Convento Nossa Senhora do Carmo, implantado no Centro de Itu. A direita da imagem localizava-se a capela demolida em 1968.

Fonte: Da autora, 2022

A União Federal impetrou um mandado de segurança contra a gestão municipal, sob a seguinte alegação:

> o patrimônio histórico e artístico existente na cidade, constituído da igreja e convento de Nossa Senhora do Carmo, está ameaçado de destruição com a abertura da rua em execução, sendo que o cemitério e jazigo já foram sacrificados; que o conjunto monumento compõe o patrimônio e está legalmente tombado, que como não foi dada autorização oficial para a realização da referida obra levada a feito por ato do impetrado, o Sr. Prefeito Municipal, João Machado de Medeiros Fonseca, foram lesados direitos da impetrante assegurados pelos arts 1, 17 e 18, do Decreto-lei nº de 25 de 30.11.37 e amparados pela Constituição Federal vigente, art. 172, § Único (PROCESSO IPHAN Nº 384-T-48, p.30).

No outro sentido, a Prefeitura coloca como indispensável a abertura da via para maior fluidez do trânsito de veículos na região central da cidade, tendo grande apoio popular, conforme vê-se em abaixo-assinado enviado ao presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, em 1968:

> Nós, abaixo assinados, moradores da Cidade de Itu, Berço da República, sentindo-nos prejudicados, com a ação do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional embargando abertura de uma rua ao lado da Igreja do Carmo de Itu, porque se trata de um logradouro público que vem responder a uma necessidade premente do tráfego, recorremos a V. Excia, a fim de pedir autorização para que se conclua a sua abertura (PROCESSO IPHAN Nº 384-T-48, p.34).

A vasta documentação, dividida em 4 volumes, apresenta uma série de trocas de documentos entre o município, o IPHAN e o governo federal que ocorreu durante quatro anos. A leitura nos permite notar que, desde o início do conflito, a gestão municipal buscou por uma resolução diretamente com o governo, o que em certa medida mostra o descrédito em que era colocado o órgão de preservação federal.

Dois aspectos explicitam esta observação: mesmo ciente do tombamento federal que recai sobre o conjunto arquitetônico do Carmo, e as prerrogativas desta condição, como a aprovação prévia da demolição, a prefeitura iniciou uma obra sem qualquer atenção à legislação. Ainda, quando recebeu o mandado de segurança, a gestão municipal não procurou diálogo com o IPHAN, mas sim procurou instâncias superiores, deslegitimando as ações e a seriedade do órgão de defesa.

Após quatro anos de articulações, em 1972, a cidade de Itu conseguiu através de contatos insistentes com Brasília, o destombamento da área. Mais uma vez, já naquele momento, o patrimônio foi sucumbido à realidade de cidades que o veem como de importância secundária, como passível de preservação desde que não atrapalhe os interesses locais, muitas vezes fruto da falta de planejamento e conhecimento técnico[67].

---

[67] Em entrevista ao programa *Lado a Lado*, em 3 de março de 2017, veiculado por meio de canal do *Youtube*, o arquiteto Alberto Magno de Arruda, conta sobre o desenvolvimento de um projeto de restauro para o conjunto arquitetônico que vem coordenando e, inclusive, comenta sobre a possibilidade de reconstrução da capela demolida, tendo como referencial documentação pré-existente, principalmente registros fotográficos. No vídeo fica claro que o projeto ainda não tinha sido submetido aos órgãos de preservação. Ao longo da pesquisa, não foram encontradas novas informações sobre o andamento dos trabalhos e, em visita ao local, também não se constatou a ocorrência de obras. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=x80nwtAavEQ&t=1265s. Acesso em 15 abr 2022.

Ainda, em um espaço de onze anos, de 1971 a 1982, foram identificadas cinco edições do Diário Oficial do Estado de São Paulo tratando de assuntos relativos à preservação do centro histórico ituano.

Em publicação de 06 de junho de 1971 há notícia que sinaliza a possibilidade de um convênio entre IPHAN e CONDEPHAAT visando o restauro da Igreja e Convento do Carmo, do Museu Republicano e da Igreja Nossa Senhora da Candelária (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1972, p. 2).

Já no dia 29 de novembro de 1972 é veiculado o contrato celebrado entre o órgão de defesa estadual e o arquiteto Júlio Abe Wakahara para o "levantamento métrico-arquitetônico de imóveis históricos no município de Itu" (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1972, p. 59).

Nova contratação é celebrada em 1976 e publicada em 02 de outubro daquele ano. Desta vez o arquiteto João Walter Toscano é chamado para a "elaboração de estudo do Diagnóstico Geral da Cidade de Itu" (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1976, p. 41).

Por fim, em 09 de outubro de 1982 é tornado público um convênio assinado entre a Prefeitura Municipal de Itu, a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e o CONDEPHAAT, no qual a primeira entraria com os profissionais para a execução, a segunda com os recursos para a aquisição de materiais e o terceiro com a parte técnica, oferecendo o projeto e fiscalizando as obras.

Ainda, no decorrer da pesquisa, foi encontrada edição do Diário Oficial paulista de 15 de junho de 1978 que traz a transcrição de discurso proferido pelo deputado ituano Archimedes Lammoglia[2], da ARENA, na Assembleia Legislativa. Neste o deputado relata as más condições em que se encontravam importantes patrimônios da cidade de Itu, pontuando suas insistentes visitas à capital federal em busca de apoio, sem sucesso. Ainda frisa que está "solicitando providências no sentido de que o CONDEPHAAT seja autorizado a manter convênios com os municípios, assim os Prefeitos terão autorização para manter e preservar esses patrimônios" (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1976, p. 67).

A leitura do discurso na íntegra evidencia que a proposta do convênio não era necessariamente agilizar as obras de conservação e restauro, mas sim dar carta branca para que os prefeitos seguissem com a execução dos projetos sem análise

prévia dos órgãos de preservação, conforme elucidada neste trecho: “os monumentos históricos estão desaparecendo porque os Prefeitos ou entidades não podem conservá-los, eis que não receberam a devida autorização do órgão competente” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1976, p. 67).

A colocação demonstra novamente, como existia, e porque não dizer que ainda existe, desconhecimento em relação às especificidades de um projeto arquitetônico de restauro, acreditando-se que cidades do interior, que em geral não dispõe de corpo técnico capacitado para tal demanda, seriam capazes de dar andamento a uma obra de conservação sem respaldo de um órgão de salvaguarda.

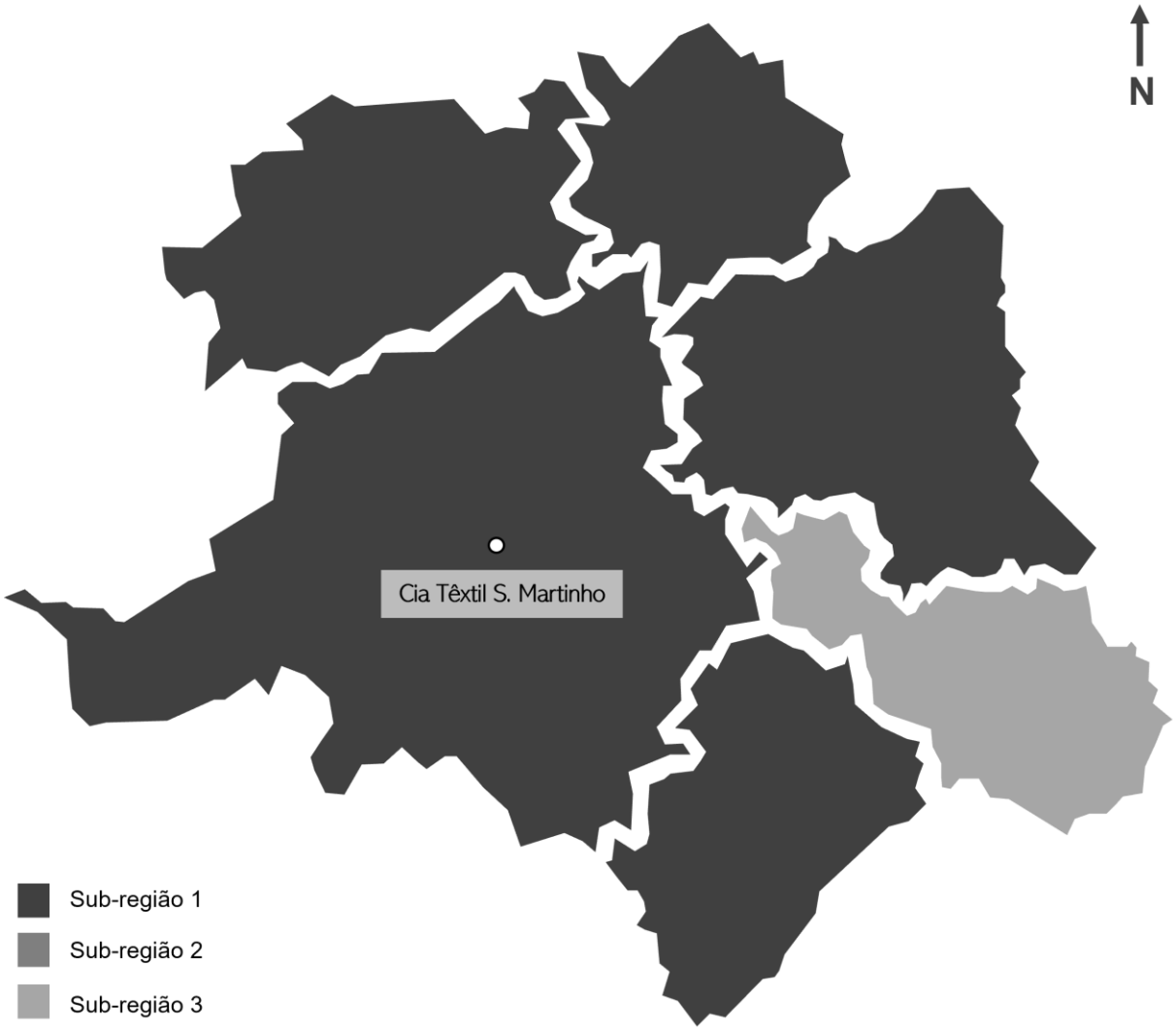
Por outro lado, fica claro o descrédito da instituição de defesa, diante da morosidade do trabalho, seja pelo engessamento da estrutura e pela burocracia governamental, ou ainda ocasionada pela escassez de recursos e por consequência pelos poucos profissionais disponíveis.

3.3 Companhia Têxtil São Martinho, Tatuí-SP

Manoel Guedes Pinto de Melo, filho de Martinho Guedes Pinto de Melo, responsável pela introdução da cultura do algodão herbáceo em Tatuí, inaugurou a primeira indústria destinada à produção de fios e tecidos da cidade e uma das primeiras do estado de São Paulo no ano de 1881: a Companhia Têxtil São Martinho (BARROS, 2022).

O conjunto arquitetônico da fábrica de tecidos, que inicialmente tinha alguns galpões fabris e cerca de vinte casas operárias, com a passagem do tempo, consolidou-se em seis quadras, onde há diversas construções adaptadas para a manufatura do algodão, 39 casas operárias, a casa do administrador, a casa do proprietário e alguns terrenos ainda desocupados, com uma área total de aproximadamente 40.000m², na área central da cidade de Tatuí.

Figura 16 - Mapa de trecho da RMS. Em destaque o território ocupado pela Companhia Têxtil São Martinho.



Fonte: Imagens base extraídas dos sites da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo, 2021. Edição e sobreposição de informações da autora. Sem escala.

Figura 17 - Algumas das casas operárias que compõem o conjunto arquitetônico da Companhia.

Fonte: Da autora, 2021.

Figura 18 – Fachada principal da Companhia Têxtil São Martinho, fundada em 1881. Em destaque, o torreão central, marco de sua arquitetura.

Fonte: Da autora, 2021.

Hoje, o aglomerado de edificações é um dos poucos existentes no Estado de São Paulo que ainda preserva sua configuração espacial e não sofreu perdas significativas de suas construções, sendo ainda passível de restauro e reuso.

Após passar pela administração de duas outras famílias - Meireles e Chamas - a Companhia encerrou suas atividades no início dos anos 1990, tendo uso até a atualidade apenas as moradias operárias, alugadas para residência, em sua maioria. As demais construções, abandonadas desde então, estão em franco processo degradativo.

Figura 19 – Casarão de morada do proprietário.

Fonte: Da autora, 2021.

Em 2007, após 15 anos de estudo de tombamento solicitado pela Arq.ª Ana Villanueva, o conjunto foi tombado pelo CONDEPHAAT por meio da Resolução SC 61 de 30/10/2007. Apesar de ter sua importância atestada pelo órgão de preservação estadual, são feitas apenas manutenções pontuais, em geral relacionadas à retirada de lixo e poda arbórea. Projetos de reuso do espaço foram apresentados à prefeitura local pelo proprietário, principalmente quando pressionado a pagar os impostos

devidos à municipalidade. Destes projetos, dois merecem destaque: a criação de uma casa de concertos de ópera e um shopping nas instalações fabris, desenvolvidos por escritórios de renome[68] e apoiados por importantes figuras do meio artístico, os quais não saíram do papel.

Desde 2019 tramita no IPHAN uma solicitação de tombamento, vinda de demanda de parcela significativa da população, encaminhada pelo Vereador Eduardo Dade Sallum[69], a qual reconhece a importância não só física do conjunto, que possui implantação e arquitetura singulares, mas também sua relevância para a industrialização paulista e brasileira, para o movimento operário e para o cooperativismo.

A população tatuiana tem grande interesse na preservação do conjunto e na apropriação de suas estruturas para uso público, considerando-se que boa parte dos tatuianos tem forte relação afetiva com o espaço. Muitos trabalhavam na Companhia Têxtil ou tiveram pessoas próximas que ali conseguiram seu sustento, como se percebe pela imprensa local, e pelos questionamentos que os conselheiros municipais e estaduais recebem com certa frequência.

A prefeitura local, informalmente, não se coloca disponível para lutar pela posse dos imóveis, alegando falta de recursos para o restauro e manutenção do mesmo. No entanto, sabemos que uma parceria público-privada ou a busca por editais de fomento e parcerias com universidades poderia contribuir significativamente para a conservação do conjunto, enquanto isto ainda se faz possível.

---

[68] Em 2012, a família Chamas, proprietária do conjunto fabril apresentou projeto, de autoria do arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva, para instalação de casa de concertos com mil lugares nos galpões industriais. A casa homenagearia o maestro João Carlos Martins, contando inclusive com seu apoio durante o desenvolvimento da proposta. O segundo projeto, de autoria do mesmo arquiteto, foi apresentado à gestão municipal em 2017, neste objetivava-se a instalação de um hotel no casarão e um centro comercial nos galpões fabris. Ambas as propostas não foram colocadas em prática. Informações contidas em: JORNAL O PROGRESSO DE TATUÍ, 2012 e 2017.

[69] **Eduardo Dade Sallum** (1993) graduou-se em ciência política e sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito vereador em sua cidade natal, Tatuí, em 2016 e reeleito como o vereador mais votado em 2020. Informações contidas em: Eduardo Sallum, 2022.

3.4 O que se imaginou para a atuação do CONDEPHAAT

Em 05 de julho de 2006 foi publicado o Decreto Estadual nº 50.941, o qual objetivou reorganizar a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

Nos quase 170 artigos são apresentadas novas diretrizes para todos os setores que compõem a Secretaria e criam-se novos. Aqui, especificamente, nos atentaremos aos itens relativos ao patrimônio cultural. No artigo 16, é criada a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), órgão técnico responsável por subsidiar, instrumentalizar e viabilizar as decisões e ações do CONDEPHAAT. No decreto a UPPH é subdividida nos seguintes setores:

> I - Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural, com:
> a) Centro de Estudos de Inventário e Tombamento de Conjuntos Arquitetônicos e Arqueológicos e de Áreas Naturais;
> b) Centro de Estudos de Tombamento de Bens Culturais Isolados, Bens Móveis e Bens Imateriais;
> II - Grupo de Conservação e Restauro de Bens Tombados, com:
> a) Centro de Projetos e Obras em Bens Culturais e de Supervisão de Intervenções;
> b) Centro de Projetos e Obras em Áreas Naturais Tombadas e de Supervisão de Intervenções;
> III - Núcleo de Apoio Administrativo. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006).

As subseções I e II, nos artigos 63 a 68 discorrem sobre as funções de cada um destes grupos e centros. Mais à frente, os artigos de número 142 a 147 estabelecem quais as obrigações do CONDEPHAAT e de seu presidente, merecendo destaque:

> Artigo 142 - O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT tem as seguintes atribuições:
> I - propor às autoridades competentes o tombamento de bens, assim como solicitar sua desapropriação, quando tal medida se fizer necessária;
> II - promover a celebração de convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, visando à preservação do patrimônio histórico, arqueológico, artístico ou turístico do Estado;
> III - propor a compra de bens móveis ou seu recebimento em doação;
> IV - sugerir a concessão de auxílios ou subvenções a entidades que objetivem as mesmas finalidades do Conselho ou a particulares que conservem e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico ou turístico;
> V - determinar a elaboração de projetos e execução de obras de conservação e restauração de que necessitem os bens públicos ou particulares de valor histórico, arqueológico, artístico ou turístico;
> VI - cadastrar os bens tombados na forma da legislação vigente;
> VII - organizar cursos, seminários e conferências em sua área de atuação;
> VIII - articular-se com entidades públicas ou particulares, com o objetivo de, mediante convênios e acordos, formar profissionais especializados em conservação e técnicas de proteção a obras de pintura, restauração e

> torêutica, reparação de obras de arquitetura, pesquisa e organização de monumentos e outras técnicas necessárias ao exercício de suas atribuições;
> IX - adotar outras providências, na sua área de atuação, previstas em regimento interno.
> (...)
> Artigo 144 - O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT poderá se articular com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, visando a, mediante convênios, se for o caso:
> I - atividade conjunta na consecução dos objetivos do Conselho;
> II - formação de profissionais especializados em conservação e técnicas de proteção a obras de pintura, restauração e torêutica, reparação e restauração de obras da arquitetura, pesquisa e organização de monumentos e outras técnicas necessárias ao exercício de suas atribuições;
> III - controle do comércio de obras de arte antiga e uniformização de taxas e multas. (grifos meus) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006).

Vê-se que apenas alguns dos itens elencados nos artigos acima foram desenvolvidos - especialmente os incisos grifados II, VI, VII e VIII presentes no artigo 142 e o I constante no 144 - e, mesmo assim, parcialmente. No entanto, estas funções vêm sendo desenvolvidas com grande esforço pelos técnicos da UPPH e não pelos conselheiros, como estipula o Decreto.

É notório que este corpo técnico se encontra com poucos profissionais e sem representação em áreas cruciais para se pensar o patrimônio de maneira interdisciplinar e integrada. Não há arqueólogos, geógrafos, urbanistas ou educadores no quadro de funcionários, o que, sem dúvidas, empobrece a discussão frente ao vasto e diverso patrimônio paulista.

O quadro de servidores enxuto e a grande demanda e gama de solicitações – a de se considerar que o Estado de São Paulo tem 645 municípios e uma população de mais de 46 milhões de pessoas (IBGE, 2021) – que tratam desde aberturas de processos de tombamento, uso de edifícios tombados para eventos, avaliação de projetos de restauro até fiscalização de denúncias de crimes contra o patrimônio, acabam por tornar a resposta à sociedade civil morosa, criando em certa medida uma sensação de que a relação com o órgão é difícil, burocrática ou ainda, que este é muito exigente.

Em paralelo, basta acompanhar as sessões do CONDEPHAAT, seja de maneira presencial, virtual - em tempos de pandemia - ou pela leitura das atas para se notar que, principalmente nos últimos anos, o órgão tem se limitado a discutir e

deliberar sobre tombamentos solicitados por diferentes agentes da sociedade, como prefeituras, órgãos de classe e cidadãos em geral.

Tem se desconsiderado completamente a função social que recai sobre a instituição determinada pelo referido Decreto. Por vezes, quando algum conselheiro coloca a necessidade de diálogo com a sociedade, de apoio a iniciativas autônomas voltadas à preservação ou de celeridade no retorno às demandas solicitadas, oportunamente a discussão não é levada adiante.

A situação tem se agravado principalmente após o decreto nº 64.186/2019, assinado pelo ex-governador João Dória, o qual restringiu o número de cadeiras das universidades públicas estaduais, sempre ocupadas por docentes especialistas na área da preservação, e aumentou a participação de instituições ligadas ao mercado imobiliário. Com isto, o debate técnico e intelectual perdem força, bem como a autonomia dos conselheiros.

Notadamente os esforços hercúleos dos técnicos do órgão de preservação não têm sido suficientes, basta olhar para os objetos analisados nesta pesquisa. Sendo de três cidades e escalas significativamente diferentes eles nos contam sobre a situação da valorização do patrimônio na RMS mais por seus silêncios do que pelas informações contidas na documentação processual consultada.

Nas solicitações de tombamento federal e estadual nota-se que não há qualquer envolvimento das gestões municipais na patrimonialização. No âmbito local, não se solicita tombamento, tampouco se apoia a salvaguarda. Quando muito são pedidos esclarecimentos após o acautelamento já ter ocorrido, para fins de registro.

Cabe destacar aqui o caso do processo 384-T-48, da Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, que após o tombamento, teve a capela anexa demolida pela própria prefeitura local para a abertura de uma via. A obra, embargada por quatro anos acabou ocasionando o destombamento da construção perdida, considerando-se que com o passar dos anos de embargo os escombros sumiram, o que inviabilizaria qualquer tipo de sanção e mesmo de reconstrução, não entrando aqui no mérito deste tipo de decisão preservacionista.

O caso da Companhia Têxtil São Martinho, difere-se dos demais apresentados, pois ambos os processos - na esfera estadual e federal - mais recentes, foram abertos a partir de demanda popular, encabeçada por um agente da sociedade civil. Nota-se

que em certa medida, a população, nos últimos anos, começou a se conscientizar da importância de que ela própria avalie e valorize seus bens culturais, não podendo se esquecer que esta mesma população tem sofrido os efeitos da perda de sua memória e cultura com as sucessivas e impactantes demolições a que vem sendo submetidos os centros históricos das cidades paulistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida no âmbito deste mestrado nos revelou que o processo de municipalização da gestão do patrimônio no Brasil existe, foi implementado, porém de maneira parcial. Analisando-se os municípios componentes da RMS, pode-se afirmar que os conselhos municipais de salvaguarda realmente foram criados, porém, parcela significativa deles encontra-se inativo, é de caráter consultivo e pouco conhecido da população local, permanecendo como uma célula de caráter organizacional de prefeituras e não como agentes de ação junto à população.

Apesar de muito se precisar avançar no debate, o grande mérito deste movimento, iniciado nos anos 1960, é que na atualidade já é mais palpável para a população, de maneira geral, a importância da preservação de bens de natureza imaterial, de objetos de importância local e regional. O discurso e a discussão se fazem presentes no cotidiano dos municípios, porém a preservação efetiva, não.

Muito mais se lamenta do que se preserva. Prova efetiva se revela no capítulo 2, com a dificuldade de acesso encontrada para se obter informações básicas relativas à preservação como: meios para se solicitar um tombamento/registro, bens acautelados no município pelas diferentes esferas de governança, órgão responsável pela preservação, se existente, dias e horário de suas reuniões.

Dos poucos dados encontrados é espantoso como boa parte das cidades apresentam conselhos de caráter consultivo e não possuem bens tombados por ele próprio, o que coloca em xeque a eficiência da política preservacionista.

Neste contexto, os conselheiros municipais ficam submetidos aos interesses da gestão municipal que se usa deles muitos mais como um mecanismo para chancelar seus anseios que como ferramenta de debate e preservação na esfera municipal, sua incumbência legítima.

A análise dos três objetos selecionados em Iperó, Tatuí e Itu, sendo as duas primeiras localidades MITs e a terceira Estância Turística, demonstram como o patrimônio ainda é um tema espinhoso para os municípios.

A documentação levantada evidencia a inexistência de diálogo entre as instâncias de preservação, como se a salvaguarda de seus bens não estivesse intimamente ligada a outras áreas da cidade, como o turismo.

Como no caso da demolição da Capela anexa à Igreja do Carmo na cidade de Itu, situação em que ao invés de procurar apoio e orientação no órgão federal, que havia tombado o imóvel, a gestão municipal simplesmente promoveu a destruição do próprio bem, sem qualquer consideração à autarquia federal sendo amplamente apoiado pela opinião pública local, apoio este demonstrado pelos sucessivos abaixo-assinados que constam no processo.

Diante do exposto, parece-nos que se faz urgente o aprimoramento do debate e sensibilização da população, para realmente se cumprir o estabelecido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 30, inciso IX.

Para tanto, é necessário que sejam dados informação e esclarecimento aos munícipes sobre: i) a relevância da preservação para a conservação da memória e história das cidades, bem como de seu espaço físico; ii) as disposições legais quanto ao tombamento e ao registro e, não menos importante, iii) a significativa contribuição que um patrimônio cultural conservado pode ter para a atração de visitantes e desenvolvimento do turismo local, gerando emprego e renda de maneira consciente e sustentável.

Paralelamente, parece-nos imprescindível, no caso específico a RMS, i) a promoção de ações entre os municípios buscando a sensibilização dos gestores da cultura, da gestão pública e do planejamento urbano frente aos desafios e complexidades da preservação; ii) a formulação de políticas públicas em escala regional voltadas a salvaguarda, incluindo a temática como exercício cotidiano da municipalidade e iii) o entendimento de que o interesse público na preservação deve extrapolar qualquer interesse particular ou político.

Neste sentido, o fortalecimento da atuação em escala metropolitana, além de propiciar uma ação municipal mais contundente, segura e correta, torna possível reivindicações regionais, o que tem mais força política e chances de sucesso.

Assim, como tem sido colocado até o presente momento, o patrimônio municipal no Brasil, existe, é uma realidade, é a partir dele que o cidadão cria a imagem do patrimônio, porém ele é bem menos presente em termos administrativos do que se supõe. O patrimônio sobrevive mais do descaso de seus proprietários do que de políticas de preservação efetivas, sendo fundamental a robustez, imparcialidade e autonomia das instituições de acautelamento, além de um aporte

financeiro considerável para que se tenha algum horizonte de salvaguarda mais efetivo do que o desenhado até o momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, teses, dissertações e artigos

ALFONSO, L. P. **EMBRATUR**: Formadora de imagens da nação brasileira. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BARROS, M. C. **Fábrica São Martinho**: do protagonismo familiar ao patrimônio cultural. Tatuí (SP): Ed. da Autora, 2022.

__. **O processo de municipalização da gestão do patrimônio no Brasil**: as mudanças promovidas pela vinda do emissário Michel Parent e pelos Compromissos de Brasília e Salvador. II Congresso Nacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural. Resumo Expandido. Cadernos de Resumos. Universidade Federal de Santa Maria, Cachoeira do Sul-RS, novembro de 2019.

BACELLAR, C. A. P. **Viver e Sobreviver em uma vila colonial**. São Paulo (SP): Ed. Fapesp, Annnablume, 2001.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. nº 23, 1994. p. 94 a 105.

CARMO, Bárbara Helena Almeida**. PCH, Programa Monumenta e PAC-CH:** o patrimônio cultural na perspectiva de política pública. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH):** por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural - 1973/1979. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FERREIRA, L. G. P. **Emoldurando o cartão postal através do qual se conhece São Paulo**: poder, hegemonia e conflito no tombamento do Vale do Anhangabaú (1990-2000). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro (RJ): UFRJ, 2017.

FRUGIUELE, M. S. **Bumbos em batuques**: estudo do vocabulário do samba de bumbo. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GERODETTI, J. E. CORNEJO, C. **As ferrovias do Brasil**: nos cartões-postais e álbuns de lembranças. São Paulo (SP): Ed. Solaris Edições Culturais, 2005.

GONÇALVES, C. S. **Experimentações em Diamantina**: a prática do IPHAN em uma cidade tombada. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília (DF), 2000.

LEAL, C. F. B. (Org.). **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent**.** Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

LEAL, C. F. B. Recortes da História Social das missões da UNESCO no Brasil (1964-1979). Nos arquivos do IPHAN: **Revista Eletrônica de Pesquisa e Documentação**. Dezembro, 2009.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade** – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MARTINS, A. L (Org). CONDEPHAAT 50 anos: registros de uma trajetória. São Paulo (SP): Museu de Arte Sacra de São Paulo, 2018.

__. **Interior paulista:** comércio, indústria e bancos. In: CENPEC. **Terra Paulista**: trajetórias contemporâneas. São Paulo (SP): Imprensa Oficial, 2008.

PAIVA, M. C. de. **Fabricando o patrimônio municipal:** As ações de preservação do COMPAHC de São Bernardo do Campo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: Entre o povo e a nação. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática S.A., 1990. Cap. 1 (A geração dos anos 1920-40).

PEREIRA, C. R. **Turismo Cultural e as Missões UNESCO no Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

POULOT, Dominique. Um Sistema de Patrimônio. In: CARVALHO, Claudia S. R. de (org.). **Um olhar contemporâneo sobre o patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro (RJ): Museu Histórico Nacional, 2008.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. In: _____. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento –** a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 1995.

__. A cidade-atração: o patrimônio como insumo para o turismo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. nº 40, 2019. p. 57 a 71.

SANTOS, D. G. dos. PACHECO, R. de A. Os 40 Anos da Fundarpe na política cultural do patrimônio pernambucano (1973- 2013). **Revista Caicó**, v. 16, n. 36, p. 183-200, jan./jul. 2015.

SAPORETTI, C. M. **A gestão de Renato Soeiro na direção do DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (1967-1979).** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora- MG, 2017.

SIMÃO, M. C. R. **A preservação do patrimônio cultural em cidades**. 2ª ed. Belo Horizonte (MG): Ed. Autêntica, 2013.

SOTRATTI, M. A. **Pelas Ladeiras do Pelo**: a Requalificação Urbana Como Afirmação de Um Produto Turístico. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. **Entre a Memória Coletiva e a história de "Cola e Tesoura"**: as intrigas e os malogros nos relatos sobre a fábrica de ferro de São João do Ipanema. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Documentos em meios eletrônicos

ALESP. **Adriano Diogo**. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300420. Acesso em 26 mar 2022.

__. **Archimedes Lammoglia.** Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300035. Acesso em 17 abr 2022.

__. **Celso Giglio**. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/deputado/?autor=139. Acesso em 26 mar 2022.

__. **Criação da Região Metropolitana de Sorocaba.** Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=260025. Acesso 25 abr 2021.

__. **Hamilton Pereira**. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300319. Acesso em 25 mar 2022.

__. **Israel Zecker**. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300181. Acesso em 25 mar 2022.

__. **Lei nº 16.283/2016**. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16283-15.07.2016.html. Acesso em 07 fev 2022.

ATIQUE, F. Urdiduras Continentais no debate acerca do *Mission Style*. Notas sobre o Pan-Americanismo na Arquitetura Neocolonial. **Revista Eletrônica Da ANPHLAC**. (10), p. 174-212, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.46752/anphlac.10.2011.1293

AZEVEDO. Paulo Ormindo. PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 237-256. jan.- abr. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/101590/1982-02672016v24n0109

BRASILHIS. **Francisco de Souza**. Disponível em: https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/341. Acesso em 14 abr 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Milton Monti**. Dsponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/74787/biografia. Acesso em 25 mar 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Israel Zecker**. Disponível em: http://www.cmsandre.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26&Itemid=38. Acesso em 25 mar 2022.

CNPQ. **Márcia Sant'Anna**. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706039T9. Acesso 25 abr 2021.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 15-58. jan.- abr. 2016. http://dx.doi.org/101590/1982-02672016v24n0101

CPDOC-FGV. **Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho**. http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alckmin-filho-geraldo. Acesso em 26 mar 2022.

__. **Gustavo Capanema** Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema. Acesso 23 abr 2020.

__. **Renato Fauvel Amary**. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amary-renato. Acesso em 25 mar 2022.

CURRÍCULO LATTES. **Bárbara Helena Almeida Carmo**. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/5985136760452234. Acesso 25 abr 2021.

__. **Márcia Genésia Sant Anna**. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706039T9. Acesso em 19 abr 2022.

__. **Maria Lucia Bressan Pinheiro**. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do. Acesso em 17 abr 2022.

EDITORA UFRJ. **Maria Cecília Londres Fonseca**. Disponível em: http://www.editora.ufrj.br/autor/104/maria-cecilia-londres-fonseca. Acesso 15 dez 2020.

EDUARDO SALLUM. **Eduardo Sallum**. Disponível em: https://eduardosallum.com/biografia/. Acesso em: 19 abr 2022.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Carlos Lemos**. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa52/carlos-lemos. Acesso em 17 abr 2022.

__. **Lúcio Costa.** Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14559/lucio-costa. Acesso 30 abr 2021

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS. **Gentrificação**. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao. Acesso 25 abr 2021.

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS. **Ulpiano Bezerra de Menezes**. Disponível em: http://historia.fflch.usp.br/docentesaposentados/ulpiano. Acesso 25 jun 2018.

FAPESP. **Katia Maria Abud Lopes**. Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/178588/katia-maria-abud-lopes/. Acesso 22 abr 2022

FILGUEIRAS, C. A. L. **João Manso Pereira**, químico empírico no Brasil colonial. Revista Química Nova, 1992. Disponível em: http://static.sites.sbq.org.br/quimicanova.sbq.org.br/pdf/Vol16No2_155_v16_n2_%2814%29.pdf Acesso em 26 abr 2022.

ICMBIO. **Flona Ipanema**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/flonaipanema/guia-do-visitante.html. Acesso em 12 abr 2022.

I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. **Compromisso de Brasília**. Brasília (DF): abril, 1970. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf. Acesso 07 jun 2018.

II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. **Compromisso de Salvador**. Salvador (BA): outubro, 1971. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%2 0salvador%201971.pdf. Acesso 07 jun 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **O Iphan**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872. Acesso 15 dez 2020.

IPHAN. **Homenagem do conselho Consultivo do Iphan a Renato Soeiro**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Homenagem_a_Renato_Soeiro.pdf. Acesso em 13 mai 2021.

__. **Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173. Acesso em 19 abr 2022.

ITAPETININGA. **Lei Municipal nº 5.418/2010**. Disponível em: http://siave.camaraitapetininga.sp.gov.br/arquivo?Id=31952. Acesso em 15 fev 2022.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. **Projeto quer incorporar Fazenda Ipanema a Araçoiaba. Disponível em:** https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/465200/projeto-quer-incorporar-fazenda-ipanema-a-aracoiaba. Acesso em 22 abr 2022.

LINKEDIN. **Sandra Rafaela Magalhães Corrêa**. Disponível em: https://www.linkedin.com/in/sandra-rafaela-magalh%C3%A3es-corr%C3%AAa 882341a1/?originalSubdomain=br. Acesso em 19 abr 2022.

__. **Henrique Oswaldo de Andrade**. Disponível em: https://www.linkedin.com/in/henrique-oswaldo-de-andrade-97909721/?originalSubdomain=br. Acesso 19 abr 2022.

LOURENÇO, T. **Cultura caipira é a gênese da identidade paulista**. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/cultura-caipira-e-a-genese-da-identidade-paulista/#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20cultura%20caipira,portugueses%E2%80%9D%2C%20avalia%20o%20professor. Acesso em 22 abr 2022.

MENEGUELLO, Cristina. *A preservação do patrimônio e do tecido urbano*. 003.05, site Archidaily Brasil, n° 003.05, agosto de 2000. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.003/992. Acesso 07 jun 2018.

NASCIMENTO, Flávia Brito; MARINS, Paulo Cesar Garcez. Dossiê: O PCH, Programa de Cidades Históricas: um balanço após 40 anos**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 11-14. jan.- abr. 2016. http://dx.doi.org/101590/1982-02672016v24n01do

NUNEZ, L. O. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. **Revista Faces da História**, Assis-SP, v. 3, nº2, p.194-219, jul.-dez., 2016. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/390>. Acesso 01 ago 2019.

OLIVEIRA, F. L. CARVALHO, A. V. **A Fábrica de Ferro São João do Ipanema**: disputas patrimoniais e constituição das políticas ambientais no Brasil. XXIX Simpósio Nacional de História, 2017. Disponível em:https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489523889_ARQUIVO_AFABRICADEFERROSAOJOAODOIPANEMA__ANPUH_orig.pdf. Acesso em 17 abr 2022.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Ana Perugini**. Disponível em: https://www.pt.org.br/ana-perugini-2. Acesso em 26 mar 2022.

PAULO ORMINDO. **Paulo Ormindo**. Disponível em: http://www.pauloormindo.com.br/perfil.asp. Acesso em 19 abr 2022.

PINHEIRO, M. L. B. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Carlos, v. 2, p. 4-14, 2006. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654/48274. Acesso 10 mai 2021.

PORTAL R7. **Iperó espera há 50 anos por julgamento de ação no STF**. Disponível em: https://noticias.r7.com/sao-paulo/ipero-sp-espera-ha-50-anos-por-julgamento-de-acao-no-stf-03062019. Acesso em 22 abr 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ. **Visite a Floresta Nacional de Ipanema**. Disponível em: http://ipero.sp.gov.br/floresta-nacional-de-ipanema/. Acesso em 21 abr 2022.

RODRIGUES, J. C. M. SOUZA, G. B. **Requalificação da Floresta Nacional de Ipanema**: análise do projeto parcialmente executado de Paulo Mendes da Rocha. Disponível em: https://silo.tips/download/requalificaao-da-floresta-nacional-de-ipanema-analise-do-projeto-parcialmente-ex. Acesso em 23 abr 2022.

SANT'ANNA, Márcia. A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 59-74. jan.- abr. 2016. http://dx.doi.org/101590/1982-02672016v24n0102

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE. **Varvito de Itu**. Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/mugeo-monumentos/visitacao/varvito-de-itu/. Acesso em 23 abr 2022.

SMETAL. **Assentamento de Iperó completa 26 anos na luta pela agricultura familiar**. Disponível em: https://www.smetal.org.br/imprensa/assentamento-de-ipero-completa-26-anos-na-luta-pela-agricultura-familiar/20180504-172756-h519. Acesso em 18 abr 2022.

SOROCABA. **Faculdades e Universidades**. Disponível em: http://www.sorocaba.com.br/educacao/faculdades-e-universidades. Acesso em 25 abr 2022.

TAPIRAÍ. **LEI Nº 1.973/2.015**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/sp/t/tapirai/lei-ordinaria/2015/198/1973/lei-ordinaria-n-1973-2015-estabelece-normas-de-protecao-do-patrimonio-cultural-do-municipio-de-tapirai-cria-o-conselho-de-cultura-do-municipio-de-tapirai-e-da-outras-providencias?q=LEI%20N%BA%201.973%2F2.015%20DE%2028%20DE%20SETEMBRO%20DE%202.015.%20tapira%ED. Acesso em 15 fev 2022.

USPCIDADES. **Francisco Vidal Luna**. Disponível em: https://sites.usp.br/uspcidades/curriculo-danilo_igliori-2/. Acesso 26 mar 2022.

ZAGATO, J. A. C. **Um órgão, nove cidades: proteção, planejamento e gestão em conjuntos urbanos tombados pelo Condephaat.** Disponível em: https://www.academia.edu/31865405/Um_%C3%B3rg%C3%A3o_nove_cidades_prote%C3%A7%C3%A3o_planejamento_e_gest%C3%A3o_em_conjuntos_urbanos_tombados_tombados_pelo_Condephaat. Acesso 23 abr 2022.

XIMENES, D. S. S. Projeto Urbano Sustentável para a cidade de Itu. **Revista LabVerde,** vol.9, nº 1, mar 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Ma%C3%ADra/Downloads/143974-Texto%20do%20artigo-289506-1-10-20180406%20(3).pdf. Acesso 15 mar 2022

WIKIPEDIA. **Afonso Sardinha**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Afonso_Sardinha. Acesso 17 abr 2022.

__. **Ana Perugini**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ana_Perugini. Acesso em 26 mar 2022.

__. **Aldo Vannucchi**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Aldo_Vannucchi. Acesso em 22 abr 2022.

__. **Donisete Braga**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Donisete_Braga. Acesso em 26 mar 2022.

__. **José Marianno Filho**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Marianno_Filho. Acesso em 19 abr 2022.

Fontes primárias

CONDEPHAAT. Processo 00372 – Real Fábrica de Ferro Ipanema, 1973.

CONDEPHAAT. Processo 31877 – Fábrica São Martinho, 1994.

IPHAN. Processo 0188-T-38 – Igreja Matriz de Itu, Estado de São Paulo, 1938.

IPHAN. Processo 0214-T-39 – Casa do Sítio de Santo Antônio e Capela, 1939.

IPHAN. Processo 0346-T–46 Capela do Sítio Querubim, 1946.

IPHAN. Processo 0366-T-46 – Capela do Padre Bento, 1946.

IPHAN. Processo 0384-T-48 – Convento e Igreja do Carmo, 1948.

IPHAN. Processo 0727-T-64 – Fábrica de Ferro de Ipanema, 1964.

IPHAN. Processo 0767-T-66– Edifício do Museu Republicano, 1966.

IPHAN. Processo 0821-T-69 – Varvito Montonné, 1969.

IPHAN. Processo 1174-T-85 – Fábrica de Tecidos São Luiz, 1985.

IPHAN. Processo 1434-T-98 – Estação Ferroviária de Mairink, 1998.

ANEXO I

A seguir apresentamos entrevista cedida pelo ex-deputado estadual Hamilton Pereira (PT) para esta pesquisa. A entrevista ocorreu no dia 03 de março de 2022, no diretório do Partido dos Trabalhadores, na cidade de Sorocaba.

Hamilton: Tem um material aqui, depois se você precisar.
Maíra: Ah, ótimo. Super útil. Bom, pode começar.
Hamilton: Primeiro, boa tarde. Quero dizer a satisfação de recebê-la e dizer para você do surgimento da ideia de transformar ou fazer com que Sorocaba fosse reconhecida como Região Metropolitana. Na realidade, isso vem de uma provocação de um artigo publicado nos jornais em 2005 por um professor da UNISO que provocou a classe política de Sorocaba, da região, é que são os deputados e, eu já estava deputado, o Pannunzio, que é o Carlos Pannunzio, a Iara [Bernardi], enfim, e ele provoca no sentido de que "como é que ninguém toma iniciativa de apresentar um projeto, lutar para que Sorocaba seja reconhecido como região metropolitana, já que ela [Sorocaba] já é uma região Metropolitana?".
Maíra: Sim.
Hamilton: O nome dele é professor Zanella [José Henrique Zanella], ele é geógrafo aqui da UNISO, é, uma pessoa muito estimada, é, muito culta, e ele tinha feito um estudo a respeito das relações, é conurbação, numa tomada aérea você não identifica aonde termina um município e começa o outro.
Maíra: Sim.
Hamilton: Uma mancha urbana que se unificou e as relações econômicas né, é, ele dizia que este estudo desses artigos, diários de jornal Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba, nós tomamos aquilo efetivamente como uma provocação pertinente.
Maíra: Sim.
Hamilton: Né, e em maio de 2005, ingressei na assembleia legislativa com o projeto propondo a criação da região metropolitana de Sorocaba. É, o primeiro ato, apresentei o projeto e já corri atrás da Universidade. Fui até a UNISO, conversei com o reitor, na época o professor Vannucchi [Aldo Vannucchi], e pedi a ele, falei "professor, um professor da tua universidade aqui fez essas matérias nos jornais", levei os recortes, falei "eu tô entrando com um projeto lá agora. Preciso de um 'recheio nesse bolo', eu preciso de elementos."
Maíra: Hahahaha. Claro.
Hamilton: "E o conhecimento tá aqui na universidade, então queria muito que vocês me ajudassem com isso agora, porque agora eu preciso convencer os deputados e deputados de todos os partidos, porque agora estamos na região metropolitana e precisamos de elementos pra isso". O professor Vannucchi deu uma semana de prazo para unir pessoas de diversas áreas, Administração, planejamento, Geografia e Geografia Humana, e depois de uma semana ele me colocou na frente de onze de seus doutores, doutores de planejamento, e o pessoal começou um trabalho de campo, inclusive, né, foi muito interessante, muito interessante. Porque isso, mais a frente, inclusive, que a gente começou lá na Universidade, nessa nossa conversa, vai de certa forma, de forma a sugerir o embrião de algo que ia se formar em Sorocaba, que era o NUPLAM (Núcleo de Planejamento estratégico para a Região). Né, a Prefeitura criou o NUPLAM e aquilo me ajudou muito, me ajudou muito, porque nós dependíamos do estudo da ERPLAN, Escritório de Planejamento do Estado e provocá-

los para um estudo mais detalhado da conformação regional, né, do espectro produtivo da região, porque aqui você tem uma diversidade muito grande. Agricultura, comércio, indústria principalmente, principal elemento do desenvolvimento da região metropolitana, aí nós vamos ter um trabalho muito rico em detalhar desta conformação econômica a região, isso foi a nossa ferramenta, o nosso material de luta na Assembleia Legislativa né, começamos a fazer audiência públicas, o jornal resolveu ajudar também, porque a gente já tinha ajuda da Universidade, da UNISO aí veio o jornal Cruzeiro do Sul que disponibilizou o auditório deles e ali eles próprios ajudavam a convidar prefeitos da região para debater com eles formas dos municípios se ajudarem, se compuserem…

Maíra: Sim.

Hamilton: Porque há uma coisa interessante nisso, né, é…os prefeitos, de certa forma, da natureza da política, são muito competitivos, então, é, é assim: "se o pirão é pouco, o meu primeiro", é, mais, esses debates foram envolvendo esses prefeitos, vice-prefeitos, técnicos das diversas prefeitura, e ele foi avançando e as pessoas foram aprendendo a construir juntos, né, e nós fomos criando esse recheio com as informações todas. E o NUPLAM fez um trabalho maravilhoso, sobre o que eles chamam de, de população pendular, muito interessante. Que é assim, é, as pessoas que moram num município, estudam no outro, moram num município e trabalham em outro, o que acontece, a maioria aqui em Sorocaba.

Maíra: É, de fato.

Hamilton: Como Sorocaba vai concentrando essa população de trabalhadores, principalmente por conta da indústria, alguns municípios menores vão se tornando municípios, cidade dormitório. Então é preciso distribuir esse crescimento. Para isso, e isso a gente vai aprender estudando esse material todo, as indústrias para se deslocarem para determinada região, elas vão buscando logística. Então o que as indústrias querem fundamentalmente são autoestradas, para facilitar o acesso de matérias primas, chegando, produtos acabados saindo, então transportes, autoestradas modernas, então nós tínhamos a Castelo Branco, principal, e depois começa a duplicação da Rodovia Raposo Tavares, que é muito boa.

Maíra: Sim.

Hamilton: O que foi muito bom pra nós daqui. Isso acabou, é, estimulando o desenvolvimento dos municípios que estão ao longo da Raposo Tavares, da Castelo Branco e da Marechal Rondon que não, por outra razão, fez com que a Toyota, que já tinha uma grande planta industrial em Sorocaba, optasse por fazer sua segunda planta em Porto Feliz.

Maíra: Sim.

Hamilton: Cortada pela Marechal Rondon, agora duplicada. Isso acabou suscitando, agora, as discussões que é o seguinte: O que fazemos com o nosso aeroporto, defasado, que nós precisávamos de uma torre de controle… né? Essas coisas foram avançando, quer seja no lucro, no universo das faculdades, do mundo acadêmico, com a comunicação, a política, prefeitos, prefeitas, isso foi avançando, maturando, maturando, né. Existia na Assembleia Legislativa, num embate com o governo do Estado, o que, veja, você não vai encontrar em lugar nenhum da Legislação, algo que diga o seguinte: "não, isso aqui é matéria, é, de atribuição exclusiva do Poder Executivo". Isso não existe em lugar nenhum, tanto é que eu apresentei e fui fomentando esse debate e isso foi ganhando corpo, corpo, corpo, massificando, embora o governo falasse "se aprovar, eu posso vetar, porque é inconstitucional um parlamentar apresentar", agora, ora, um parlamentar pode legislar no âmbito do Estado sobre absolutamente tudo.

Maíra: Sim.

Hamilton: Então a gente foi fazendo uma queda de braços. Quando o projeto finalmente ficou pronto para ser votado em plenário, acordado no colégio da Assembleia Legislativa com todos os líderes partidários em que ele ia para a votação, aí então o governo resolveu enviar um projeto…
Maíra: Hahahaha. Que por sinal é bastante curioso como o senhor colocou.
Hamilton: Então, né? Né? Eles enviaram com todos os estudos que o NUPLAM havia feito, que a Universidade havia feito, acoplado, tudo isso, com os estudos do ERPLAM, e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Metropolitano e mandaram… E aí para a Assembleia Legislativa, é claro que me chamaram na Casa Civil, e nessa conversa eu juntei cimento e falei "Olha, o que nós queremos é que a região se desenvolva e seja reconhecida como tal. Que ela tenha os instrumentos de desenvolvimento regional que uma região metropolitana exige por lei, lei complementar 760, de 1994, que versa sobre o que é uma região metropolitana. Fala sobre a conurbação, relação econômicas do município de uma determinada região, enfim, sobre os mais diversos aspectos da economia, comércio, indústria, turismo e meio ambiente. Porque nós aqui, por exemplo, tomamos a água da represa entre Itupararanga. Aliás, eu fui ao porto com eles na área da ampliação de proteção da área de Itupararanga, justamente porque ela abastece água para oito municípios da região, e o projeto inicial que foi apresentado por uma deputada em Itu, Maria do Carmo Piunti, ele colocava Votorantim, Piedade e Alumínio, e depois a gente vai ver que as nascentes estão lá. E Vargem Grande Paulista, São Roque, Mairinque, né, Sorocamirim, Sorocabuçu, então a bacia hidrográfica que dá origem a área de proteção ambiental era muito mais além e nós incluímos todos esses municípios. Então tem a questão ambiental aí, é, além da questão econômica e da conurbação geográfica propriamente dita. E isso tudo maturou, até o ponto que chegamos ao acordo, que eu falei "eu não preciso ser pai da criança", preciso que a região seja reconhecida.
Maíra: Que aconteça, né?
Hamilton: Exatamente. Aí o governo enviou o projeto de lei complementar 1 de 2014, né, houve uma articulação com o Secretário de Administração metropolitana, eu na mesa com os líderes partidários, de todos os partidos na Assembleia Legislativa , levamos ao Plenário mas foi aprovado e o Governador Geraldo Alckmin, no dia 8 de maio de 2014 achou por bem sancionar esse projeto, instalar a região metropolitana, aqui no Parque Ecológico… Então foi lá uma cerimônia, vendo as pessoas falarem, deputados, enfim, prefeitos todos da região metropolitana, que naquele momento era composta por vinte e seis municípios. Quando nós começamos lá, projeto original, falaram dezessete municípios.
Maíra: Isso era uma coisa…
Hamilton: E nós chegamos com vinte e seis para, a posteriormente haver a inclusão de Itapetininga.
Maíra: Isso era uma coisa que até eu tava estudando, né, a gente tem um projeto inicial que é de 92, né, que é de Israel Zeffer. Pelo que vi era um projeto bastante simples, não tem esse aprofundamento, esse estudo que o senhor conseguiu fomentar…mas, nesse momento, por que o senhor acha que esse projeto não se encaminhou lá em 92?
Hamilton: Por conta de que o Zeffer… foi meu colega na Assembleia Legislativa, quando cheguei, ele já estava imputado, se não me falhe a memória, ele é lá da região de Mogi, de Mogi-Guaçu, né, havia sido prefeito da cidade dele, inclusive, muito provavelmente ele queria…abraçou como alguns deputados, geralmente escolhem um eixo de trabalho, por exemplo, você tem alguns parlamentares que acabaram se tornando muito conhecidos por

proporem instâncias turísticas. Então vinha aquela avalanche de projetos que você olhava assim, na pauta do dia da Assembleia, todos do mesmo deputado, estância turística aqui, instância turística ali…

Maíra: O mesmo tema!

Hamilton: Porque, obviamente, principalmente quando chegava o próximo ano eleitoral, ele queria o apoio dos prefeitos do interior. “O prefeito, tô propondo aqui que sua cidade se torne uma estância turística, vai receber recursos do IDAB, do Estado, cê vai ter mais receita e tal…”, é normal fazer isso. E o Zeffer, provavelmente, tô conjecturando aqui, provavelmente, ao mesmo tempo que ele apresentava o projeto que cria a região metropolitana, ele promete contar com a simpatia dos prefeitos locais, da região, embora ele pertencesse a outra região. Então foi assim que nasceu a região metropolitana. Você vai ver lá a Lei 760, 1994, você vai ver que ela fala das premissas, porém providências precisam ser tomadas para a criação de uma região metropolitana. Instala a região metropolitana e, em seguida, já elege conselho de desenvolvimento metropolitano, composto por todos os prefeitos e prefeitas da região metropolitana. Cria-se um fundo de desenvolvimento metropolitano, com recursos da União, do Estado e dos municípios. Cria-se um fórum, uma Câmara Técnica com o desenvolvimento metropolitano, com técnicos do estado, das diversas secretarias dos estados da área do desenvolvimento, com os técnicos das diversas prefeituras, aí você cria uma Câmara de desenvolvimento metropolitano, que em tese, teriam que se debruçar sobre esse perfil econômico e fazer propostas de desenvolvimento dentro dessa Câmara Técnica deve estar o secretário do transporte. Que a empresa metropolitana de transporte tem que versar sobre transporte metropolitano. Em Campinas já se discutia, aquela época, que você podia medir tudo da região metropolitana e nós lutávamos, e ainda lutamos, para que as pessoas não tenham que pagar… a pessoa mora em Araçoiaba da Serra, trabalha em Sorocaba e estuda em Salto, essa pessoa vai ter que se deslocar para o trabalho, ou para o objetivo do conhecimento, vai ter que pagar o transporte do município dela, depois o interurbano, muito caro, e o transporte extra, é uma responsabilidade da empresa metropolitana de transportes que tem que unificar os transportes em cada região. Que é o nosso caso aqui, você imagina uma pessoa para ir para Iperó, ela precisava pegar transporte intermunicipal. Embora Sorocaba tivesse ônibus de linha, que faça ponto final em George Oetterer que já pertence a Iperó, embora contraditoriamente ela já esteja a 23 quilômetros do centro de Iperó e 9 quilômetros de Sorocaba. Não é por outra razão que há um movimento lá, que eu inclusive cuidei disso, que é um movimento de emancipação, desanexação de território de Iperó, que eles pedem a desanexação e a anexação a Sorocaba. Eles tão perto da região metropolitana de Sorocaba. Iperó está, Boituva está, Porto Feliz está, é então é algo que mais a frente vai ser tratado, pois é algo que ficou parado lá na Assembleia Legislativa e alguém algum dia vai tirar isso da gaveta e vai ter que se…

Maíra: Mobilizar, né?

Hamilton: Vai ter que se virar com isso. Esse povo continua mobilizado, indo a Assembleia, conversando com os deputados e tal, pra ver se desengaveta isso.

Maíra: E Hamilton, eu queria perguntar uma coisa para o senhor, é…Como que foram estabelecidas quais cidades comporiam essa região metropolitana, e também assim, né, ela é dividida em três sub-regiões, também como se estabeleceu que seriam três e porque elas estão aglomeradas dessa forma, assim?

Hamilton: Pra isso, daria para completar essa Lei 760. Conurbação é economia, empregabilidade, é, geografia, proximidade geográfica, todas as premissas estão lá. Que

demandem planejamento conjunto de atividades econômicas e produtivas. Então foi isso que levou a caracterização, né? Se nós observarmos hoje, né, é , todos os dias por volta das 7h, 7h30 o fluxo na estrada Sorocaba Porto Feliz, Porto Feliz e Sorocaba, Sorocaba Iperó, Iperó e Sorocaba, Sorocaba… Capela do Alto, Raposo Tavares, né, Piedade, Votorantim então…aí você vai ver que as pessoas não vivem só da economia local. Você cria uma relação que é Regional, porque as pessoas moram aqui e trabalham ali, trabalham aqui, estudam ali…

Maíra: E tem também a questão da saúde, né? Muitas pessoas se deslocam para tratamentos médicos, consultas médicas, o que é também uma outra gama, né?

Hamilton: Sorocaba é sede, é região administrativa, 69 municípios, região de governo, e agora região metropolitana. A quinta região metropolitana do estado e a 15° do país. A região metropolitana que é maior que algumas capitais. Então, isso tudo que você falou: delegacia Regional da saúde, 48 municípios, tanto é que a demanda saturou tanto, a demanda regional, que é do estado, que obrigou o estado a construir outro hospital regional às margens da Raposo Tavares. Se bem que já fazia o debate que o Hospital Regional não tivesse que ser construído aqui, mas em uma cidade pobre, Itapeva.

Maíra: Sim.

Hamilton: Para que pudesse atender Capão Bonito, Guapiara, Apiaí, Itapeva...

Maíra: A região mais ao sul, né?

Hamilton: Percebe? Exatamente. Que é a região que você tem um pessoal que tem que vir de lá para uma internação ou tratamento aqui, para o Hospital do Câncer infantil aqui. Somos parceiros há muito tempo, então o Câncer Infantil é, o público aqui veio desta região que acabei de mencionar Ribeirão, Ribeirão Grande, Guapiara, Apiaí, porque isso é algo que já tentei provocar com amigos que a gente tem aqui na PUC, e até hoje não temos algo nessa área, mas tem uma pesquisa, que tenho quase certeza , absoluta certeza, que ia demonstrar pra nós, que o câncer infantil atendido aqui, não só câncer infantil, mas também de adultos, aqui cê tem uma entidade chamada ABOS Associação Beneficente Oncológica de Sorocaba, né, que eu visitava assim, que fui parceiro deles na Assembleia, você conversa com os pacientes como conversa com pais e você pergunta qual atividade deles: lavoura de tomate, que usa em larga escala pulverização de agrotóxicos. A maioria das leucemias está ligada a adoção de agrotóxicos por crianças e adultos naquela região. Então o nosso sistema de saúde público de estado, as nossas universidades que trabalham com pesquisas na área da medicina, todas as patologias, deviam fazer uma pesquisa nesse sentido. Porque você fica lidando com os efeitos de uma causa que está lá, no sudeste paulista. Vai acabar com a lavoura de tomates? Não. Mas afastar as pessoas dessas realidades. O lavrador tá aqui pulverizando tomate, e a casa dele, às vezes uma tapera a vinte metros do local, o vento levando a pulverização para aquelas crianças, onde tem alimentos em cima da mesa…percebe?

Maíra: Sim. É uma ingestão muito grande, além do contato direto com o produto.

Hamilton: Exatamente. Então são questões assim, que ainda estão por serem discutidas, aprofundadas e resolvidas em nossa região. Então logo após a instalação aqui se elegeu o conselho de Desenvolvimento Metropolitano, é, e se resolve eleger o presidente do Conselho Metropolitano, ou então prefeito, Antônio Carlos Pannunzio, que dava conta desde o início, pela oportunidade de trabalhar com ele… Sorocaba já tem tudo, todos os equipamentos públicos necessários estão em Sorocaba. Da saúde, da segurança, da educação…as principais escolas estão… as FATECS, o Senai. Porque não valorizar outro município de menor porte, mas que possa fazer esse fluxo, rodar, enfim, aí muito em função dessa nossa,

que de modéstia parte, a gente tá investido de uma certa autoridade. Não precisamos de projeto e tal, então eles resolveram, “então vamos eleger um vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, o prefeito de Tietê, Davi Poupa”. É, criaram esse conselho, depois houve uma série de audiências e oficinas pra dar o segundo passo, que nunca se implementou lá, criar o Conselho consultivo, junto com a câmara técnica. No Conselho do Desenvolvimento participam os executivos e os executivos técnicos de sua confiança, que vão assessorá-los nas discussões todas. O conselho consultivo reúne os representantes da sociedade civil: vereadores, vereadoras, sindicatos, associações de moradores.
Maíra: Diferentes segmentos da sociedade civil.
Hamilton: Exatamente. Organizações não governamentais, e tantas existem trabalhando pela empregabilidade, pelo emprego e renda…esta parece que instalou o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, isso por si já bastou…
Maíra: Era um processo participativo demais, né? Pra eles.
Hamilton: Participativo demais. Sempre assim, essa mentalidade que parece que a participação popular vai inferir nas vontades dos dirigentes e tal. E olha que nós fizemos inúmeros debates com os vereadores, é… nós tínhamos um companheiro, o Gabriel Bittencourt, que até criou um Parlamento regional tentou juntar vereadores das Câmaras regionais para gerar propostas, projetos de lei e tal e brigar com o executivo para que implementasse…porque existem iniciativas que são de competência exclusiva do Executivo e convencer “manda, manda pra cá, a cidade tá precisando disso”. Na área de preservação ambiental, na área da saúde propriamente dita, talvez não tenha nada a ver o que dizer agora.
Maíra: Mas fique à vontade.
Hamilton: Mas vamos raciocinar juntos. Há uma pandemia, ao lado dessa pandemia da qual fazemos quarentena, que é do uso do crack. Pessoas em condição de rua, perdidos no consumo das drogas, que é uma fuga de uma realidade difícil, do desemprego, da perda da referência da célula familiar, do conflito e da perda da referência da virilidade humana. Isso é uma questão de saúde pública, não é uma questão de polícia, como fez o Dória lá em São Paulo. Vai lá e joga água gelada nos caras que estão morando na rua, vai lá e dá tiro de bala de borracha, joga bomba de efeito moral, espalha eles… e eles vão para onde? E saem da Cracolândia, vão da Praça da República para a Praça da Sé. Ele é um ser humano, não vai desaparecer. Quem é que vai cuidar disso? Quem vai pensar políticas públicas de acolhimento, de tratamento? Hoje são igrejas, igrejas evangélicas, católicas, gente mandando marmitex, mas isso não repara o principal, que é o discernimento, a capacidade da pessoa…
Maíra: São medidas paliativas, né?
Hamilton: Paliativas! Só para “ai, eu levei um marmitex lá, fiz minha parte”. São seres humanos. Há parentes esperando, eu fui autor do programa estadual de pessoas desaparecidas e boa parte da minha vida parlamentar me dediquei a isso, das mães da Sé, as mães de luta, que estão esperando filhos que desapareceram de casa com 8, 9 anos. Aquele centro de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, e isso é um desafio, que a gente imaginava que, entrando no século XXI estaríamos mais evoluídos espiritualmente… e apareceriam, imaginaríamos soluções para resolver isso, por que onde nós vamos parar? Não vieram mais instruções, os governantes não ligam para isso. Nós chegamos a fazer reuniões públicas na Assembleia Legislativa, porque lá nós criamos um fórum parlamentar é…fórum parlamentar inter-religioso e fizemos audiências públicas para tratar com catadores e moradores de rua para tratar da questão que é a seguinte: dar visibilidade para a população invisível, a população invisibilizada. Não é?

Maíra: Sim.
Hamilton: É…essas pessoas que tinham tudo a receber. Associação de catadores lá em Brasília. Soluções políticas. Aqui em Sorocaba nós fizemos a organização dos Sindicatos dos Metalúrgicos, na época a gente desenvolveu o CEADEC, Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento… né? Que depois, um companheiro nosso, que não está mais entre nós, o Gaspari, que foi presidente do sindicato, é… se dedicou depois a organizar as cooperativas de catadores. E isso foi daqui até Itapeva, porque Itapeva tem Cooperativa de Catadores que foi criado a partir daqui, da iniciativa dos metalúrgicos aqui de Sorocaba. Itapeva, Capão Bonito, São Miguel Arcanjo, é então, foi um período que o próprio governo federal apertava recursos para economia solidária. Parte daqui dos recursos do Banco do Povo e tal, era para cooperativas, associações, geração de emprego e renda. Aquelas mulheres que quebravam coco lá no Nordeste. Foi um alento, né, nós vamos caminhar para trazer essa população invisibilizada para dentro da sociedade, da cidadania, mas infelizmente isso foi condenado, né?
Maíra: Foi.
Hamilton: Então eu acho que é isso a região metropolitana, o intuito dela é geralmente provocar e incluir esse debate com os eleitos prefeitos e prefeitas para ver se avançamos num desenvolvimento, meio que de inclusão e cidadania.
Maíra: E em um primeiro momento Itapetininga não entrou, ela entrou depois.
Hamilton: É, ela entrou depois.
Maíra: É, foi um movimento da cidade se interessar em entrar?
Hamilton: É….
Maíra: E por que ela não entrou nesse primeiro momento?
Hamilton: Ela não entrou porque, porque isso nós conversamos uma vez aqui. Geraldo Alckmin, uma vez veio fazer uma visita aqui em Sorocaba, uma das agendas dele era uma entrevista na Rádio Ipanema, e eu estava deputado e a rádio entrevistando ele, falou do meu projeto para a Câmara Legislativa e Itapetininga e Tatuí, Tatuí também não estava, naquele momento. E ele falou “não, nós pensamos para Itapetininga ou uma microrregião, outra figura organizativa de cunho regional, ou um aglomerado urbano que unifique Tatuí, Itapetininga. Juntar Tatuí com Itapetininga”.
Maíra: Hahahaha. É um pouco difícil, né?
Hamilton: Fale para um tatuiense, para ele ver a reação. Então, na oportunidade, até liguei na rádio e falei “prefeito, cê vai…governador, vocês vão retalhar nossa região”. Porque criou aglomerado urbano de Jundiaí, criou aglomerado urbano de Piracicaba, agora vão criar um aglomerado urbano aqui. E a população, na época, era um barato, porque era modernista. “O governador não quer, ele falou isso, então seja feita a vontade do governador”, mais, o destino é caprichoso, o destino é caprichoso. Nós estávamos nessa luta na região metropolitana, e o prefeito de Tatuí veio aqui no meu escritório político e disse “pelo amor de Deus, inclui Tatuí, inclui Tatuí, inclui Tatuí”. E eu era muito parceiro de Tatuí, da Santa Casa de Tatuí, da APAE de Tatuí e eu era muito parceiro deles, eles me deram título de cidadão, então eu devia isso a eles. Aí o candidato a prefeito, Manu, eu falei “Manu, Manu”, quando a gente consegue botar Tatuí, aí as lideranças, prefeito se mexeram. Quando começamos a fazer as audiências, eles começaram a se mover em peso “queremos, queremos, queremos”, mesmo assim o governador sancionou, aprovamos, o governador sancionou a lei aqui e Itapetininga não estava ainda, mas só depois foi incluída depois por emenda do próprio governador, e que daí foi negociado isso, foi negociado, eu tava na vice-presidência de assuntos metropolitanos na

Assembleia Legislativa. Então foi negociado com nosso deputado lá. de comum acordo, então Itapetininga entrou como a 27°.

Maíra: E como o senhor identifica, de 2014 para cá, o senhor acha que a região, por ter se tornado metropolitana, o que o senhor enxerga como grandes avanços, como ela contribuiu para determinadas situações que aconteceram depois de 2014?

Hamilton: Olha, é. Eu diria que a própria expansão de empregos, porque veja, na pandemia, há uma epidemia de desempregos. Junto com a pandemia, por razões óbvias, né? Quarentena, a necessidade das próprias empresas em afastar qualquer funcionário que tivesse minimamente a suspeita de estar com COVID, enfim, é, a pungência econômica da região, porque essa região aqui contribui com 5% do PIB, não é qualquer coisa. É, entre as regiões metropolitanas, uma das regiões que mais crescem no Estado de São Paulo. Aqui tem empresas exportadoras, mas aqui tem uma coisa interessante, saiu uma pesquisa recentemente que diz é, a despeito de toda a industrialização, mais de 80% estão na área de serviços, setor de comércios, escritórios, financeiras, passou por um *boom*. Mas acho que a pujança econômica manteve o nível de empregabilidade. Sorocaba continua atraindo muita gente do Oeste paulista, até hoje as pessoas vêm do Paraná para cá, porque as pessoas têm família aqui. “Como é que tá aí? Ah, aqui estou…tranquilo, trabalhando aqui na empresa, registrado”, é, então Sorocaba manteve um crescimento econômico de emprego, com os dados do sindicato comprovam isso, que cresceu o emprego em indústria a despeito da pandemia. No momento em que o Brasil encolhe, Sorocaba mantém-se em expansão ainda. Então, é…regiões metropolitanas com as características de Sorocaba de uma industrialização muito vigorosa, elas crescem a despeito da inflação, dessa coisa toda que estamos vendo aí do desemprego. E do desemprego, é…

Maíra: Sim.

Hamilton: Os dirigentes que deixam a desejar. Por causa dessa mentalidade que te falei lá no começo. Eu não te falei que quando o pirão é pouco, há uma competição? Ora, perdoe o termo, estúpida entre prefeitos, um quer ser maior que o outro, quer que o partido dele seja melhor que o outro, uma besteira. Uma besteira que nós temos que pensar coletivamente. Se a região cresce, se as pessoas são incluídas, se tem distribuição, se as pessoas se desenvolvem intelectualmente na área do conhecimento, as nossas universidades, né?

Maíra: Sim.

Hamilton: Aliás, quando estava deputado, fomos para Brasília pra trazer o IF pra cá, Instituto Federal, a UFSCAR, nó, então é a UNESP de Sorocaba. São bem interessantes, porque nós queríamos uma universidade em Sorocaba, começamos essa discussão bem lá atrás, antes da UFSCAR aparecer no cenário, já no governo Lula, é…eu fiz essa possibilidade. Temos aqui a UNISO, que contribui muito, mas e a UNESP? E aí tinha um reitor na UNESP que todo, todo ano ele ia lá no meu gabinete, é, pedir emenda parlamentar. “Ah, nós tamos com a UNESP, que a UNESP falta recursos para a UNESP, que a UNESP está sendo sucateada”, aí aproveitei e disse: “Doutor”

Maíra: Hahahaha.

Hamilton: “Doutor, você tem um conselho lá que discute essa coisa da expansão universitária, mas precisamos de recursos para expansão universitária, estamos com vontade de levar ela para fora”, aí falei “me bota junto com esse conselho, eu vou lá assinar em São Paulo”, conversei com eles, então o que precisa? Recursos. Uns cinquenta milhões pra expandir a UNESP. Aí falei “quanto custa um campus da UNESP, assim, montado, assim?” Ele falou, olha “por volta de oito milhões”. E nós, a…indicações de outros colegas seus,

deputados e tal, aí fui ver e realmente, realmente, um companheiro de Marília, que é um lá de Franca, que falava de levar para Dracena, e foi assim que nasceu. E foi aí que fizemos, no orçamento do estado, dentro da Assembleia Legislativa, É, sentamos, eu meti uma emenda de oito milhões.

Maíra: Hahaha. Sim.

Hamilton: E outro, pegamos outro. O relator do orçamento e emparedamos ele "oh, já foi conversado com o reitor da UNESP, ele falou que dá pra fazer extensão universitária, dá pra levar a UNESP para o interior, nós precisamos, é, acertar isso agora no orçamento, é agora no orçamento", aí ele falou "é", que tinha deputado do partido dele, né? pleiteando e tal, né? Era o caso do deputado de Marília que naquele ano foi relator da, ele falou "vamos fazer o seguinte? Vamos unificar a emenda, fazer uma única emenda?" juntou várias emendas, em trinta e dois milhões de reais no orçamento e entrou para a UNESP. Aí a UNESP de Sorocaba, formou a UNESP, essa em Marília, e conseguimos a UNESP de Registro, Vale do Ribeira! Que nós não temos uma universidade, que não temos escola técnica, e foi contemplado com UNESP e com o Instituto Federal.

Maíra: Muito legal.

Hamilton: É luta, mas é luta, que você não pode cansar. Que você não pode querer ser o pai da criança, a região ganha, é emprego para um monte de gente, estudo pros meus netos que daqui a pouco vão estar na universidade, ir para o mercado de trabalho. Então é uma coisa que vai ficar, vai ficar, sabe, para as futuras gerações, né? Esses caras pensam pequeno, naquele mandatinho de quatro aninhos. Poxa, tem que virar o suprassumo da política em quatro anos e aí…por pensar pequeno não…

Maíra: Continua pequeno.

Hamilton: Continua pequeno, na cidade dele, na região dele, no nome dele, é…né? As pessoas são muito vaidosas, eu juro que um dos maiores males da humanidade é a vaidade, o egoísmo, coisa, né? Da humana, né, da alma humana.

Maíra: Acho que no meio político, se não tomar cuidado é muito fácil ir pra isso, né?

Hamilton: Muito fácil! É? Quer testar uma pessoa, dê poder pra ela, aí você observa a conduta dela, sabe? Vai perdendo os princípios, tal, para virar um Maria vai com as outras. Porque nós tivemos isso, viu? No Golpe contra a Dilma, eu vi colegas que haviam sido deputados estaduais junto comigo e pessoas numa convivência fraterna, educadas, cultas, com bom-senso racional, intelecto, e na hora de declarar o voto lá, falando palavrão, aquela coisa. Irreconhecível, eu falei "o que faz um ser humano, que era educado, que fazia, sabe? Então, o que leva um ser humano a fazer isso? É algo assim, tem até matérias a respeito disso, mas aí é muita coisa.

Maíra: Não, pode falar. Eu é quem não quero tomar muito o tempo do senhor.

Hamilton: Não. Eu acho que nós somos herdeiros, nós temos em cada DNA nosso, biologicamente, você sabe disso, o DNA dos nossos antepassados. As diabetes, pressão alta, tudo os, os, nós temos também, não aí no corpo biológico, mas o corpo coletivo é infinitamente maior que o consciente.

Maíra: Sim, concordo.

Hamilton: Infinitamente maior que o consciente. Nós temos uma herança daquela sociedade patriarcal, tribal, que conquistava territórios, matava inimigo, quando não matava, escravizada, fazia das mulheres escravas sexuais, coisa e tal, isso tá lá na nossa, no nosso, na nossa memória ancestral. Trabalho isso como memória ancestral, porque estou escrevendo isso…

Maíra: Hum. Que legal!
Hamilton: Então num dado momento, nós estamos no quarto ciclo do Fascismo em um século. Estamos no quarto ciclo, eu olhei cada ciclo desse. Tem um livro do Freud, 1921, Freud na pré-Primeira Guerra Mundial, em 1914, Freud teve que fechar o consultório dele na Alemanha, fugir para a Polônia, porque ele era judeu, e os fascistas estavam matando judeu na rua. Para sobreviver, ele teve que fechar o consultório dele e correr para a Polônia refugiado. Só que ele observou aquele movimento que arrastava as massas, se animalizava, é, que que mostra essas forças inexistentes, que volta, que tem um gatilho que alguns indivíduos, assim, em circunstâncias, fazem disparar que aquela pessoa cordial, aquela pessoa tua amiga, ela tá pensando isso agora? Como ela pode ter se tornado misógina, racista, belicista, como é que pode? E tem uma coisa aí que foge a nossa compreensão racional, biológica, uma coisa que tá lá mais profundo do que nosso consciente coletivo, que chamo de memória ancestral, que por alguma razão aflora. Cinquenta e sete milhões não é uma coisa, mas todos os ciclos do Fascismo, se você for estudar desde lá da Primeira Guerra Mundial e depois com Mussolini e depois Franco na Espanha, e depois Portugal, você vai ver que é um movimento de massa com armas, armas para todo lugar, para caçar os diferentes, portadores de deficiência, negros, judeus, mulher um ser inferior também, cê vai ver que é um projeto de massa, na mesma linha: pátria, família e Deus.
Maíra: É.
Hamilton: Percebe? Isso não é uma coisa normal, racional das pessoas inteligentes, é uma coisa mais forte do que elas.
Maíra: E no caso da Dilma tinha aquele agravante dela ser mulher.
Hamilton: Mulher! Mas isso é misoginia, não só misoginia. A Dilma tinha um elemento a mais. Essa coisa começa quando ela manda no Congresso um projeto que diz que 75% dos *royalties* do pré-sal vão para a educação. Você mexeu na cereja do bolo norte-americano, tio Sam. Que fomenta todas as guerras do planeta atrás de petróleo. Toda possibilidade de guerra, eles estão com armamentos, armando os dois lados, como fizeram com Iraque e Irã, agora vão fazer uma intervenção no nosso exército. E não há outra razão dessa briga lá, porque tão tentando emparedar a Rússia, tentando e tentando puxar fatias da União Soviética, mas só puxando aquelas que tem minério e petróleo, que tem gás, então nós sabemos o que é que tá por trás disso. Felizmente esse reinado tá acabando. A China, eles tão percebendo, chega de imperialismo ditar as regras para o mundo todo como falamos, e o MERCOSUL aqui, eles queriam o mercado como os europeus aqui e como sempre nós vamos fugir do Monopólio do Império e comercializar entre nós. O Brasil tem soja, o Brasil tem carne, o Brasil tem isso, tem aquilo. Vocês têm isso, tem aquilo, é isso! Então não dá para abraçar tudo. Eles estão decadentes. Os Estados Unidos estão devendo hoje trinta e cinco trilhões de dólares. É uma vez e meia o PIB deles. Eles criaram uma bolha tamanha, né, que se você ver a era do capital em positivo, você vai perceber o que é isso. Eles estão, já *fazem* uns anos, despejando moeda no mercado para sustentar esse hegemonia.
Maíra: E é dinheiro que não tem um lastro, né?
Hamilton: São muito inteligentes. Rússia, Índia e a China estão conversando, tem um mercado comum já, os Estados Unidos *está* prestes a falir, o que aconteceu em 1929, quando ele quebrar, isso vai chegar aqui também. Com a economia mundializada, vai acontecer, não vai ser bonito de ver, mas isso pode suscitar também o nascimento, do novo mercado de países mais, sabe? Outro patamar, tal, do que é a democracia, o que é colaboração de país a país. Eu tenho essa esperança, eu tenho é…

Maíra: Respeito as instituições que tem faltado muito.
Hamilton: É isso, né, Maíra? É isso. É, isso aqui é um material que eu fui guardando, guardando, guardando, aqui por exemplo tem um histórico… é
Maíra: Sabe o que eu queria ouvir a opinião do senhor?
Hamilton: Ãhn.
Maíra: Sobre a questão do…
Hamilton: Me desculpe o que eu falei, que não tem nada a ver, mas…
Maíra: Não! Mas eu acho ótimo. Tô sempre aprendendo. É…eu queria saber dessa questão, que o senhor falou de que existe uma competitividade entre os prefeitos, que é óbvio da gente ver, e como o senhor vê isso nas estâncias turísticas e dos MITs? Porque tem um número determinado, e isso de uma certa maneira estimula essa richa, né?
Hamilton: Estimula muito! Muito! Que os fundos do desenvolvimento de turismo e tal, lá, das instâncias políticas do estado é… o estado, agora, não aceita mais passeatas de projeto. Estância turística aqui, estância turística ali, o que o deputado fazia antigamente. Campos Machado era o campeão, impressionante o Campos Machado. Acho que é o pai de 90% das estâncias turísticas do Estado de São Paulo é Campos Machado. É, porque o governo do estado também falou "não, vamos começar a cortar isso. Não tem, não reune elementos." Sabe? Nenhum estudo leva a crer que isso aqui é uma estância turística. Você pegar um aspectozinho de uma cidade e dizer "ah, aqui tem turismo", porque aqui tem essa coisa até jocosa. Porque aqui, tudo bem, Itu tem até o berço da República, história da República, história de museu republicano, enfim…
Maíra: Tem um centro histórico todo preservado, né?
Hamilton: Exatamente. Mas lá no passado era o simplício, né, a cidade em que tudo é grande. Uma coisa jocosa, né, uma coisa, né. E veja, uma panacéia isso, virou uma brincadeira de mau gosto. Não era sério. Então para ser estância turística tem que ter fundamentação técnica, né, que comprove isso. Eu nem…tem Olímpia, ãhn? Que foi um desastre que acabou dando origem a uma coisa fantástica, você sabe que lá foi a experiência do Paulo Maluf. A A Paulipetro que foi lá procurar petróleo, fura, fura, fura, não tinha petróleo, mas tinha água sulfurosa, que deu origem aquele parque aquático maravilhoso lá, né? Eu nunca mais fui pra Caldas Novas, fui mais perto.
Maíra: Exatamente. E tem, né? Tatuí virou MIT, né, em 2017, e assim…uma opinião aqui, a gente conversando é uma opinião muito pessoal. Mas às vezes os recursos são empregados de uma maneira muito desastrosa.
Hamilton: Agora, cá pra nós…Tatuí, é uma pena o estado ter, o João Dória, principalmente que aprofundou mais isso, ter optado por desmontar o Conservatório, tem uma história tão bonita, uma experiência que vem de Piedade uma extensão com convênio com aquele conservatório que Piedade tem músicos maravilhosos. Graças ao Conservatório Musical de Tatuí, né? Piedade tem saraus, tal…então tem tudo para ser efetivamente, sabe? Eu acho tão ruim…a cultura assim, né? Uma vez fui lá com um companheiro nosso, que era prefeito de Laranjal e eu fui visitá-lo num domingo, cheguei lá a banda tocando no coreto, as pessoas vinham de suas casas com a cadeirinha na mão, assim, sentavam na praça e ficavam, né? Tinha uns casais assim que levantavam e dançavam. Eu achei tão poético aquilo, tão lindo. A Matriz ali, coreto ali, eles tocando e o povo todo na praça, para o povo, bem arborizada. Aí o prefeito mandou tirar todas as árvores da praça, disse que a praça só servia pra reunir desocupado. (inaudível)

Maíra: E tem uma questão do Conservatório que é bem peculiar que Tatuí tem uma tradição de ter prefeituras do PSDB e sempre o nosso governo de estado não muda. Acho que tem isso, a prefeitura não toma uma posição de enfrentamento do que está sendo feito no Conservatório, é sempre uma posição de meia culpa ou não é bem assim.
Hamilton: Eles não querem brigar com o governador, porque o governador é do mesmo partido. Eles são do mesmo partido, porque pra eles é uma questão de legitimidade. Ãhn? Quer dizer, eu não posso chegar lá e chutar a porta do governador. Mas pelo amor de Deus, o cara que tá lá na casa civil, invariavelmente é um deputado, né? Que o Luís Gonzaga foi imputado junto com ele. Quando não é o Edson Aparecido é um desses outros aí, é… "fulano, eu tô precisando de uma conversa com você e tal. Tem uma coisa aqui na nossa cidade que nos interessa muito e precisamos de um orçamento", né? Quantas vezes a gente fez isso, os colegas que eram deputados estaduais no projeto queriam e *tavam* chefe da Casa Civil e chefe…secretário da Casa Civil, sabe? Era uma, era…você tem essa liberdade, né?
Maíra: Sim.
Hamilton: "Fulano, ó, já que não posso conversar com o governador, vou conversar com você. O orçamento tá chegando aqui na Assembleia que é uma coisa lá pra nossa cidade, pra nossa região que é…depende da boa vontade de vocês aí, ó. Pelo amor de Deus, me apoia nisso, me ajuda nisso. Eu vou aí". Ia lá, explica *pro* cara, que é assim e assim, assado, sabe? Precisamos disso, precisamos daquilo, precisamos daquilo outro, sabe? Precisamos de mais recurso aqui. Fechou uma escola aqui, estadual, de um bairro de Sorocaba, chamada (inaudível). Eu aqui em contato com um amigo, né, lecionando em escola técnica, e os caras reclamando de falta de sala de aula. Falta de espaço, chega lá na Fatec, o diretor "nossa, que o estado que não implanta", "o deputado aqui é crônica a falta de espaço" e os caras fecham uma escola do estado, primeiro e segundo grau.
Maíra: Nossa…
Hamilton: Fui lá, fui lá com… a Secretária Estadual de Educação, falei: "Secretária, pelo amor de Deus, não deixa aquela escola virar dormitório de drogadictos. Centro Paula Souza tá precisando de espaço dentro de Sorocaba vamos fazer uma pauta para mandar a escola técnica para lá? Rubens de Faria tá querendo ampliar os cursos, não tem mais salas, a escola Fernando Prestes tá querendo ampliar cursos, os vestibulinhos deles já passou da conta de gente escrita, e eles não tem onde colocar aquela molecada. Vamo fazer uma coisa, vamo pra outra escola. Vamo aproveitar, sabe? Tá lá um prédio, que, tá lá a estrutura grande, cês vão desativar. Sabe? (inaudível).
Maíra: Isso é uma realidade de muitas escolas técnicas, a Etec de Tatuí, minha irmã é diretora da Etec de lá, sabe?
Hamilton: É? Quem é sua irmã?
Maíra: E…Rossana Camargo Barros. A minha irmã trabalha na Etec há 23 anos, e hoje ela tá há 1 ano e meio como Diretora e a realidade é essa. Porque, as pessoas…Tatuí é muito carente de espaço público muitas vezes vai ter um evento, uma palestra, e a sociedade pede para usar o espaço. Muitas vezes ela tem que negar porque não tem espaço para oferecer. Porque ela também tá… é uma escola muito grande, mas cresceu muito, são 1500 alunos e ela não tem mais espaço.
Hamilton: Puxa…
Maíra: E o prédio é muito antigo, então tem sala desativada precisa ser adequada, porque tem infiltração, porque tem problema de piso cedendo e as verbas não vem. Então é uma realidade difícil. Muito difícil.

Hamilton: Eu trabalhei muito pra eles. Eu sou o autor do “Escola da Família”. Quando eu comecei a preparar aquilo, 1994, 1995, 1996, era um tal de “Ó, essa escola aqui sofreu depredação”. Geralmente era final de semana, né, a molecada vai lá e, é…pichava e… Não é essas artes maravilhosa que a gente vê nos muros da escola, né? Pichação mesmo, palavrão e tal, vandalismo, vandalismo. Aí comecei a ver cada vez mais atenção nisso, a ver isso e puxa vida, que que será que acontece isso? Ficamos lá procurando caminho e tal, PT sempre teve muita experiência e tal, fomos indo, conversamos, conversamos, descobrimos que o Paulo Freire, quando foi Secretário da Educação da Erundina, lá na cidade de São Paulo, criou um programa chamado “Pela vida, não a violência”. Ele já tava velhinho, tal, não dava para conversar com ele, mas era uma pessoa que sempre foi assistente dele desde o começo, que era diretora de escola, tal, diretora Dirce Gomes. Professora Dirce Gomes que morava aqui em Barueri, numa chácara lindíssima.Fui conversar com ela “professora Dirce, vamos fazer. Isso é um programa Municipal do governo Luíza Erundina, graças ao Paulo Freire”, ela explicou pra mim, “sabe o que é isso? é a violência na região. Pega o adolescente e fale pra ele que aquele espaço lá não é pra ele. Ele entra lá, começa demonstrar impaciência, daí expulsa ele da escola” como sempre, ela me falou inclusive que o presidente da (inaudível) fez a pesquisa pra nós, vamos conversar com ele. Depois a Dirce falou “tem mais um, vamos conversar com ele?”, vamos conversar com ele. Nós reunimos uma equipe do Programa Interdisciplinar de Prevenção a Violência das Escolas. Pega a escola, abre de a escola de final de semana, deixa a quadra aberta, chama…o estado contrata monitores, professores eventuais, professores jovens para falar pros jovens da escola, que é a escola é um espaço público, não é do professor, não é do diretor, a escola é do público, então abre pro público. Vale a pena, vale a pena. Aí a gente acabou de apresentar, levou o Projeto pra uma audiência na câmara para explicar isso, porque você vai indo, vai maturando, incorporando experiências, é assim que funcionam as coisas. Aí, o, ganhamos a Prefeitura de Santo André, da segunda ou terceira vez, Celso Daniel é eleito e voltando, pega a Selma para ser Secretária da Educação, e a Selma tinha sido minha colega na formação da CUT, Selma Rocha, uma sumidade. Fantástica. “Cê me permite, que a gente, como uma experiência piloto, a gente crie esse programa lá em Santo André, Municipal?” eu disse: “Selma, que favor que você vai fazer pra mim”.

Maíra: hahahaha.

Hamilton: “Não! Já resolvi, já conversei com o Celso. Vamos inaugurar uma escola grande lá, cê vai lá?”, fui lá. Conversei com o Daniel e a gente inaugurou a primeira experiência comunitária, interdisciplinar municipal de Santo André sobre a violência escolar em Santo André. Aí eles foram lá e colocaram monitores e tal. A partir daí, experiência completa, ninguém pode dizer que não funciona.

Maíra: Sim!

Hamilton: Porque lá começou a virar, virou uma coqueluche lá a experiência. Aí vai para Assembleia, vamos fazer audiência pública, ai ai, mas aí, o Governador morre e o Alckmin assume e o Alckmin não deixa Chalita, Secretário da Educação do Estado. Eu não conhecia o Chalita, mas aí o Chalita sobe na Assembleia e começa pôr destaque, falar dos projetos, falar: “nós não temos recursos para contratar monitores. A gente já paga os funcionários de zeladoria, professoras e professores”, e conversa vai e vem, “mas eu tive uma ideia: o que você acha? Eu vou conversar com o governador e a gente pega uma fatiazinha do orçamento e a gente pega esses garotos que tão fazendo faculdade principalmente na área educacional e que precisa fazer estágio e a ideia é deixar ali. A gente bota eles ali para fazer estágio na

escola, a gente deixa eles ali pra cumprir os estágios deles e eles vão ganhando experiência na relação pedagógica, vão coordenando as relações pedagógicas pra nós e vão e pagamos a bolsa deles". Casou! Aí, arrebentamos. só que ao invés de Programa Interdisciplinar..."de não sei o quê, vira "Escola da Família".

Maíra: Hahahahaha.

Hamilton: Aí vira "Escola da Família" do governador Mário Covas, coitado do Covas já tinha desencarnado. Mas vira…o nome foi embora.

Maíra: É um processo que é lento, mas aconteceu.

Hamilton: Juntando massa crítica. Querida, se você quisesse até levar esse material todo, aqui tem a legislação que cuida disso. Pode levar, copiar o que você achar que serve pra você e depois você dá um jeito de trazer para mim.

Maíra: Agradeço muito, pode deixar que ele volta. Agradeço muito por sua atenção e disponibilidade.